

xénos magos

# Falsos Pecados

as leis humanas que têm te escravizado

## Índice

PROBLEMAS PERSISTENTES E A IGREJA.....	2
PECADO COMO TRANSGRESSÃO DA LEI .....	5
AS DIVISÕES DA ESCRITURA .....	11
O QUE É A LEI DE DEUS? .....	18
O PECADO DA PREGUIÇA .....	40
O PECADO DOS PALAVRÕES.....	44
O PECADO DA GULA E EMBRIAGUEZ .....	49
O PECADO DA PIRATARIA.....	56
O PECADO DO MACHISMO .....	59
O PECADO DA MENTIRA .....	62
ROUBO DE DÍZIMOS .....	69
DIA SANTO OU SHABBAT .....	80
O PECADO DA PROSTITUIÇÃO OU PORNOGRAFIA .....	90
O QUE NOS FEZ CHEGAR AQUI? .....	114

## PROBLEMAS PERSISTENTES E A IGREJA

---

Sempre houve na história da igreja do Antigo (AT) e do Novo Testamento (NT) algum tipo de erro recorrente, algo no qual a igreja possuía uma tendência a falhar. No AT normalmente era a beleza dos cultos idolátricos que aticava o povo ao pecado, o fazendo ser induzido ao erro por causa do que viam (nestes cultos os que sacrificam participavam praticamente de todos os atos, diferente da Lei Levítica, que impedia até à classe de sacerdotes comuns entrar no lugar mais santo de todos — assim, privando o povo de certo acesso ao lugar mais santo do mundo).

No NT, porém, a tendência tem sido trazer a parafernália externa para dentro da igreja, que já é o lugar santo. E nisso tenta-se, por todos os modos, criar uma atmosfera de santidade baseada na simetria arquitetônica, na melodia musical, nas vestes sacerdotais ou no modo de vida ascético, cheio de regras e com escrúpulos morais para coisas que seriam básicas e neutras — se não fosse a invenção de pecados da nossa época. É verdade que a igreja agora cai em erros menos graves, menores, e isso é parte da promessa de Deus para nós (Jr 31:31–34); porém, a diminuição de pecados ou da gravidade dos erros não muda o fato de que temos cometido essas falhas. Isso é importante ser notado: não se tem pecado tanto quanto Israel pecou no AT, pois Deus prometeu por todos os profetas que em sua Nova Aliança não haveriam pecados como houve na Antiga — nada de bebês sendo queimados vivos nos braços de Moloque, ou de cortes pelos mortos. A Igreja não cairia em tais pecados nunca mais (Zc 13:2).

Contudo, e infelizmente, ainda falhamos, e falhamos no excesso de regras, na invenção de pecados e na proibição de liberdades naturais que as próprias Escrituras garantem. Coisas que nem mesmo na Lei eram proibidas. É como se percorrêssemos o caminho contrário do povo de Deus no AT.

Há homens que criam tantas regras que se estivessem no lugar de Deus ao criar o Jardim para Adão deixariam apenas uma árvore para que pudesse servir de alimento, com todas as outras sendo proibidas. A Lei de Deus, porém, nunca foi cheia de requisições, pois suas ordens fundamentais e que não podem ser suspensas são poucas, dando espaço para que usemos de entendimento próprio para desenvolvermos outras potencialidades da criação — e aqui você pode colocar filosofias, ciências e áreas próprias do desenvolvimento intelectual e físico humano.

Por outro lado, é verdade que muitas das coisas que estes homens combatem como pecados bárbaros são ruins. Podem ser ruins circunstancialmente ou localmente, podem ser ruins numa época ou situação, mas não são necessariamente pecados crassos. Não estamos dizendo que encorajamos a prática daquilo que não é pecado, apenas dizemos que não podemos condenar como se fossem obras das trevas, mas, no máximo, como fruto de tolice e fraqueza ou desequilíbrio. É por esta razão que não posso condenar uma ação por ver, nela, a falta de um comprometimento do desejo de modo ideal. É ideal que sintamos prazer no trabalho? Claro que é, contudo, seria tolice dizer que não há trabalho

ou que ele está errado por não sentir o ideal em relação a ele. No fim, temos lutado por uma intenção de equilíbrio entre coisas que não precisam.

Essa luta por absoluto equilíbrio gerou, no Ocidente, a sensação de caos de nossa época. A murmuração daqueles que vivem descontentes no fim tem provado o quão sensíveis temos sido, tentando proibir aquilo que épocas anteriores não puderam usufruir apenas porque não tinham acesso ou não existia. Normalmente os homens que vivem a reclamar da impiedade do nosso tempo, são eles mesmos que murmuram por causa de uma música alta, e atribuem isso à falta de moralidade dos indivíduos — como se vivêssemos um vale tudo do tipo de conflito entre pureza e impureza em tudo o que se faz.

Obs.: estes mesmos, se vivessem na Idade Média, ou ainda, na Idade Moderna, surtariam com o fato de famílias inteiras irem para os banhos públicos sem roupa. Mesmo no livro “O Pastor de Hermas” vemos o habitual: uma mulher/moça tomando banho sem roupa e pedindo ajuda a um homem para sair do rio. Isso era normal, tanto em tempos bíblicos quanto modernos, foi a invenção do banheiro privado que nos fez ver como pecado o que sempre foi visto normalmente. Poderíamos multiplicar os exemplos, porém podemos resumir nisso: confundimos “civildade” com “santidade” e aí está a um grande ponto do nosso excesso de julgamento.

Eles vivem insatisfeitos com o que têm e atribuem a falta do que não têm aos ímpios. Sinceramente não estaríamos dispostos a viver 70 ou 80 anos atrás, não por crermos ser uma era retrógrada, mas porque não conseguimos mais nos desfazer dos confortos modernos – confortos, que claramente não são ruins ou bons. Aqui notamos a hipocrisia: há uma defesa de um modo de vida que não se suportaria se fosse vivida hoje.

E falando nisso, vemos de um lado os que dizem ser o Ocidente fruto de um processo de exploração e que por isso deve cair, e de outro há os que dizem ser o Ocidente fruto das maiores libertinagens. Tolice. O primeiro não consegue viver num mundo livre sem querer explorar o próximo e o segundo não consegue viver num mundo controlado, com dificuldades diretas e sem o conforto que o que ele acusa de libertinagem conquistou para ele.

No fim, tanto os excessos de moralidade quanto de liberdade começam a criar incongruências e contradições que precisam ser contornadas com novas ordens e ideias não presentes naquelas moralidades. Recentemente presenciamos o caso de um rapaz que simplesmente diz ser pecado errar a digitação de um texto porque isso falha em transmitir a verdade, mas para contornar diz ser algo de menor gravidade, e que é falta de conformidade com a Lei de Deus. Conquanto possamos concordar nas exigências técnicas e habilidades necessárias para uma boa escrita, nunca podemos imaginar alguém, p.ex., no AT, oferecendo um animal em sacrifício por ter escrito uma letra errada. Isso jamais pode ser cogitado, pois atenta contra a divisão entre “ordens de Deus” e “estabelecimentos humanos”.

Queremos combater os excessos de moralidade que vieram da igreja, e que infectou o mundo, e por isso vivemos num mundo cheio de escrupulos morais em todos os lados (desde o progressista até o republicano, todos têm várias exigências morais absurdas).

O progressista que luta contra o “mundo retrógrado” e da época “sombria do Ocidente”, jamais conseguiria viver em outro lugar ou época, porque se tornou sensível justamente pelas benesses de nosso tempo — o nosso espírito, então, se tornou extremamente sensível, e nosso coração seguiu o *zeitgeist* da fraqueza Ocidental.

Não estamos dizendo que estamos piores do que qualquer época, entretanto, pois, para nós, os perigos e tristezas de cada época são existentes por causa de épocas anteriores, de modo que a sensibilidade é fruto da grande proteção, segurança e estabilidade que usufruímos. A sensibilidade, conquanto um efeito colateral desagradável, ainda é uma prova de nossa saúde e do bem estar que vivemos. Repito: nossa sensibilidade não é prova de fraqueza *per se*, mas de tudo o que conquistamos até então; pois todo avanço, pra qualquer lado que o seja, resultará, ao mesmo tempo, em algum efeito colateral ruim por causa da impossibilidade de equilíbrio perfeito intrínseco ao nosso mundo.

Mas é claro que surgem os “retrógrados”, que para se sentirem fortes como no nosso passado de ouro, inventam vários estereótipos. Tomar banho frio, não usar protetor solar, ser sempre musculoso, e coisas parecidas viraram apelos de coragem, mesmo sendo algo que quase qualquer um do passado se livraria, se pudesse. Estes modos reativos da história vão além do “épocas difíceis criam homens fortes e homens fortes criam épocas fáceis, que criam homens fracos etc.”. A força e fraqueza sempre conviveram, e diria que a força em geral é justamente a exceção da época — às vezes, não ser forte é justamente o que aumenta a expectativa de vida.

Tudo o que ocorre hoje já ocorreu de algum modo no passado (Eclesiastes não nos deixa mentir), mas é verdade que temos problemas próprios. Cremos que a sensibilidade moderna, como fruto da segurança, também é alimentada e mantida pelo orgulho que temos atualmente por causa, justamente, de tudo o que temos. Isso gera a insubmissão à autoridade, porque com o conforto e a conferência privada de informações, começamos a nos achar senhores de nós mesmos. O que é isso se não a clara e taxativa declaração de que estou certo e não você (uma autoridade qualquer)? Antigamente, com a informação centralizada na autoridade, ela se tornava essencial para a interpretação da realidade, mas hoje, começando das mulheres e se propagando pelos filhos e também chegando aos homens, todos se acham juízes e mestres no direito e dever *dos outros*.

Não queremos, é verdade, que a informação volte a se centralizar numa única autoridade, pois a liberdade de conferir por nós mesmos é linda, mas tudo tem um preço, e o preço que temos pago é a diminuição da *persona* autoritativa. Não tenho uma resposta universal para resolver este problema, mas certamente a humildade para conferir as coisas e mesmo assim não se rebelar é um passo necessário. Por isso nos valemos deste *livro*, para que venhamos a fazer os ajustes que precisamos, apontando a direção que permita diminuir o controle desnecessário, mas que seja possível haver a hierarquia necessária. Portanto, que possamos buscar a simplicidade sem largarmos a estrutura que Deus criou no mundo.

## PECADO COMO TRANSGRESSÃO DA LEI

O Pecado é a Transgressão da lei (1 João 3:4). Não há nada mais *libertador* do que essa informação quando se conhece a lei de fato. Há apenas um punhado de mandamentos que não exigem necessariamente o seu oposto completo (como o 8º mandamento), e uma parte menor ainda que exige a prática do seu oposto completamente (como 1º mandamento). Isso sem contar os mandamentos sexuais, que proíbem uma série de coisas, porém todas são leves e relativamente simples.

A lei de Deus simplesmente não condena vários atos que condenamos, e não trata com o mesmo rigor aquilo que para nós é absurdo. Em parte, isso se deve a quantidade de derivações que a igreja do NT fez nos seus dois milênios a respeito da lei. Uma ordem, que implicava uma primeira coisa, passou a implicar uma segunda, e por causa dessa uma terceira, e assim sucessivamente. Essa série de ordens e comandos foi se amontoando, causando uma sequência de confusões teológicas e contradições que só encontraram aparente solução com a inserção exaustiva da filosofia na teologia.

Não compreenda mal. A filosofia é ferramenta excepcional para nós, ajuda a organizar categorizando assuntos. Mas os problemas da filosofia se tornaram da teologia, e os da teologia se tornaram da filosofia. Essa confusão gerou uma série de ideias e pensamentos que giraram em torno dos mandamentos e os estenderam a todas as áreas da vida de uma forma que não haviam sido estipulados. Ou, de um modo mais claro, os mandamentos foram sendo vistos e entendidos como coisas que não eram originalmente (veremos detidamente mais à frente). Isso gerou carga, peso e desconforto.

Um [grande] exemplo hipotético pode ser interessante: imagine que a Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal fosse uma fruta qualquer, como uma maçã (não sabemos qual foi). Colocamos entre colchetes ([ ]) ao que se refere na realidade o que estamos relatando. Imagine os teólogos lidando com a ordem de Deus para não comer dessa árvore. O que eles poderiam dizer?

*“Essa árvore é alta, tem folhas verdes, tem um fruto vermelho e está no meio do Jardim. Deus deu ordem para não comermos dela — logo, significa que não podemos tocá-la. Porém, o pecado é feio [a estética — filosofia — sendo inserida na teologia], então esta árvore deve ser considerada feia e sua feiura se dá no fato de ter 5 galhos e um caule”.*

Após um tempo estes teólogos notam outra árvore com 5 galhos no jardim, e o que eles fazem?

*“Deus não pode dar-nos aquilo que é feio, e a sua justiça exige que achemos bonito apenas o que é excelente. Essa árvore aqui também é má, por imitar o padrão daquela no centro do jardim [uma derivação aqui]”.*

Depois, meditando na ordem, e relacionando ela ao fruto, eles notam outro detalhe: a fruta é vermelha.

*“Todas as árvores que tem um fruto vermelho devem estar em desacordo com aquilo que Deus criou, então, pés de acerola, araçá, framboesa vermelha ou qualquer coisa parecida devem ser evitados — será pecado, pois nós, os seus filhos, só devemos praticar o que é excelente [a busca por excelência e do ideal em conjunto com a lei – o mesmo erro de Saul]”.*

Porém, os teólogos notam que não sabem como é por dentro do fruto e, para o bem da teologia, vão até a árvore no meio do jardim, pegam o fruto, o partem, mas sem comer (embora tenham violado o primeiro princípio de não tocar que eles criaram), e notam haver uma tonalidade quase branca internamente. Isso os faz revisar o princípio do fruto vermelho, e agora não é mais pecado [alteração daquilo que é ou não pecado], a menos que a parte interna do fruto seja esbranquiçada.

Quando se dão conta, percebem que meia dúzia de árvores não são passíveis de serem comidas, mas ainda é pouco — então tudo está tranquilo. Porém, outro teólogo, nascido há menos de 50 anos, nota que a tonalidade verde da árvore é diferente das outras, por estar no meio do jardim e tomar mais sol [**contemplação**]. Diante disso, ele chega à conclusão de que aquela tonalidade de verde deve expressar maldade, de modo que todas as árvores naquela tonalidade estarão erradas e deslocadas da beleza central da criação de Deus. A isso ele acrescenta que não podemos trabalhar com moralismos, como os outros que não tiveram o cuidado de analisar a fruta por dentro e proibiram todos os frutos vermelhos — devemos ser como os primeiros teólogos [**uma afirmação de retorno ao princípio**], que avaliaram tudo com muito cuidado, derivando da lei de Deus as outras ordens. A lei natural [**mais uma lei em conjunto da lei de Deus**] aponta o formato que as árvores devem se adequar e a cor que elas devem ter naturalmente.

Um teólogo, ao ouvir este discurso, entende que uma proibição implica uma ordem positiva, ou seja, “**não** comerás desta...” implica uma ordem para comer das outras [**mais uma derivação, para acusar a falta de conformidade com a lei**]. Assim, passam a considerar que, tendo menos árvores disponíveis para serem comidas a ordem não é impossível. Reconhecem que a Lei de Deus é perfeita, porque permitiu ao homem saber tudo o que precisa pra viver no jardim [**uma verdade junto com várias falácias e erros**]. O homem precisa ser bem alimentado, então, todos os que não comerem de todas as árvores não proibidas todos os dias, serão expulsos do Jardim.

O resultado é que uma parte dos teólogos começa a desconfiar dos primeiros, e dizem que é injusto, pois teriam que ficar o dia todo comendo, mesmo com menos árvores para usarem de alimento. Então, a lei deve proibir mais coisas que não estão sendo notadas, para que essa ordem faça sentido, e talvez Deus não tenha dito porque nossa mente não estava pronta e nossa cultura não permitia aceitar [**a ideia de que certas coisas foram ou não proibidas por causa da cultura da época**]. Se, então, as árvores que tomam sol têm uma folhagem diferente, e o sol é que causa isso, logo, as árvores que tomam sol também devem ser proibidas, pois *induzem* ao pecado, não sendo, pois, piedoso, darmos brecha para ele [**confusão entre tentação e pecado**]. Dessa forma, mais da metade do jardim ou, na realidade, quase todo ele ficou proibido de consumo.

Pronto! Agora todos podem em paz se deitar e começar a comer o que precisam, de modo que todos os dias será possível todos comerem tudo. Porém, outro problema ocorre: a quantidade de frutos não dá para todos. Tiram, portanto, a conclusão de que é necessário preservar os frutos, porque é o que mantém a vida, e é o que mantém a estrutura. Aqueles que então passarem perto de algumas árvores, ou se olharem para elas, serão expulsos do jardim. Assim, começam a cobrir as árvores com outras folhas, como de palmeiras. Mas não tampam a primeira, para que seja visível; porém, ninguém mais pode se referir a nenhum fruto ou árvore diferente porque afloram os desejos para consumir seus frutos. E as Paixões são um grande problema — deve-se cultivar a virtude [**filosofia grega e confusão linguística entre pecado e vício e virtude e lei de Deus**]. Notam que quanto mais afastadas daquelas coisas, mais as pessoas sentem a tentação quando veem uma árvore [**progresso civilizacional relativo à nudez**].

Aqueles que forem preguiçosos em colher seus frutos e não comerem um a cada 10 minutos também serão expulsos do jardim [**agora a falta de prática por falta de conformidade é punida**]. Dessa forma, o interesse dos teólogos é garantir e proteger o jardim e as pessoas daquilo que é destrutivo na árvore do conhecimento do Bem e do mal, que jamais pode ser tocada ou vista — embora descoberta ainda para fins didáticos.

Um grupo de pessoas, porém, passaram a relatar que os frutos vermelhos, mesmo sendo brancos por dentro, as lembram dos frutos das outras árvores. Então, para proteger todos de pecarem contra todos, definitivamente os frutos vermelhos são proibidos e, para garantir que ninguém pinte nem uma banana de vermelho imaginando comer uma fruta vermelha, então qualquer árvore ou animal que produza pigmentações vermelhas também são banidos. Embora essas coisas não sejam pecado, estão aflorando os desejos do povo e precisam ser contidas. Afinal, não é só a transgressão da lei que é pecado, mas a falta de conformidade com ela, não é?

Fica instituído, assim, que o pecado é comer qualquer coisa que logicamente fira os princípios estabelecidos do equilíbrio, inteligência e santidade daquela primeira ordem de Deus: comer de todas as árvores todos os dias. Mas, claro, “todas” quer dizer as que não são pecado, a menos que alguém corra risco de vida e esteja muito longe do alcance das árvores não proibidas [**criação de exceções para quebra de ordens diretas**]. Comer de “toda” árvore quer dizer comer de todo “tipo menos de alguns” [**algo que fazem com a palavra porneia, por exemplo**].

Acontece que um animal se fere e sangra. Descobrem que o sangue é vermelho; então, todo animal daquela espécie é banido do jardim — até então, contudo, não feriram ninguém para saber se o sangue de todo mundo é assim. Decidem, portanto, fazer alguns testes. E para não serem violentos, começam pelas árvores que estão proibidas, furando-as para verem se sai algo. Algumas saem apenas um líquido transparente enquanto outras nada. Resolvem, por fim, testar a árvore da vida, que até então estava no meio do jardim, muito próxima da árvore do conhecimento do bem e do mal — e uma árvore tão perto assim pode ser um problema.



Descobrem, como tudo vinha apontando, que essa árvore tem seu líquido vermelho. Passam a dizer que o fato de se chamar árvore da vida é um engano, pois a vida é encontrada só na ordem de Deus, além disso, “vida” possui letras da palavra “dívida”, os fazendo notar que Deus estava, o tempo todo, alertando dessa árvore também, uma das piores, pois colocava todos em dívida com a árvore do conhecimento do bem e do mal [**derivações sem sentido de palavras e alegorias**]. Outro teólogo se levanta e diz que ela esteve recebendo sol o tempo todo e ninguém nunca desconfiou dela. O resultado, então, é que ela é pior do que a primeira árvore. Então decidem derrubar uma das duas.

O chefe lhes diz que a árvore da vida os enganou todo o tempo, enquanto a outra foi sincera, mostrando desde o início sua fraqueza, porém, também foi má. Mas este era o momento de exercer a misericórdia, a chance de mostrar como o mandamento de Deus, que proibia comer a árvore da vida, era bom. Então os maiores votam para derrubar uma das duas árvores. E decidem que a árvore da vida deveria ser derrubada, para nunca mais enganar a ninguém. Derrubam ela, pois árvores hipócritas são horríveis, devemos proteger os que verdadeiramente demonstram seu pecado e arrependimento [**aparente misericórdia com os pecadores**].

Passado algum tempo se percebe que quando as uvas são esmagadas produzem uma bebida vermelha, e resolvem voltar na fruta da árvore do conhecimento do bem e do mal, para conferir se ela é assim por dentro. Notam que não é, principalmente quando tentam fazer o suco dela, ficando bem clara — cor da pureza.

Dessa análise — concluem — as uvas são más, e esta árvore é boa. Todos fazem uma grande festa, e acabam por tomar do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal em forma de suco, com grandes goles e muita alegria. No fim de uma era Deus desce até eles, fartos e alegres. Ao perguntar o que fizeram à árvore da vida dizem que ela foi destruída, pois enganava as pessoas, e a isso Deus lhes diz que não faz sentido, pois ele disse claramente que poderia se comer de toda árvore, *menos* de uma. Todos ficam pasmos, não sabem o que dizer, porém, um se levanta e diz que não comeram dela, mas beberam o seu suco — assim, em momento algum transgrediram a lei de Deus. Deus, então, os destrói todos de uma vez, ali mesmo, por deturparem sua ordem que era simples, direta, sem submissão à cultura e nem variação.

Essa história longa que criamos mostra uma forma de como a lei é distorcida, e como se afastar dela por buscar uma série dessas derivações que parecem ordens lógicas a princípio. Mas não é assim que as Escrituras estabelecem a lei de Deus. Ela condena coisas mensuráveis, em geral diretas, que são como linhas demarcatórias: a mulher do próximo, a propriedade do próximo, deixar de adorar somente a um Deus verdadeiro, etc.; seus mandamentos jamais se baseiam em coisas sem forma clara, específica, e que podem variar com o tempo. A preguiça, os palavrões, gula e embriaguez são exemplos de atitudes subjetivas, e que podem variar a depender do trabalho, da língua e da tolerância dos indivíduos. Por natureza, nenhuma dessas coisas possui uma linha clara, e não podem, portanto, serem chamadas de pecado segundo a Lei de Deus – e trataremos de todas elas abaixo ainda.

Mesmo que tenhamos raiva do preguiçoso, ou do bêbado e semelhantes, acusa-los de pecado é dizer que merecem a morte e seguimos no caminho dos teólogos do Éden. E como atualmente tudo é pecado, tudo merece a morte. Veremos isso também, mas por hora é relevante observar com cuidado as derivações que tendemos a fazer do que Deus ordena, e como distorcemos, no longo prazo, uma ordem ou proibição simples inicial. O problema, é verdade, não é ser teólogo, mas ser qualquer um que crie regras além daquelas ditas e deduzidas *diretamente do texto bíblico*.

## COM QUAL FREQUÊNCIA VOCÊ PECA?

*Todo o que vive [está] nele **não peca** [ou não vive pecando], e aquele que peca não o viu e nem o conhece (1 João 3:6) — tradução nossa*

*Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo, para que não pequeis; e, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo. E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo. (1 João 2:1,2)*

Você já ouviu, certamente, que peca todos os dias. Afinal, se você não sente vontade de levantar da cama, está com preguiça e comete pecado. Se você comeu um pouco acima do que precisava, comeu mais do que é permitido e cometeu pecado; se apenas não quis contar a alguém como se sentia, mentiu ou omitiu, e por isso pecou. Porém, o que vemos em João? O pecado é uma possibilidade [“se”], não um modo de vida (mesmo caso o “se” [ἐάν] seja traduzido como um “quando”, se pressupõe uma prática *não contínua*). Se todos os dias/horas você peca, se é assim mesmo, logo, não é possível que haja cristianismo. Se vivemos num mundo de assediações pecaminosas em tudo, com pecados por todos os lados, com fracasso todos os dias, então vivemos um cristianismo miserável.

João só vê possibilidade de não vivermos em pecado porque sua definição de pecado é mais estrita do que a nossa: só pecamos se transgredimos a lei de Deus. Isso não é nem liberalismo e nem judaísmo, é a pura e simples lógica bíblica: se os pecados são bem definidos na lei, eu só peço se ultrapassar as linhas demarcadas.

E aqui é importante ressaltar que João está reconhecendo que pecamos, e se pecamos, então há uma lei sobre nós. Não é possível haver pecado sem lei, como também não é possível, para nós, não pecar em absoluto.

Além disso, o **pecado só pode ser limpo por propiciação**, isto é, com o derramamento de sangue, e nada fora disso (Hb 9:22b). Por isso, para o tratamento que abordamos neste livro, notaremos o que não há pena de morte ou exigência de sacrifícios. Portanto, quando teólogos vivem a criar pecados que a lei de Deus não disse existirem, precisamos nos preocupar.

Se o jardim do Éden fosse criação dos teólogos profissionais (não que não o sejamos) não teríamos chance de viver, mas Deus fez a sua lei como o seu jardim: milhares de formas de acertar, e poucas possibilidades para errar. É com vistas nisso que condenamos aquilo que cremos ser a **hiperlegislação da realidade**; e também contra isso fazemos todo o

nosso esforço, na esperança de que Deus tenha misericórdia e esclareça os assuntos para todos aqueles que os lerem.

Um teólogo que quer legislar tudo, cria pecados onde não existem, te tornando um ídola todos os dias, um adúltero todos os dias, um mentiroso todos os dias. E embora haja verdade no fato de sermos justos e pecadores ao mesmo tempo, tal fato existe em termos potenciais, pois do contrário não é possível haver justiça de verdade, visto que não faz sentido o sermos, ao mesmo tempo, duas coisas contrárias entre si. A Depravação da Vontade não deixou de ser verdadeira, lutamos ainda, e por isso podemos dizer que a nossa natureza humana ainda “carrega o pecado”, sem, entretanto, pecarmos a cada momento. Contudo, um cristianismo que entrega tudo ao fracasso diário de pecado prova que não houve poder algum nele para vencer o pecado — o pecado de verdade.

E não podemos dizer que é igualmente pecado aquilo que *induz* ao pecado ou tem *potencial* para tal, porque, se o fizermos, tornamos toda a realidade em uma série de tentações que se tornam, em si, pecado. William Perkins, por exemplo, produziu um material no qual afirmou que comer guloseimas é um precedente para o adultério — baseado em uma série de interpretações sobre o pecado de Davi. Esse tipo de tolice só perde para o farisaísmo por pouco. A conexão entre as partes só faz sentido na mentalidade de quem não raciocina de acordo a bíblia. E, embora seja verdade que devemos evitar a indução ao pecado (a tentação, como se ora no Pai Nosso), ela tende a ser subjetiva demais para poder entrar no poder da lei e ser considerada um pecado em si. Coisas subjetivas não podem ser pecado.

Por isso, reconhecemos a tensão na qual o apóstolo João nos coloca, ao dizer que não podemos também dizer que não temos pecado (1 Jo 1:8–10). Mas note, ele não passa a acusar os crentes de pecadores miseráveis, pois isso contradiria Paulo e o restante da Escritura, e por isso ele mesmo diz, no mesmo texto (v. 5–7) que não *vivemos* nas trevas (pois não é possível viver, ao mesmo tempo, nas trevas e na luz). Contrário a isso é somente o rigor ascético, que é uma herança grega e romana. Pois é dos gregos e sua filosofia que vem o ascetismo no Cristianismo, bem como é dos romanos que vem a preocupação legislativa, isto é, de regar cada quadrado da vida. Assim, o cristianismo foi inundado pelas virtudes gregas e direito romano onde deveria estar a Lei de Deus e o reconhecimento natural da autoridade.

Não negamos — claro — que as virtudes gregas sejam boas. Apoiamos a educação, o ensino, o estudo, além das artes e esportes. Mas dizer que uma linha curva ou reta em um determinado desenho arquitetônico seja pecado é uma questão que somente mentes incapazes imaginam. Não conseguem ver a riqueza da sabedoria de Deus, que se manifesta em mandamentos, ordens e instruções gerais que nos ajudam a ter uma vida menos sofrida enquanto o agrada.

Veja, por exemplo, aquela ordem de Gênesis 2 para que o homem se case em conjunto com a instrução de Paulo dizendo ser *melhor* ninguém se casar em 1 Coríntios 7. **Liberais** dirão que é contradição, **ascetas** se apegarão a Paulo, **conservadores** a Gênesis 2, mas somente alguém que entenda os graus de instruções dados por Deus é que pode ver que

tanto uma ordem como a outra não pode ser um imperativo moral absoluto. De forma que um é uma ordem geral [Gênesis 2] e outro um conselho circunstancial [1 Coríntios 7], sem que ambos deixem de ser *inspirados por Deus* – pois ser *inspirado por Deus, não equivale à ordem imperativa ou de mandamento*.

Diante disso é que devemos exercer compreensão e inteligência. Os teólogos que não entendem essas distinções acabam, por isso mesmo, pecando naquilo que eles acusam, por não verem aqui a preciosidade das ordens de Deus. O argumento é o de sempre oferecermos aquilo que é excelente para Deus. Mas Deus não quer o excelente. Deus quer a obediência — e obedecer nem sempre é dar-lhe a excelência.

Não foi assim mesmo que Saul perdeu o reino? Seu raciocínio o levou a crer que deveria dar o melhor do espólio da guerra para Deus, crendo agradecer a Deus por ter tido o cuidado de reconhecer, não maltratar, e não matar aquilo que havia de melhor (1 Sm 15:15). O argumento que Saul derivou da ordem de Deus o levou a concluir que fez *exatamente* o que Deus o ordenou fazer (1 Sm 15:13). Do versículo 18 até o 23 vemos como Deus se importa muito mais com a obediência humilde do que com o desejo de agradá-lo de forma “excelente”. A rebelião — diz Samuel — é como qualquer feitiçaria (v. 23). A excelência verdadeira encontra-se, portanto, na obediência integral às ordens de Deus, de todo o coração e entendimento, sem desviarmos para um lado ou outro, nem complicando aquilo que é dito diretamente por Deus.

Agora que você viu introdutoriamente o que queremos fazer, ainda precisamos ressaltar mais duas coisas: como podemos dividir a Escritura e o que é a Lei de Deus; pois só com estes princípios compreenderemos não só o que são Falsos Pecados, como também identificaremos quaisquer novos falsos pecados (dos quais trataremos apenas dos tradicionais e mais comuns). Entre estes “pecados”, trataremos da “Preguiça”, “Palavrão”, “Pirataria”, “Mentira” entre outros, portanto, se quer ser livre do que as várias denominações ensinam, é preciso que entenda os princípios explicados antes dos falsos pecados em si.

## AS DIVISÕES DA ESCRITURA

### QUESTÕES PRÉVIAS

Os legalistas geralmente criam várias ideias que são perpetuadas sem que se deem conta. Por exemplo, na mente legalista, **inspiração** da Escritura equivale à **legislação**. Não nos impressiona que os liberais achem que há partes não inspiradas nas Escrituras, pois haveria muita contradição se essas coisas fossem iguais. Se toda a Bíblia fosse “palavra-lei” teríamos um Deus confuso. Mas cremos que há coisas maiores do que essas briguinhas de liberais e legalistas. Para nós toda a Escritura é inspirada e tem por objetivo explicar a lei e nos ensinar a viver de modo justo; outras partes dela são claramente instruções de sabedoria e sobre como viver com maior qualidade. Ninguém ao ler

Provérbios deve esperar que tudo o que está ali escrito seja mandamento. Graças a Deus não. Até o Apóstolo Paulo, ao dar um conselho distinto do que a lei diz, se guarda de impor o que fala, distinguindo entre o que é mandamento de Deus e o que é conselho pessoal de Paulo para um momento específico de perseguição (1 Co 7:10, 12, 26).

Também não somos ignorantes do progresso da revelação; qualquer crente hoje tem mais revelação do que Abraão, por exemplo. Mas revelação também não é equivalente à lei. Toda a revelação de Deus aponta para lei e dá um passo a mais demonstrando um cumprimento de seus aspectos. Porém, jamais “revelação” pode ser confundida com “lei”, pois Deus não só revelou coisas aos apóstolos e profetas que nunca saberemos, como estas revelações não tiveram imposição legal sobre nós.

Toda a Escritura pulsa em torno da lei de Deus, que é vida e dá-nos a verdadeira liberdade, porque ela testemunha, junto com todo o AT, de Cristo (Jo 5:39). Pra qualquer um que quiser crer corretamente em Cristo e se submeter a ele, é requisito básico conhecer a lei de Moisés, pois sem ela, ou melhor, **sem crermos nela, não podemos crer em Cristo** (Jo 5:46, 47).

O Saduceu confundiu as coisas neste ponto, passou a crer que tinha o direito de separar a lei dos profetas e salmos. Ignorância. O diamante não perde valor quando tem os refletores apontados para ele, antes, todos olham para ele com mais desejo ainda de possuí-lo. A Lei de Deus é refletida nos profetas e por isso precisamos conhecê-la *pelos intérpretes autorizados por Deus*. Precisamos por isso entender que eventualmente as palavras de Deus são de instrução, ou de ordem, ou de esclarecimentos. E a sabedoria para entender e distinguir entre uma coisa e outra está exposta por toda a Escritura, sem engano. Não precisamos depender da conveniência do legalista nem da ciência e estudos culturais e históricos do liberal, pois se toda a Escritura é inspirada por Deus, Deus mesmo é quem a explica, e não podemos apelar pra algo inferior naquilo que queremos demonstrar do que é superior. Então, conquanto a revelação de Deus cresça nas Escrituras, sua lei é a mesma em toda ela.

Por isso devemos fugir das brigas e definições filosóficas capengas. Ideias de que pecado é paixão ao invés de transgressão além da intrusão da ciência na teologia indevidamente. Deus deu-nos a ciência para outras finalidades: Leibniz, Gödel, Turing, Babbage, Aristóteles, Frege, Peirce, Whitehead etc., todos estes têm seu espaço no seu campo, mas suas ferramentas não são capazes de explicarem corretamente a revelação bíblica, antes, devem ser vistos como vemos Tubalcaim e Jubal: iniciadores ou especialistas no seu campo – e tão somente isso.

Obs.: diferente dos espiritualistas ou pietistas que odeiam a lógica e o estudo, e também diferente dos reformados e teólogos mestres que aplicam a lógica e o estudo exaustivo, cremos que nem a lógica é ruim, ou a razão, pois são devidamente aplicadas nas suas áreas, e nem cremos que o uso da lógica na escritura seja bom. Isso ficará claro na medida em que o estudo deste livro avançar.

Você pode argumentar que tudo deve ser feito para a Glória de Deus. E quem discordará disso? O problema é que estes vivem criando categorias que são exclusivas como se só

elas glorificassem a Deus. Não só isso, mas deslocam o sentido original do conceito. Paulo nos instrui em 1 Co 10 que comer, beber e qualquer outra coisa para a glória de Deus é o abandono do ídolo, e o reconhecimento do benefício de Deus. Nada é necessário acrescentar a isto — exceto o ato de dar graças pelo que se recebe. Ora, o que é isso? (Isso sozinho acabaria com 1/3 dos livros cristãos, o que seria benéfico, pois diminuiria a exaustão intelectual que temos causado, de certo modo).

Não somos como os escolásticos ou neocalvinistas, que inventaram para si uma estética da glória de Deus. Caso assim fosse, ele mesmo teria nos instruído em sua lei sobre essas coisas — algo que não fez.

Tiago nos alerta sobre isso: quem julga erroneamente será julgado “desproporcionalmente”. Caso você crie distinções entre os indivíduos, você peca, e a lei não permite isso. Porque Deus, que é um só, disse o que devemos e o que não devemos fazer. De modo que se recusamos proceder com a misericórdia que ele nos ensina em sua lei, sem misericórdia seremos punidos; mas o que procede corretamente verá a misericórdia triunfar no juízo.

Tiago tem muito a nos dizer aqui. Ele é o livro de Provérbios do Novo Testamento, e assim como Provérbios, nos instrui a buscar por sabedoria para sabermos distinguir entre o pecado e a justiça. A lei de Deus é então vista como lei da liberdade, pois nos liberta, tirando de sobre nós as concepções que causam divisões desnecessárias. Isso vale para qualquer um: não podemos tratar ninguém por acepção de riquezas. Embora o escravo, a mulher e a criança tenham seus tratamentos próprios, jamais devem ser tratados injustamente. Isso **não dá os mesmos direitos a todos**, mas dá a todos **o mesmo acesso à verdade e justiça**.

## A DIVISÃO DA ESCRITURA

Vamos, a partir de agora, nos ater aos problemas levantados. O que são inspiração, lei, revelação e escritura?

## INSPIRAÇÃO

Começemos com a Inspiração. Segundo o apóstolo Paulo, toda Escritura é **inspirada** por Deus (2 Tm 3:16). Devemos nos ater aqui ao que ele quer dizer com o termo, pois a palavra que Paulo utiliza sempre é entendida como algo que provém de Deus diretamente. Nos Oráculos Sibílicos ela mesma é utilizada com este sentido, ao se referir à criação, pois Deus é “inspirador” de todas as coisas (i.e., aquele que criou tudo — Liv V, 406). Dessa forma compreendemos que tudo o que é dito por Deus é, pois, “inspirado” e, portanto, é útil (quem dirá que a criação não é útil?).

O que significa isso? De certo modo, tudo o que está escrito nas Escrituras Sagradas foi dito por Deus (basta se notar a sequência de “Assim diz o Senhor” nos profetas ou quando o texto bíblico, na Lei, mostra claramente que esta é sua origem). Esta “fala” de Deus é o que chamamos de inspirado. Em nossa língua isso fica confuso, é claro, pois temos uma ideia de inspiração como sendo uma noção genérica ou ânimo para fazer algo. Mas dizer que a Escritura é “inspirada” significa dizer que ela foi “soprada” ou

“falada” por Deus. Por isso Jesus mesmo diz que nenhum sinal gráfico da lei seria negligenciado (Mt 5:18).

Mateus 5:18 mostra como cada palavra foi inspirada por Deus, pois até as letras “y” (yod – em hebraico clássico já é um simples risco) e os sinais que distinguem entre um het e um hey eram de origem divina (normalmente nossas bíblias traduzem como “jota ou til”). Por isso, e sem erro, podemos dizer que tudo — **tudo** — o que Deus diz é inspirado.

Isso levanta uma questão, pois sabemos que toda a Escritura é inspirada, mas nem tudo o que foi inspirado está na Escritura. Embora não creiamos em tolices ‘inspiracionais’ modernas, é evidente, pela própria Escritura, que Paulo ouviu coisas de Deus que ele não escreveu (2 Co 12) e, portanto, tais coisas eram inspiradas, mas não tinham validade para serem passadas para a igreja (imagine a negligência que seria se todo o conteúdo inspirado fosse Lei, pois Paulo vedaria a lei à igreja ao não relatar o que ouviu e viu). A inspiração, assim, embora transborde para fora da Escritura, é nossa certeza de que toda a Escritura é “útil para ensino, instrução, repreensão e educação na justiça”.

Reconhecemos, portanto, que a inspiração da Escritura a faz ser toda útil nestas categorias que Paulo distingue. E essas distinções são importantes, pois a doutrina, instrução e justiça são coisas distintas, de modo que na Escritura há tanto doutrina quanto instrução “suave” que não implica legislação, bem como o ensino da justiça, que é legislação. Nesta distinção que Paulo mesmo faz ele mostra que Inspiração é diferente de lei, pois a inspiração apenas prova que a Escritura é útil em todos os aspectos, mas não que toda ela é formada de um só aspecto. Vejamos o texto:

*Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça (2 Timóteo 3:16)*

Note que Paulo neste texto não diz: todos os profetas, ou toda a lei, mas sim toda a Escritura. A Escritura (que veremos abaixo ainda) é a soma de todo o Antigo Testamento, e sendo a soma deste, não tem um único modo de ser utilizada, visto que o AT não possui somente leis, mas histórias, consolo, esperança etc. (Rm 15:4).

Conjuntamente, a Escritura ensina, isto é, tem um conteúdo que nos é intelectual propriamente. Intelectual aqui não é filosófico, mas instrutivo, mostrando-nos o que é a verdade de Deus, ou seja, a doutrina. Assim, o ensino da ressurreição, da natureza de Deus, e de quem é o seu povo, podem ser bons exemplos. Por outro lado, “redarguir” tem uma tradução mais confusa. Se entendida como em Hebreus 11:1, Paulo está mostrando-nos que a Escritura é a prova das coisas, nos apontando, de fato, o que as coisas são e como o são. Assim, ela não só diz que há ressurreição, mas diz como ela de fato é, provando pela promessa de Deus quando ocorreria, de modo que o ignorante possa crer nela (a escritura) como prova de Deus.

A Correção é um papel mais próprio da Lei, de modo que agora Paulo nos mostra que a Escritura repreende, corrige, quebra, para que haja arrependimento. Podemos exemplificar isso com a lei que proíbe o furto, mostrando, assim, que isso é errado mesmo que possa não parecer aos olhos humanos. Porém, repreender apenas é

insuficiente. É preciso que haja um tipo particular de ensino, mais do que saber sobre a ressurreição e quando se deu, é importante que pratiquemos o que Deus ordena positivamente. Desse modo, quem furtava, não deve mais furtar, mas trabalhar e compartilhar o que adquire – resultando na justiça de Deus, e disso a Lei está cheia de exemplos, bem como os profetas. Por isso, ser perfeito é compreender a doutrina, prova-la pela Escritura, se corrigir e corrigir e praticar a justiça. Isso é o modo completo de vida cristã, e nos mostra que a própria Escritura não é toda igual. Por isso, chegamos ao próximo ponto: a Lei.

## LEI

Jesus e os apóstolos distinguem claramente entre a Lei e o resto da Escritura (Lc 24:27, 44 – note este último versículo) e tal distinção não pode ser meramente por motivos de “instrução”, pois os nomes dados a cada parte da Escritura são claros: Lei, Salmos e Profetas. Os profetas não são chamados de Lei, e nem os salmos o são. Também o próprio Novo Testamento não é chamado assim, antes, as próprias cartas de Paulo eram reconhecidas como Escritura, mas não como Lei (2 Pedro 3:15, 16). Isso nada mais é do que a clara afirmação de que toda a Lei do crente se encontra nos cinco primeiros livros de Moisés e nada mais.

A palavra “lei” não é um vazio, por isso, não pode haver uma novidade em relação a ela. Cristo é enfático ao dizer que não se desfaria da lei e nem dos profetas (Mt 5:17). E embora possamos ver que haviam profetas no Novo Testamento, não vemos nenhuma nova lei nele, pelo contrário, vemos a exaltação da lei, para que ela esteja no coração de todos os que obedecem a Deus (Rm 3:31; 2:13, 23; 7:12; 1 Co 7:19; Gl 5:23; 1 Tm 1:8).

É verdade — como já explicamos — que a lei, entendida como uma constituição, teve parte de sua prática elevada, de modo que agora ela é a Lei de Cristo, sem todos os chamados “rituais” e “cerimônias”, ou melhor, com estes tendo sua elevação em Cristo, sendo praticados conforme a Nova Aliança. Porém, isso não anulou as ordens ou mandamentos, como veremos a seguir.

Por exemplo, na Lei temos o sinal da circuncisão, que é chamada de Lei (Lv 12:3, 7). Embora seja “lei”, a circuncisão não é mandamento, como Paulo mesmo mostra ao traçar a distinção em 1 Co 7:19, na qual diz, claramente, que a circuncisão nada é, **mas a observância dos mandamentos de Deus**. Se a circuncisão fosse um mandamento de Deus, logo, teríamos desobediência em lugar de liberdade e faria parte da segunda metade da sentença de Paulo. E, embora seja dito no Novo Testamento que a Lei tenha mudado (Hb 7:12), jamais foi dito que qualquer mandamento foi mudado ou abandonado (Mt 5:19; 15:3; 19:17; 22:40; Ef 6:2; 1 Tm 6:14; 1 Jo 2:3). Os mandamentos de ordenanças passaram (Ef 2:15), não os mandamentos da Lei.

Para um esclarecimento maior, veja o que Paulo diz a Timóteo:

*Sabemos, porém, que a lei é boa, se alguém dela usa legitimamente; sabendo isto, que a lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados, para os ímpios e pecadores, para os profanos e irreligiosos, para os parricidas e matricidas, para os homicidas, para os devassos [que*



*se entregam ao sexo cultural], para os sodomitas, para os roubadores de homens, para os mentirosos [falso testemunho], para os perjuros, e para o que for contrário à sã doutrina, conforme o evangelho da glória de Deus bem-aventurado, que me foi confiada. (1 Timóteo 1:8-11)*

Primeiro, em português não notamos a redundância: a lei é boa, se usada de acordo à lei (“se alguém usa dela legitimamente” é apenas uma tradução semântica). Paulo está mostrando que sozinha a lei se basta, e pode ser interpretada de acordo o que ela mesma dá, sem fontes externas, é o pico da revelação de Deus, e deve ser vista de acordo os padrões que ela mesma estabelece (e a Escritura inteira faz isso com a lei). Por tabela, nada na lei deve ser visto como fruto da cultura, época, momento ou língua. A Lei é pra ser vista de acordo o padrão que ela mesma impõe.

Contudo, e aqui é onde muitos se confundem, a Lei é feita para o injusto. Ora, acabamos de ver que mais adiante Paulo nos diz que Timóteo precisa ser justo (logo, com base na lei) e que também a própria lei deve ser vista com o padrão que ela dá. Seria uma contradição? Não. A conclusão é simples: se eu for justo (logo, de acordo a lei) pra quem me serve as acusações dela? Serei um ladrão? Serei um adúltero (deitando com a mulher do próximo)? Ora, se eu não pratico estas coisas, é claro que ela não se refere a mim, mas aquele que estas coisas pratica. Isto é o segundo ponto.

E em terceiro lugar, Paulo diz que este uso da lei contra os que a quebram é de acordo o Evangelho. Não precisamos atualizar o modo como a lei é vista, nem ler entrelinhas nela. O Evangelho é que nos mostra que ela serve para culpar quem é culpado e livrar quem é justo. Deus, em sua graça, usa a lei para repreender os pecadores, não os que não vivem em pecado. Os que não vivem em pecado estão praticando a lei e, portanto, a repreensão dela não é para estes.

## **REVELAÇÃO**

Mas não teríamos como saber estas coisas se Deus não as tivesse revelado por meio dos profetas e apóstolos. E, portanto, chegamos ao nosso próximo termo, que é revelação. A revelação é, de todos, o conteúdo mais simples. Ela é, nada mais nada menos, do que o “descobrir” de algo que antes não era conhecido. Todo o livro de Apocalipse é uma “revelação”, inclusive, este é o significado do nome do livro. A Revelação nada mais é do que o conteúdo ou a informação propriamente dita. Dessa forma, no mesmo exemplo de 2 Co 12, sabemos que Paulo recebeu uma revelação, da qual não podia contar aos seus. Embora pareça confundir-se com a inspiração não se perca, pense um pouco para que compreenda bem: A revelação é o conteúdo antes não conhecido, a inspiração é o fato de a revelação ser dada por Deus. E, do mesmo modo, a revelação não se limita às Escrituras, embora, claro, sua forma de atuação tenha acabado nos “últimos dias” (o fim da Antiga Aliança, na destruição de Jerusalém), como o Profeta Joel bem demonstra.

## **ESCRITURA**

Portanto, o que nos sobra? A Escritura, que é revelação, inspiração e dádiva, mas não é toda lei. Aquele que nega esta distinção básica nega o próprio ensino de Cristo e confunde a própria organização de Deus, não sabendo que Deus é organizado e não

daria uma lei pesada ao seu povo acima do que pode suportar. Ela é a soma da revelação de Deus, inspirada por ele.

#### • DIGRESSÃO

Por isso, todo homem tolo diz que a Lei de Deus possuía 613 mandamentos (o que é uma mentira judaica), e todo homem mais tolo ainda diz que toda a bíblia é lei. Que Deus guarde nossa mente em santidade para que saibamos distinguir entre uma coisa e outra.

Falando ainda em 613 mandamentos, saiba que tal informação não só é falsa, mas é fruto de derivações tolas dos judeus. O que eles fizeram apenas confundiu mais a lei com suas tradições. Ora, a tradição é boa, se mantida fiel à lei de Deus, mas é falha quando se distancia e deve ser evitada. É mesmo que fosse verdade que a lei de Deus possuísse 613 mandamentos, seria menos do que qualquer país hoje possui de leis, com o Brasil sendo um exemplo dos que possuem mais de 15 mil leis. A Lei de Deus inteira se resume em dois mandamentos, e destes dois temos os 10 que todos conhecem, além dos mandamentos relativos ao comércio, propriedade e sexualidade. Poucos são, no fim das contas, os mandamentos e proibições.

Dessa forma precisamos entender que a Escritura é apenas o registro por escrito do conselho e revelação de Deus, revelação manifesta em mandamentos, leis, preceitos, promessas e acontecimentos. Assim, fechamos nosso ciclo compreensivo do que são estas coisas. Abaixo, porém, trataremos resumidamente do que veremos no próximo capítulo, para que você se prepare para entender o assunto.

#### FINALIZAÇÃO

Precisamos entender que a lei sempre implica morte (vemos isso em Adão, vemos isso quando Paulo fala do salário do pecado, mas raramente pensamos nas penas da lei). Ora, o que é um mandamento? É aquilo que, sendo quebrado, resulta em morte, e Deus diz quais são as coisas que merecem a pena de morte — basta lermos o texto. O significado teológico da pena de morte raramente é considerado, pois a pena é a antecipação do inevitável fracasso final de nossa vida. Por exemplo, quando um homem se deitava com uma mulher casada ele sofria a pena de morte, mas um homem que se deitava com outra mulher, solteira, não sofria. Por qual razão? Para nos mostrar que um é pecado e outro não. Dessa forma, onde não há lei, não há transgressão (Rm 4:15).

Isso precisa ser melhor explicado: o que a lei não regulamenta, não é pecado. Simples. Se Deus não proíbe, não há pecado, pois não há o que transgredir. Assim a afirmação é forte, mas verdadeira: qualquer coisa que não está na Lei de Deus condenada, pode ser praticada resultando, no máximo, em vergonha ou algum nível de desordem, mas não na quebra do mandamento de Deus. É o que todo o Novo Testamento diz.

Sabemos que na Lei haviam várias punições: apedrejamento (morte), fogo (morte), restituição (com a morte de animal), chicoteamento (portanto, não um 'pecado'), cuspe e até corte de mão. Ao vermos as penas notamos claramente o que era o pecado, de modo que o único pecado "impossível" atualmente é o tocar coisas santas estando impuro, pois

agora todo crente é, por natureza puro, e as coisas santas são os membros da igreja, de forma que somente ímpios sofrem de modo profundo por fazerem mal aos crentes, merecendo o inferno por isso.

Que é então a morte? É a pena para o pecado, e o pecado, portanto, sempre — repito — sempre estará atrelado à morte, e onde não há morte não há pecado. Por isso que os mandamentos continuam, porque sua quebra gera morte. O que gera a falta de circuncisão? A falta de circuncisão impedia qualquer um de participar da Páscoa (Êx 12:48), o que não era a pena de morte. Ora, sem pena de morte não há nenhum pecado em vista, logo, Paulo pode dizer que a circuncisão não é mandamento (além de ela apontar que entramos na aliança no “oitavo dia”, também ecoa os rituais de purificação que sempre iniciam a pureza no oitavo dia). Portanto, se quem podia participar da Páscoa eram somente os circuncidados, estes é que estavam obrigados a guardarem toda a lei (Gl 5:3). E como fica evidente, a circuncisão, por não ser mandamento, encontra outra expressão na Nova Aliança, que é o cortar o corpo do pecado (Cl 2:11 — não, não é o batismo). Se a pele do pênis era ruim, Paulo entende que ela simboliza, junto com tudo o que tem que ser jogado fora (fermento, obras etc.), o pecado. Ele entende que todos os rituais nada mais expressam do que o abandono do pecado e a novidade de vida. Por isso a circuncisão era feita no oitavo dia, pois agora temos a nova vida de Cristo e reunimo-nos em assembleia no “oitavo dia”.

Como é claro, há duas leis: a lei dos mandamentos e a lei das ordenanças (não, não há “lei civil”, embora a chamada “esfera civil” atuasse para aplicar as penas sobre quem quebrava os mandamentos, mas apenas isso). A primeira permanece para sempre em ordem, e a segunda passou a ter seu significado elevado. É assim que Deus nos ordena a praticar sua justiça e verdade, sem que abandonemos o que ele exige de nós.

Que pratiquemos a bondade, a justiça e a verdade, com o objetivo de que Deus se faça presente entre nós.

### **Concluindo**

- Nem toda a Escritura é Lei; portanto, ela tem subdivisões; elas são: Lei, Poesia e Profetas;
- A Poética e os Profetas se preocupam em expor a Lei e trazer novas revelações;
- A lei se destaca porque prevê a pena de morte para sua quebra;
- Assim, toda a Escritura é inspirada, mas nem toda ela é igual em suas ordens e instruções.

## **O QUE É A LEI DE DEUS?**

É aqui onde você aprenderá os princípios reais que aplicamos em todo o resto do livro. Portanto, não deixe de ler atentamente esta parte, para que não deixe de compreender o que estará sendo dito mais adiante.

Ó Senhor, a nós pertence a confusão de rosto, aos nossos reis, aos nossos príncipes, e a nossos pais, porque **pecamos** contra ti. Ao Senhor, nosso Deus, pertencem a misericórdia, e o perdão; pois nos rebelamos contra ele, E não obedecemos à voz do Senhor, nosso Deus, para andarmos **nas suas leis [Torah]**, que nos deu por intermédio de seus servos, os profetas. Sim, todo o Israel transgrediu a tua lei, desviando-se para não obedecer à tua voz; por isso a maldição e o juramento, **que estão escritos na lei de Moisés, servo de Deus, se derramaram sobre nós; porque pecamos contra ele.** E ele confirmou a sua palavra, que falou contra nós, e contra os nossos juizes que nos julgavam, trazendo sobre nós um grande mal; porquanto debaixo de todo o céu nunca se fez como se tem feito em Jerusalém. **Como está escrito na lei de Moisés, todo este mal nos sobreveio; apesar disso, não suplicamos à face do Senhor nosso Deus, para nos convertermos das nossas iniquidades, e para nos aplicarmos à tua verdade.** (Daniel 9:8–13)

Vamos começar com uma pergunta simples: a lei de Deus está só no Pentateuco ou se estende por toda a bíblia?

Explicaremos o que queremos com isso: se a lei de Deus é dada somente no pentateuco, todo o resto da Escritura é uma extensão disso, com novas revelações, mas não novas leis. Se o pentateuco contém a lei de Deus mas ela não se exaure aí, então, precisaremos de uma hermenêutica que nos instrua quanto a achar esses outros mandamentos dispersos pela bíblia (não seriam derivações? Ou não seriam instruções gerais? Todo imperativo implica mandamento?).

Para entendermos isso essa passagem de Daniel acima é sugestiva. No versículo 10 Daniel diz que a Torah foi dada (?) pelos profetas. Ora, sabemos que a Torah veio por intermédio de Moisés (v. 13), por qual razão Daniel diz que a lei foi dada pelos profetas (no plural)? A palavra-chave nesse ponto é “dar”. A Torah de Deus é de Moisés, mas foram os profetas que explicaram e expuseram ela para o povo. Esse termo (nātan) equivocadamente traduzido como “dar” é melhor entendido como “estabelecido”, “demonstrado” neste contexto. E como sabemos disso? Veja como Daniel começa o capítulo:

*no primeiro ano do seu reinado, eu, Daniel, entendi, pelos livros, que o número de anos, de que falara o Senhor ao profeta Jeremias, que haviam de durar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos. Voltei o rosto ao Senhor Deus, para o buscar com oração e súplicas, com jejum, pano de saco e cinza. (Daniel 9:2,3)*

Que lei que Jeremias deu? Nenhuma, ele apenas mostrou que o povo transgrediu a lei e que seria levado para o cativeiro como a lei previa. Assim, Jeremias apenas prevê que essa pena duraria 70 anos, não que vinha daí uma nova lei. Logo após dizer isso, Daniel começa sua oração. Nessa oração Daniel entende que pecado é transgressão da lei de Deus (v. 11). Raciocine como o profeta Daniel: Israel foi para o cativeiro porque transgrediu a lei, e a lei foi exposta pelos profetas ao Povo. Os profetas são, portanto, aqueles que expõe a Torah, enquanto que a Torah é o conteúdo do que o povo deve guardar e não ultrapassar. Por isso o pecado é a Transgressão da Lei, e nada mais.

É importante perceber que a Torah contém toda a lei de Deus, e a lei de Deus acaba nela, sem nenhum novo mandamento essencialmente (sim, eu sei que você está pensando em Jesus dizendo “novo mandamento vos dou”, mas explicaremos). Qualquer conteúdo posterior se alinhará ao que a Torah diz, e será submisso a ela, sem acrescentar novos mandamentos. Deus deu os seus mandamentos a Moisés e a ninguém mais:

*Então disse o Senhor a Moisés: Sobe a mim ao monte, e fica lá; e dar-te-ei as tábuas de pedra e a lei, e os mandamentos que tenho escrito, para os ensinar. (Êxodo 24:12)*

*como Moisés, servo do Senhor, ordenara aos filhos de Israel, segundo o que está escrito no Livro da Lei de Moisés (Josué 8:31)*

*Esforçai-vos, pois, muito para guardardes e cumprirdes tudo quanto está escrito no Livro da Lei de Moisés (Josué 23:6)*

*Porém os filhos dos assassinos não matou, segundo está escrito no Livro da Lei de Moisés, no qual o Senhor deu ordem, dizendo: Os pais não serão mortos por causa dos filhos, nem os filhos por causa dos pais; cada qual será morto pelo seu próprio pecado. (2 Reis 14:6)*

Procure em qualquer lugar “a Lei de Jeremias” ou “a Lei de Ezequiel” ou de qualquer outro indivíduo entre Moisés e Cristo e não encontrará nenhuma outra lei, pois só há a Lei de Moisés e a Lei de Cristo (abaixo explicada).

Isso é um dos pontos principais. Toda a bíblia gira em torno da lei de Moisés; não há nada na bíblia semelhante à lei natural (com leis distintas das bíblicas) e nem teologicamente deduzida de outra parte das escrituras. Como consequência só é pecado o que a Torah (a Lei) diz que é pecado e nada mais além dela (1 Jo 3:4).

Como sabemos que a lei é somente a Torah? Bom, a começar pelo nome (Torah significa “Lei”), toda vez que a bíblia se refere à alguma lei ela sempre é encontrada na Torah. Quem tem que provar que a lei de Deus está também fora da Torah é quem não acredita nessa compreensão básica no próprio nome dos 5 primeiros livros e de como os outros livros se referem a estes.

Ainda não crê nisso? Ora, Deus mesmo disse que nenhuma lei nova seria acrescentada na Torah (Dt 4:2; 12:32). Se você acredita que o Novo Testamento ou os profetas trazem consigo novas leis, ordens e mandamentos, então está criando uma contradição, o que jamais poderá ocorrer, já que Deus não mente e não se contradiz. É inegável que quando Deus determina que nada pode ser acrescentado, ele está lidando com mandamentos, pois até mesmo Apocalipse 22, ao proibir o acréscimo, o faz somente após a breve citação de alguns mandamentos (Ap 22:15; 18 [é quase o equivalente ao Dez Mandamentos, inclusive]).

Se você não compreendeu isso, nem compensa continuar a leitura. Se compreendeu, mas não concorda, ainda há chance para você.

## **A LEI DE CRISTO**

Não podemos ignorar o que chamamos de “Lei de Cristo” (1 Co 9:21; Gl 6:2). Que é essa lei? Podemos dizer que A Lei de Moisés é toda a Torah (é assim que sempre é referida no próprio Antigo Testamento, como você pode notar nos textos que já citamos acima); a Lei de Cristo, então, necessariamente é algo distinto do conteúdo total da Torah, já que, claramente é chamada “de Cristo”, e não “de Moisés”.

Porém, todas as vezes que Cristo mesmo se refere a mandamentos ele diz que é o “amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a ti mesmo” (Mc 12:28– 31; cf. Dt 6:5; Lv 19:18). Ora, até quando Cristo dá uma ordem particular, ela é apenas uma repetição dos mandamentos contidos dentro da Lei de Moisés (como você pode conferir comparando Marcos 12:28–31 com Deuteronômio 6:5 e Levítico 19:18). Cristo nunca deu uma ordem que não estivesse, também, na Torah! A lei de Cristo é, na verdade, um recorte dentro da Torah, algo específico, que não era compreendido durante o período que a Torah inteira estava em vigor. Explicamos.

A lógica é simples:

- Lei de Moisés = **todo** o conteúdo da Torah;
- Lei de Cristo = somente os mandamentos **contidos** na Torah;

Por qual razão sabemos que é verdade essa divisão acima? Primeiro porque, como vimos, nunca Cristo deu uma ordem que não estivesse na Torah antes e, segundo, porque em Cristo não praticamos mais as festas estabelecidas na Torah, logo, tem uma distinção entre as ordens de Cristo e de Moisés, mas ela não está em relação aos mandamentos contidos na Torah, pois estes são reafirmados por Cristo.

Nem toda ordem na Torah é um mandamento (1 Co 7:19 — Paulo distingue entre a circuncisão e guardar os mandamentos de Deus). Isso quer dizer que o próprio apóstolo Paulo via que nem só porque uma ordem estava no imperativo implicava o conceito de mandamento. A circuncisão, por isso, “nada é”, ou, na linguagem do autor da carta aos Hebreus: “é sombra”. Assim, a lei possui apenas duas categorias: sombras (ou tipos) e mandamentos. O que temos, então, é que mandamentos continuam sem os “excessos” presentes na Torah.

Isso é esclarecedor se notarmos o que Paulo diz em 1 Coríntios 9:21. Ele diz que prega aos que estão sem lei, como se estivesse sem, mas não estando, de fato, sem lei, pois segue a lei de Cristo. A conclusão é lógica: os gentios, que não têm lei, não precisam que Paulo pareça um judeu, isto é, seguindo as ordens levíticas, mas ele não deixa de praticar os mandamentos de Deus (1 Co 7:19). Assim, fica claro que a “Lei de Cristo”, nada mais é do que o mínimo requerido dele na Lei de Deus. O que fazemos, portanto, com o “novo mandamento vos dou”?

***Um novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros; assim como Eu vos amei; que dessa mesma maneira tenhais amor uns para com os outros. (João 13:34)***

A Lei já exigia que nos amássemos mutuamente (Lv 19:18), então, qual parte desse mandamento é uma novidade? Todo ele? Não pode ser, pois, como vimos, a ordem para

o amor mútuo está apenas sendo repetida. Porém há algo que não está na Lei de Moisés: assim como **eu vos amei**. Existe um sentido em que isso é novo, Moisés não era o Messias, ele não poderia dar a si mesmo pela salvação do povo; Cristo, por outro lado, pode dar a própria vida para salvar os seus; nesse sentido, Cristo dá uma total novidade: vocês amarão ao próximo, mas me usarão como padrão básico e não somente o “como a si mesmo”. Assim, não é que o mandamento integralmente seja novo, mas que a base sobre a qual ele se estabelece é nova: Cristo.

Perceba, não é que houve uma mudança na ordem, já que permanece a mesma. Antes a base para eu amar o próximo era eu mesmo somente; como vemos, Cristo também afirma que devemos amar o próximo como a nós mesmos (Mt 22:37-39). Contudo, a novidade é que Cristo não havia se encarnado na época que a Torah foi dada, então, Moisés não podia dizer: ame o próximo como Cristo. Porém, com Cristo revelado, ele pode dizer: como **eu vos amei**. Dessa forma a ordem permanece (ame o seu próximo), mas ela foi elevada (como Cristo nos amou). Quer dizer que a primeira ordem da Torah deixou de ser verdadeira? De modo algum! Agora ela é vista com olhos mais claros, mas sua afirmação básica (como a ti mesmo) continua existindo, sem ignorar que podemos transcender a nós mesmos.

Não precisamos reconciliar os textos, só compreender que o único elemento novo no mandamento é a base dele.

## COMO IDENTIFICAR UM MANDAMENTO?

Em Gênesis 1–3 vemos a transgressão do primeiro mandamento (negativo) que Deus deu ao homem: comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Pense bem: este é o primeiro pecado, e a morte entra no mundo por meio dele. O pecado, é evidente, existe como causa da morte, e isso nos é ensinado já no início de Gênesis como que gritando num megafone: Pecado gera morte. Não é uma coisa por fora. Se não há morte como punição, então não há pecado (eu sei eu sei, você está lembrando de 1 João que diz que há pecado que não é para a morte, vamos chegar lá). O fato é que Gênesis 1 – 3 inicia a Torah para passar o princípio de que: o pecado gera a morte, ou por transgredirmos a lei de Deus em suas ordens negativas ou por ignorarmos as ordens positivas (a árvore da vida). Deus já ensinava, desde o começo, como ele trata seus próprios mandamentos.

Esse é o entendimento de Paulo em Romanos 6:23, e isso não é só um sentido escatológico ou de que o primeiro pecado no mundo gerou a morte. A teologia de Paulo é consistente: o salário do pecado (qualquer que seja) é a morte. Não há um pecado que não gere a morte. Mas que diabos isso quer dizer? 1 João 3:4 diz que pecado é a transgressão da Lei, então, é evidente que pecado só se encontra na Lei, e a lei diz quais ordens se quebradas geram morte (Rm 6:23). A conclusão é simples:

- Pecado = Transgressão da Lei (1 Jo 3:4)
  - A Lei = Torah (Pentateuco)
- Na Lei o Pecado = Morte (Rm 6:23) pois,
- O que há pena de morte na lei = Pecado

Mandamentos geram morte quando quebrados, se não há morte não há quebra de mandamento, e sem quebra de mandamento não há pecado. Assim, quando lemos, por exemplo, em Levítico, de que quem comia carne imunda não era morto nem precisava oferecer um sacrifício, fica claro que não estamos diante de um pecado, mas somente de uma imundície, isto é, algo que me impede de tocar no que é santo, mas não é pecado. Fica evidente que a própria Torah distingue entre pecado (mandamento) e imundície (ordens que podem chegar a um fim).

Então você dirá: “mas o furto não gerava morte! Te peguei!” Bom, eu não disse em momento algum que o pecado gera a morte do transgressor simplesmente. Tanto Paulo (Rm 6:23) quanto João e o autor de Hebreus entendem que a morte é uma coisa direta e que funciona sozinha, ou seja, sem ser aplicada a um ser humano, mas também a animais (Hb 9:21, 22). Veja bem, sem derramamento de sangue não há remissão (do pecado), como Hebreus 9 argumenta, e lá, o texto claramente relaciona isso a animais.

A remissão do pecado só pode ocorrer porque um mandamento foi transgredido, e a pena de morte se recairá sobre você ou sobre algo que te represente e substitua penalmente. Como isso é estabelecido na Lei? Simples: Levítico 6:1–7 mostra que o ladrão deve oferecer um sacrifício animal após restituir o que foi roubado. Ora, qual ignorante negará que até para o furto havia pena de morte? Porém, para que houvesse justiça, Deus não mandava matar o ladrão, mas que ele oferecesse um sacrifício animal, para expiar o pecado dele, tirando dele a culpa, que geraria a morte pessoal dele. Assim, nem a morte deixou de ser aplicada e nem o pecador deixou de ser transgressor.

Obs.: Levítico 6, diferente de Êxodo 22, está tratando da necessidade sacrificial pelo furto/roubo. Além disso, existem mais algumas distinções nos dois textos, como a quantidade da restituição. Porém, o problema que surge e que não pode ser ignorado é que, se é pecado o furto, então, há alguma morte nele (Rm 6:23) e, portanto, derramamento de sangue (Hb 9:21, 22). Assim, quando Levítico estabelece o sacrifício, está dizendo que há pecado no furto, ainda que os casos difiram entre si.

Procure na lei tais pecados sem morte e não achará. Ser chicoteado, por exemplo, era disciplinar, e não envolvia sacrifícios animais ou humanos. Não é sobre pecado, mas sobre direcionamento e significado teológico: a lei tem este significado: encerrar tudo embaixo do pecado, mostrando o que é que gera a morte (por meio daquilo que Deus impõe a pena de morte). O significado teológico é claro: o pecado gera a morte, se não gera morte, não é pecado. Abaixo, para que tudo fique mais esclarecido, trataremos de alguns textos.

## 1 JOÃO 5:16

*Se alguém vir seu irmão cometer pecado que não leva à morte, ore, e Deus dará vida ao que pecou. Refiro-me àqueles cujo pecado não leva à morte. Há pecado que leva à morte; não estou dizendo que se deva orar por este.*

Aqui é onde o homem orgulhoso se levanta contra todos os outros textos que claramente ensinam que o pecado sempre leva à morte para tentar provar que há pecado que não



leva à morte. Porém, nós lidaremos com a verdade e vamos ver o texto em três níveis: o significado direto, o texto original e o contexto.

Mesmo em português está evidente que o texto diz que todo pecado leva à morte. Veja o que diz o versículo: “ore, e Deus **dará vida** ao que pecou”. João está dizendo que, espiritualmente, este irmão morreu, mas o pedido por ele faz com que Deus o dê vida. Ora, Deus só dá vida àquilo que está morto, e não ao que já está vivo! Imediatamente na primeira metade do versículo está provado que o que João está dizendo não é que não há pecado em absoluto para morte, mas que há um pecado em particular pelo qual se quer vale a pena orar, caso cometido. O ponto de João não é distinguir entre um pecado e outro, mas por qual pecado não é necessário que você ore, caso cometido por alguém. Veja: “Deus dará vida” implica que “este irmão morreu”.

Mas e o grego? João é muito claro, pois diz que no primeiro caso, é um irmão abertamente, enquanto no segundo caso, isto é, o indivíduo que peca para a morte, não é se quer mencionado como um irmão no sentido estrito, e por isso não se deve orar por este. O grego segue em direção de um afastamento (algo como: saiu do nosso meio, mas não é dos nossos). Além disso, a vida mencionada na passagem é um termo genérico pra um tipo de “vida espiritual” (ζωή), significando que Deus dá de volta não uma vida física, mas a vida espiritual do indivíduo; enquanto o outro morre espiritualmente de modo indefinido.

E o contexto? João diz que tudo o que escreveu em sua carta é para confirmar que aqueles que creem em Cristo têm a vida eterna (v. 13), então, seu ensino na carta é sobre como identificar alguém justo e que não vive em pecado, e alguém que vive em pecado (1 João 1). Os pecados que João condena na carta são coisas como o ódio ao irmão (1 Jo 2:9) e a negação de que Cristo veio em carne (1 Jo 4). Este último caso é o mais interessante e focal na carta, já que ele começa o capítulo 5 dizendo que Cristo nasceu de Deus e se encarnou (passando pela água e sangue), de modo que crer nisso é crer no Filho (1 Jo 5:10). Negar que Cristo veio em carne é ter o espírito do anticristo. E o que é anticristo é aquele que sai do meio da igreja (1 Jo 2:19), negando que Cristo veio em carne. Isso é o assunto retomado por João no capítulo 5 e que ele quer que os crentes entendam, porque só tendo o Filho [encarnado] é que se tem a vida (1 Jo 5:12). O que é isso?

João está em todo o contexto dizendo que o pecado que denuncia é a negação da vinda de Cristo. Quem diz isso não tem solução, porque negou o Filho e não tem a vida (1 Jo 5:11), pois só há vida no Filho. O que é mais claro que isso? O pecado para a morte é a crença no gnosticismo, doutrina que nega o Filho, pois nega sua encarnação, e nenhum gnóstico tem o Filho, e por isso não tem a vida eterna, e se não tem vida, não adianta orar por este. O que nasceu de Deus não comete este pecado (1 Jo 5:18).

Como você pode ver, o texto aponta claramente para a verdade única de que todo pecado leva à morte, mas há um pecado que nega o próprio Filho, e este nunca teve a vida porque só os que nasceram de Deus não pecam assim. Um Filho de Deus peca, mas seu pecado não leva à morte inevitável, basta que se interceda por ele para que Deus lhe dê novamente a vida que perdeu ao pecar (leia toda a 1 carta de João, e preste atenção no

fato de que o anticristo **foi** essencialmente este tipo de pecador: que nega que Cristo veio em carne).

## ROMANOS 5:12-17

*Portanto, como **por um homem** entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens por isso que todos pecaram. Porque até à lei estava o pecado no mundo, **mas o pecado não é imputado, não havendo lei. No entanto**, a morte reinou desde **Adão até Moisés**, até sobre aqueles que não tinham pecado à semelhança da transgressão de Adão, o qual é a figura daquele que havia de vir. Mas não é assim o dom gratuito como a ofensa. Porque, se pela ofensa de um morreram muitos, muito mais a graça de Deus, e o dom pela graça, que é de um só homem, Jesus Cristo, abundou sobre muitos. E não foi assim o dom como a ofensa, por um só que pecou. Porque **o juízo veio de uma só ofensa**, na verdade, para condenação, mas o dom gratuito veio de muitas ofensas para justificação. Porque, se pela ofensa de um só, a **morte reinou por esse**, muito mais os que recebem a abundância da graça, e do dom da justiça, reinarão em vida por um só, Jesus Cristo. (Romanos 5:12-17)*

Os versículos acima são esclarecedores. Veja a lógica de Paulo: se nós morremos (e a morte só existe por causa da transgressão da Lei), logo, todos pecaram (Rm 3:23), porque todos os homens morrem (ou seja, só é pecado o que gera morte). Inclusive, até mesmo os homens que viveram entre Adão e Moisés, que viveram sem Lei dada, morreram. Sem Lei o pecado não é imputado, não há porque morrerem homens se Deus deixou o mundo “sem lei” todo este tempo. Isso faz Paulo recuar no argumento, pois nota um problema (“no entanto”), fazendo com que ele realce o fato: mesmo quem não quebrou nenhuma ordem como Adão morreu (por isso Paulo está falando do período entre Adão e Moisés, pois não havia “lei”). Então, para provar o ponto, ele diz: todos morrem (“veio o juízo”) por causa **de uma ofensa** – não por causa do que os homens fizeram entre Adão e Moisés.

Obs.: lembre-se que Deus visitava o pecado dos pais nos filhos, de modo que a morte física é perpetuada por causa do pecado do primeiro pai – Adão.

Veja um exemplo direto: os filhos de Adão se casaram entre si, porém, na Lei, posteriormente, é proibida qualquer relação entre parentes (Lv 18:6, 9). Ora, os filhos de Adão, portanto, não pecaram à semelhança de Adão, visto que não havia lei que proibia irmãos se casarem. Logo, por que houve morte mesmo entre os filhos de Adão, se Deus não deu a eles nenhuma lei em particular como a Adão? A resposta é bem simples: essa morte existiu porque os homens pecaram em Adão (cometeram pecado no ato de Adão e herdaram dele o pecado) e, como Adão é figura de Cristo, a morte passou a todos os homens, assim como a vida de Cristo passa para aqueles que são justificados em Jesus. Quer maior prova do que a não existência de Lei prova que o pecado não pode ser imputado? Veja aí mesmo, Paulo dizendo com todas as palavras: “o pecado não é imputado, não havendo lei” – os homens transgrediram uma lei: a dada no Jardim do Éden.

O raciocínio funciona assim:

1 – O pecado é o que leva à morte > os homens que viveram entre Adão e Moisés morreram > Portanto, de algum modo pecaram.

2 – Mas Deus não havia dado a Lei > então estes homens só morreram porque pecaram em Adão > Mesmo os homens que não têm nenhum registro de pecado em sua vida.

3 – Assim: (a) só morre quem pecou, (b) todos morrem, logo, (c) todos pecaram. Essa é a conclusão de Paulo em Romanos 3 e 5.

Para isso, contudo, podem levantar algumas questões: o que fazer dos homens que morreram no Dilúvio, não havendo lei? A resposta é simples: eles morreram mesmo sem lei, e por isso precisaram de um anúncio posterior: 1 Pd 3:18-20 (note que o texto trata justamente do caso do dilúvio, pois estes homens morreram “sem lei”). Lembre-se de que era evidente que o assassinato (a causa do dilúvio – Gn 6:11, 13) era pecado, mas não era imputado, justamente pelos motivos dados por Paulo; e mesmo sem essa imputação, Deus mandou o Dilúvio, o que criou uma pendência, resolvida no Novo Testamento (1 Pd 3:18- 20).

### ROMANOS 14:23

*É bom não comer carne, nem beber vinho, nem fazer qualquer outra coisa com que teu irmão venha a tropeçar [...] Mas aquele que tem dúvidas é condenado se comer, porque o que faz não provém de fé; e tudo o que não provém de fé é pecado. (Romanos 14:21, 23)*

A pergunta óbvia neste texto é: o que significa não “vir da fé”? Ora, o sentido é: a incredulidade. Se eu não creio que é puro o que como, logo, cometo pecado, por fazê-lo em incredulidade. Não se trata meramente de uma incerteza circunstancial. O foco de Paulo é mostrar que não podemos confundir, naquilo que se come, a nossa fé, pois o reino de Deus não é comida ou bebida. Por outro lado, o paralelo melhor com Romanos 14 é 1 Coríntios 8:7. Ora, sabemos que vinho e comida em geral não era um problema para quase ninguém na época de Paulo, porém Paulo relaciona isso com “impureza” e nos leva a crer que o problema é maior do que mera impureza ritual (já que na Lei o vinho não era uma bebida impura).

O que seria isso? Crentes associando a bebida aos ídolos e tratando-as como impuras. O contraste para isso é comer sem expor estas coisas – é por isso que o assunto da fé e do amor entra nessa passagem, pois somente com a fé de que é puro se pode comer algo dedicado a um ídolo (1 Co 8:4, 9 [cf. todo o capítulo]).

### 1 CORÍNTIOS 10:5-11

*Mas Deus não se agradou da maior parte deles, por isso foram prostrados no deserto. E estas coisas foram-nos feitas em figura, para que não cobicemos as coisas más, como eles cobiçaram. Não vos façais, pois, **idólatras**, como alguns deles, conforme está escrito: O povo assentou-se a comer e a beber, e levantou-se para folgar [1]. E não nos forniquemos, como alguns deles fizeram; e caíram num dia vinte e três mil [2]. E não tentemos a Cristo, como alguns deles também tentaram, e pereceram pelas serpentes [3]. E não murmureis, como também alguns deles*

*murmuraram, e pereceram pelo destruidor [4]. Ora, tudo isto lhes sobreveio como figuras, e estão escritas para aviso nosso, para quem já são chegados os fins dos séculos. (1 Coríntios 10:5-11)*

Paulo nos mostra novamente a sua teologia do pecado, apontando que o que não agrada a Deus resulta somente em morte, razão do porquê é dito que os israelitas, em sua maior parte, ficaram ‘prostrados’ (foram mortos) no deserto. E como prova disso, ele cita quatro circunstâncias que resultaram todas na mesma coisa: *morte*.

[1] – A idolatria em Êxodo 32:4-28: nesta situação, o povo comeu e bebeu em honra à imagem feita de Deus (ou de deuses), cometendo o pecado que nas nossas bíblias aparece como bebedeira e glotonaria (que nada mais é do que comer e beber em honra a outra divindade ou em falso culto a Deus). O resultado dessa ação está nos versículos 10, 27 e 28 – morte. Nessa primeira prova, o pecado é o que gera a morte. E os pecados em vista são: idolatria, glotonaria e bebedice.

[2] – A “fornicação” em Números 25:1-11: claramente aqui “fornicação” não é sexo sem casamento, mas sexo em honra a alguma divindade falsa. Ora Paulo está instruindo aos coríntios que vendo que estes homens morreram, não devem praticar as mesmas coisas que eles, pois só é pecado o que gera a morte. E o pecado em vista aqui é o **sexo cultural** e idolatria.

[3] – A “tentação” em Números 21:5-7: agora o povo tenta a Deus, dizendo que prefere voltar do que morrer no deserto, e nisso pecaram, pois testaram a Deus, esperando que ele fizesse melhor do que fez. O resultado? A morte de vários picados por serpentes. Ao verem que começaram a morrer os israelitas em dor dizem: “pecamos!” (v. 7), pois entenderam que o pecado gera morte e, portanto, só pode ser pecado aquilo que mata na lei. O pecado foi tentar a Deus.

[4] – A “murmuração” em Números 16:41-48: O povo passou a murmurar contra Moisés e Deus, porém, ocorre que isso não agrada ao Senhor. O que ele fez, portanto? Matou os israelitas com uma praga. Agora, todos podiam ter certeza que pecado é só o que gera a morte, pois só gera a morte o que não agrada a Deus, sendo, assim, a forma como a lei trata o pecado. O pecado da “murmuração” (que na verdade é falar *contra a Deus e as autoridades de Deus*, e não meramente não estar satisfeito com algo).

Paulo diz que estas coisas ocorreram assim para ensinar aqueles crentes, do primeiro século, sobre o que é pecado. Ora, o que os crentes devem evitar? Aquilo que existe pena de morte na Lei, e tão somente isso – este é o raciocínio de Paulo, não meu. Se te parece legalista por um lado ou liberal por outro (afinal, a lei não chama de pecado muitas das coisas que chamamos), reclame com Deus, e cometa o erro dos incrédulos de Números 16.

## **GÁLATAS 5:18-23**

*Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei. Porque as **obras da carne são manifestas**, as quais são: adultério, fornicação, impureza, lascívia, idolatria, feitiçaria, inimizades, porfias, emulações, iras, pelejas, dissensões, heresias, invejas, homicídios, bebedices,*

*glotonarias, e coisas semelhantes a estas, acerca das quais vos declaro, como já antes vos disse, que os que cometem tais coisas não herdarão o reino de Deus. Mas o fruto do Espírito é: amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. **Contra estas coisas não há lei.** (Gálatas 5:18-23)*

Muitos homens utilizam este texto para dizer que no Novo Testamento não há mais pecado, mas somente obras da carne. O problema é que qualquer um que conhece a Lei sabe que o que Paulo chama de “obras da Carne” nada mais são do que mandamentos quebrados. Por exemplo, o que ele chama de “Idolatria” é condenado no Primeiro e Segundo mandamento. Todas as coisas carnis que estão neste texto de Gálatas se encontram, de um modo ou outro, proibidas na Lei de Deus, porém, não cabe uma exposição detalhada desse texto agora, pois o nosso foco é a parte final do texto.

Paulo, ao afirmar as coisas positivas (e também para provar que as obras da carne são quebras da lei), termina dizendo: “contra estas coisas não há lei”. E aqui duas coisas estão sendo afirmadas:

*Primeiro*, que as coisas anteriores mencionadas a Lei é contra, e o fato de serem obras da carne apenas demonstra que são coisas que desejamos fazer naturalmente, ou que fluem da natureza caída, e não do Espírito de Deus. Assim, o contraste, é que o que é feito sem quebrar a Lei é efeito da ação do Espírito de Deus. Portanto, devemos entender que na escritura tudo o que é condenado é obra da carne, e tudo o que é estimulado ou, ao menos, permitido, é efeito do Espírito Santo.

*Segundo*, o fato de a Lei não proibir é evidência de que aquilo que não é proibido é permitido. Ora, temos dito que tudo o que a lei não condena pode ser praticado, e isso vai desde a poligamia masculina (que tratamos no livro sobre Casamento e Divórcio) até mesmo não trabalhar por um longo período, portanto, por mais que nos incomodemos com alguma coisa, não podemos condenar se a Lei de Deus não proibir. Paulo claramente está dando aqui a ferramenta fundamental para sabermos até onde podemos ir na Lei: se a lei não condena, podemos praticar e ponto. Claro, no caso em particular que Paulo está tratando, ele quer apontar as coisas que nos impedem de pecar, como, por exemplo, se não quero adular, ter relações sexuais com parentes, ou relações antinaturais, então devo amar. O amor e a benignidade, por exemplo, contrastam com as quebras (e não com os mandamentos) da lei.

## • LEI NATURAL

Será uma breve consideração pensarmos na “Lei natural”. É o trunfo do puritanismo e catolicismo romano, mas não passa de mera especulação filosófica. Então, levantaremos alguns pequenos questionamentos rápidos:

1 – O conteúdo da Lei Natural é igual ou diferente da Torah?

– Se for igual, então é a **mesma lei**, apenas expressa em lugar diferente (é o que defendemos); se for diferente qual conteúdo é este? Explicar isso é a pedra no sapato para quem tenta extrair leis “da natureza”.

2 — A transgressão dessa lei também resultava em morte?

– Se sim, de qual texto se presume isso? Se não, então não é lei, é apenas costume e cultura e, portanto, sua transgressão não é pecado. Ou a lei natural vem com sanções próprias? Por qual padrão deveria ser julgado se é justo ou não, caso a lei natural venha com sanções? Aqui sabemos que o que se tenta presumir da lei natural, só pode ser testado pela Escritura, mas se pode ser testado por ela, então ela pode, sozinha, estabelecer o que é certo e errado sem a lei natural.

3 — Como saberei que uma lei natural é uma lei de fato e não legalismo meu ou invenção filosófica?

– Se sei pelas escrituras, por que não utilizar elas como o padrão, já que são o padrão para avaliar uma lei natural? Se não sei pelas escrituras, então a lei natural tem tudo para ser uma ferramenta despótica e legalista.

4 — De onde se extrai os princípios da lei natural?

– Aqui estamos pedindo um princípio filosófico que gere tais leis. Sabemos que Pitágoras tentou por meios matemáticos, e Sófocles dizia que as leis do governo precisavam ser julgadas pela Lei Natural, logo, ela não pode ser a lei do Estado e, talvez, seja de dedução matemática. Como saber que é assim ou não? (na prática a “lei natural” só estabelece costumes gregos e romanos).

5 — Quem pode interpretar e expor a lei natural?

– Normalmente se defende que a interpretação das escrituras se dá por um “magistério” (católicos romanos) ou pelos padrões de fé (reformados e protestantes); quem identifica e sistematiza a lei natural? Políticos? E se um indivíduo em particular discordar poderá apontar ao quê como prova de estar certo ou errado?

6 — A Lei Natural é um acréscimo à Lei Bíblica?

– Se não é, onde está ela na Lei bíblica? Mas se é, ela viola a própria lei bíblica que exige nada ser acrescentado a ela (Dt 4:2; Dt 12:32).

Não temos problemas com nenhuma lei particular de qualquer Estado, pois se um Estado ordena que seus cidadãos usem apenas branco e preto nas roupas, não irá infringir nenhuma lei bíblica; mas essa ordem não estará fundamentada em nada além de interesses humanos e sentidos de controle — ninguém deve dar a isso qualquer fundamentação bíblica, exceto a de que se deve obedecer às autoridades e nada mais. A questão nossa é simples: o que o crente deve praticar como lei/mandamentos diante de Deus? Nisso a lei natural não interfere em nada e não contribui em nada — apenas atrapalha. E chamem-nos de pressuposicionalistas se quiserem, tanto faz. O ponto é que a lei natural não tem lastro, não tem base, e não pode ela mesma ser julgada, pois é posta, em última instância, acima da lei de Deus ou em paridade com ela. A verdade é que a “Lei natural” só pode ser o que Deus condena na Lei e que é de conhecimento universal, apenas isso.

## INTERPRETAÇÃO DA LEI

### • INTERPRETAÇÃO PRINCIPIOLÓGICA

Saber o que é a Lei de Deus não garante sua interpretação correta e começamos a discutir o que é o certo em suas afirmações. Por isso aqui muitos homens chatos começam a dizer que a lei na verdade se lê de modo principiológico, isto é, de que ela dá princípios e a partir deles desenvolvemos o restante das ordens. A despeito do fato de este ter sido exatamente o mesmo pensamento dos fariseus, não os tratarei propriamente como fariseus, porque a verdade é que há alguns pontos distintos porque os fariseus não possuíam o Novo Testamento.

Porém, vamos testar a interpretação principiológica com três ordens na lei, para vermos se ela resolve e permite tal justificativa:

O *primeiro* exemplo é extraído de uma história na Lei: Jacó, Raquel e Lia. Em Gênesis 29 nos é dito que houve intensa disputa entre Lia e Raquel, de modo que brigas, confusões, estresse e coisas semelhantes estavam presentes. Disso — dizem os que leem com os olhos “principiológicos” — se deduz que os casamentos poligâmicos (um homem, várias mulheres) levam a uma maior briga no lar, e que neste texto em particular temos um sinal de desaprovação dele (do casamento poligâmico, no caso). Essa é a proposta principiológica.

Por outro lado, nós (os autores deste texto) **defendemos que o texto, e em especial os mandamentos, precisa ler lido como concebido e na estrutura que estabelece, ou seja, ele não vem de princípios, mas estabelece os princípios** e para nesse estabelecimento sem maiores desenvolvimentos. Por exemplo, no caso de Jacó, ele se une a duas mulheres que são irmãs; por nossa leitura, isso apenas mostra que casamentos poligâmicos com irmãs produzem problemas e disputas, de modo que esta seria a interpretação única possível do texto. Para nossa alegria, posteriormente, tanto a Lei quanto os profetas explicam essa relação de Jacó: Levítico 18:18 diz que não se deve casar com duas irmãs, pois uma se torna rival da outra (e não é exatamente o que ocorre entre Lia e Raquel?). O texto é claro e objetivo (além de não possuir nenhuma pena externa). Duas irmãs jamais devem ser tomadas dentro do mesmo casamento. Ironicamente, há quem chegue neste texto de Levítico e presuma a mesma coisa: “o texto proíbe casamentos com mais de uma mulher”. Se proibisse, bastaria dizer: “não tomarás duas mulheres, pois Deus não aprova”.

Mas não paramos aqui. Em Ezequiel (os profetas são intérpretes da Lei que trazem revelações específicas sobre a negligência do povo em relação a ela), no capítulo 23, nos é dito que Deus se casou com Israel e com Samaria (portanto, um casamento poligâmico — confira Jeremias 3). É interessante a forma como o texto divide Israel e Samaria ou Judá porque sabemos que havia entre ambas as partes disputas, basta ver de 1 Reis 12 até 2 Reis 17 para que notemos que não é sem motivo que Deus divide Israel em duas esposas, para deixar claro que o que a lei estabelecida (de que duas esposas irmãs é problemático) está em voga. E como não há pena de morte para isso, Deus não está em

pecado por se casar com duas irmãs. Israel e Judá viviam em disputas, eram briguentas, e até para aceitar Davi como rei primeiramente o sul o aceitou e só depois de 7 anos o norte o elegeu (1 Rs 2:11; 2 Sm 2:10, 11; 5:5; 1 Cr 3:4, 5)! Não temos aqui a disputa de duas irmãs (Israel e Judá) com um único marido (Deus)? (leia Ezequiel 23 e Jeremias 3).

Disso podemos inverter o processo que normalmente é tomado na interpretação principiologicamente. Nela se diz que o texto possui princípios, na nossa, dizemos que o texto é o princípio; ou seja, não há um princípio abaixo do texto, nas entrelinhas, subliminar etc., mas o texto em si como está expresso é o princípio do qual se vê a ordem. Mas continuemos em mais dois exemplos:

*Segundo*, “Não Furtarás” (Êx 20:15). Que é essa ordem? Você não deve tomar ou reter nada de alguém com ou sem o conhecimento da pessoa (Lv 6). Como o principiologicamente vê essa ordem?

1 — É uma ordem para trabalhar; 2 — é uma ordem para trabalhar bem; 3 — é uma ordem para compartilhar; 4 — é uma ordem para não ter preguiça (veja, por exemplo, o livro do Jean-Marc Berthoud sobre o oitavo mandamento).

Perceba que, se nos valermos desse princípio, fazer qualquer uma dessas coisas acima é equivalente a quebrar o mandamento. Mas vamos para o primeiro caso:

É uma ordem para trabalhar. Se for exatamente isso, por qual razão a ordem foi escrita como “não furtar” ao invés de “trabalhe” (de modo positivo)? Alguns, como Rushdoony, vão dizer que é pra evitar a tirania, mas se isso é verdade, e eu deduzo do mandamento exatamente a ordem positiva como igualmente ordenada, resulta-se exatamente na mesma tirania que dizem que o mandamento tenta evitar (e caem naquilo mesmo que condenam).

Ainda, considerando isso, a ordem positiva, diferente do mandamento, não tem “borda”. Por exemplo, se eu tiro férias de um mês e não trabalho em nada durante este tempo estarei furtando? Pior, se eu enriqueço jovem e decido parar de trabalhar, tendo condições de sustentar a mim mesmo e minha família (além de ajudar outras pessoas), estarei furtando? Alguns, para serem consistentes, afirmarão que sim, que há furto nessas situações (afinal, não querem largar o pecado, que é a falta de misericórdia).

Se formos adiante, ainda temos mais questões: quando posso começar a considerar que é furto o não trabalho? Ou, o quanto de ociosidade é furto? É claro que o “oposto” de furtar é trabalhar, mas isso não equivale a que seja isso que o mandamento tem como foco ou objetivo. Naturalmente, concebemos o mandamento como foi escrito: independente de você ser rico, pobre, trabalhar ou não trabalhar, você só quebra o mandamento se tomar algo de alguém. É só isso que o mandamento diz e nada mais. Mesmo quando Paulo fala dos crentes que não trabalhavam em Tessalônica ele não chama atenção deles como ladrões, nem manda que sejam excluídos do meio da igreja como faz ao jovem incestuoso em Corinto. Ora, isso só pode ser assim porque em Corinto há uma transgressão do mandamento e em Tessalônica não.



É uma tolice sem igual que venhamos colocar cargas além daquelas que Deus nos dá e, daqui, o segundo ponto para nossa “hermenêutica da lei” precisa ser notado: se o primeiro ponto afirma claramente que devemos ler o texto em si como princípio, o segundo **afirma que não devemos deduzir dele o oposto como ordem equivalente ao que é proibido**. A isso acrescentamos que deve haver cuidado, pois o primeiro mandamento exige o oposto dele em relação à sua negação, mas o próprio mandamento se explica em seguida, dizendo para termos somente um Deus, o verdadeiro. Portanto, cuidemos para não deduzirmos dos mandamentos o seu oposto, como se tivesse o mesmo peso que o mandamento em si, caso Deus quisesse, teria dito de outro modo.

O *terceiro* caso é o da dedução com base na perfeição. Poderíamos dizer que este é o argumento mais grego dos que dizem que a Torah possui princípios subjacentes. Mas vejamos para que fique mais claro:

Normalmente se apela para a ideia de que o ideal é o modo como Deus criou o mundo, isto é, do modo como Deus fez Adão. Assim, o ideal é o homem ter uma só mulher, não existirem prostitutas, (comer somente) vegetais [dedução adventista e de outras seitas]...

Mas segundo este mesmo princípio, também deveríamos: andar nus, não comer churrasco [para quem defende isso mas não é vegetariano], morar em alguma floresta ou jardim sem casa ou tenda (afinal, a tenda foi invenção de um ímpio no cap. 4 de Gênesis), etc. etc.

É claro que não querem aceitar todas as implicações e, por isso, iremos além. Em 1 Co 15:45–50 Paulo estabelece o princípio da perfeição: não é ser de carne e sangue, pois carne e sangue não podem herdar o reino de Deus (isso significa que Cristo, neste momento, não possui mais “carne e sangue”, mas outro tipo de corpo, embora seja físico e não um mero espírito). Ele claramente diz que, em última instância, Adão não possuía a perfeição, porque sua carne era corruptível (v. 47, 50). Desse modo, o primeiro Adão tinha tudo para o fracasso, pois sua carne era sujeita à Queda, e o que teremos após a morte não é sujeito a nenhum tipo de queda ou pecado. Agora somos como Adão, no corpo; após a morte seremos como Cristo. Veja que Paulo vai na contra mão do “ideal” e diz que o primeiro Adão justamente não é o “ideal”. Essa lógica do “ideal” é utilizada para interpretar vários textos bíblicos, e jogar culpa sobre indivíduos que apenas não conseguem ser “tão intelectuais, sábios, fortes etc.” quanto aqueles que defendem tais coisas. Nós, por outro lado, dizemos diferente disso: **primeiro que nenhum ‘ideal’ pode ser equivalente a um mandamento (ou seja, ande nu se for o contrário disso) e, segundo, que nenhum ideal pode ser deduzido de um texto que claramente não diga isso.**

Essas três coisas acima nos levam à seguinte conclusão: **se a lei bíblica não proíbe, não pode ser pecado, pois só é pecado o que ela proíbe.**

Veja claramente isso desse modo:

0 — Não existe Lei Natural fora das ordens dadas na Torah;

- 1 — O texto **estabelece os princípios**, e não se baseia em outros princípios;
- 2 — Não podemos deduzir dos mandamentos o **oposto deles de modo equivalente**;
- 3 — **Nenhum ideal** pode ser equivalente a um mandamento;

C — Portanto, **só o que a lei bíblica** [mandamentos] proíbe é pecado.

C(a) — O pecado é somente aquilo que a **lei atrela à morte**;

C(b) — Portanto, só é mandamento o que possui como consequência a **pena de morte**.

C(c) — As festas e o culto eram regulamentados, a vida comum não tem regulamentos, apenas **limites** (veremos isso ao considerarmos as festas).

Você pode pegar o ponto 2 e dizer: “mas o primeiro mandamento dos dez diz que não podemos ter nenhum outro deus diante do Deus verdadeiro, logo, o contrário disso, é ter somente o Deus verdadeiro! Aha! Te peguei!”. Triste engano.

O primeiro mandamento diz claramente que devemos cultuar somente um Deus quando diz: “não terás outros deuses além de mim”. Ora, o que é isso senão dizer claramente que só há o Deus vivo e verdadeiro? Além disso, há mais mandamentos que ordenam amar somente a Deus de modo positivo e claro (Amarás o SENHOR, teu Deus, com todo o coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças — Dt 6:5). Só um tolo se esquece de que os mandamentos de Deus não são somente os dez dados (em Levítico 18 e 20, por exemplo, o texto claramente diz que as proibições sexuais ali expressas são mandamento de Deus, a diferença é que os Dez Mandamentos são a base e o mais direto sobre o que devemos praticar). É tão tolo pensar fora disso que é absurdo que ainda acreditemos em homens que vivem a inventar leis que nem a Torah deu.

Na seção abaixo explicamos um pouco sobre outro problema: a interpretação pode ser feita por qualquer um?

## QUEM PODE INTERPRETAR O TEXTO?

Independente da resposta a esta pergunta, é evidente que as coisas não seguem nem os desejos dos católico romanos e nem dos reformados. Segundo os Católico Romanos (ICAR) quem tem o direito de interpretar o texto é o magistério, de modo que toda e qualquer pessoa que quiser entender o texto bíblico deve ceder à interpretação magisterial sobre o que a bíblia diz. A verdade é que nem mesmo os católicos seguem isso em um sentido estrito. Para os reformados, embora haja certa liberdade de leitura e até mesmo seja aceita certa divergência interpretativa, tudo deve se submeter aos padrões de fé (confissões e catecismos), sob o argumento (verdadeiro) de que durante a história, quem se levantou contra este padrão normalmente era herege; para quem pensa um pouco, entretanto, notará que isso é uma versão estática e mais restrita do magistério da ICAR.

Vamos reconhecer algumas coisas lógicas e naturais:

1 — Toda pessoa possui um padrão de fé, um sistema teológico, mesmo que rudimentar, para entender o mundo e os problemas — além do texto bíblico.

2 — Esse padrão nem sempre é explícito, pois com muita frequência quem tem um sistema se quer nota que o possui, pois não sabe julgar os próprios pensamentos e nem os categorizar devidamente.

3 — Os padrões de fé servem como um tipo de cerca, que ajuda a identificar e organizar as denominações e crenças.

Esse reconhecimento nosso, entretanto, não sugere que haja um dever em adotar um padrão de fé conhecido, de fato, e diremos o nosso motivo, de modo que isso responderá à pergunta do topo.

Deve-se notar que na bíblia, não havendo acesso ao texto, o poder de interpretá-la recai sobre a primeira autoridade imediata diante dos que ouvem (vemos isso nas cartas de Paulo a Timóteo e Tito), de modo que quem ouve, e não tendo meios de comprovar o que ouve lendo o texto (algo comum na época), deve aceitar claramente o que diz a autoridade. Porém, como notamos tanto em Apocalipse quanto em Atos, há possibilidade de se testar coisas de modo independente, sem que esteja preso a um padrão de fé existente e claro. Em Atos 17 os bereanos fazem isso com a pregação apostólica, pois, na sinagoga, havia sempre cópias das Escrituras que se podiam consultar, de modo que avaliavam criticamente (ἀνακρίνοντες — “questionando”, “examinando”, “julgando” — v. 11) o que era pregado pelos próprios apóstolos (cf. Rm 15:31).

Ora, o que era pregado pelos apóstolos era comparado diretamente com a escritura (At 17:11), não devemos, portanto, presumir que este caminho seja percorrido somente por hereges. Ademais, os que constituíam as comissões que formavam as Assembleias (como a de Westminster) eram, eles mesmos, “sem confissão” até formarem uma — mostrando que mesmo com a confissão e padrão de fé o que prevalece sempre é a leitura direta do texto bíblico (a propósito, os puritanos não concordavam todos com a confissão, nem os próprios presentes na formação dela). De qualquer modo, temos diante de nós clara evidência de que a Confissão ou Magistério existe pela fraqueza nossa em não sabermos ou não termos acesso ao texto.

Talvez você diga: “Mas eu reconheço que sou fraco!” Tudo bem, não nos importamos e muito menos o texto bíblico, que significará o que Deus intencionou acima de tudo o que você ou eu dissermos. Ora, mas isso não é prova portanto de que se aceitarmos isso haverá confusão interpretativa? E quem disse que não há? Na época dos apóstolos, com todos eles presentes, haviam hereges de todos os tipos: haviam os que diziam que a ressurreição já tinha ocorrido (2 Tm 2:18); os que negavam que Cristo veio em carne (1 Jo 2 e 4; 2 Jo); os que distorciam o que Paulo dizia (2 Pd 3:15, 16); haviam os que ensinavam que Cristo só era efetivo para a salvação se houvesse circuncisão (Gálatas); os que não se importavam de se deitar com a mulher do pai sem crer que é pecado (1 Co

5)... tudo isso é baseado em hermenêuticas próprias, de modo que quase todo o NT foi escrito buscando resolver pendências hermenêuticas nas igrejas.

Ora, em algum momento Paulo ou João disse que a interpretação estava presa a alguém? Não, exceto quando o que está sendo dito não pode ser conferido. Isso não é um menosprezo do papel do pastor e dos presbíteros. Ora, lembre-se dos bereanos! Eles não lutaram contra os apóstolos, mas os questionaram com o devido respeito.

Isso não é estar do lado dos hereges? Depende. A própria Confissão de Fé de Westminster diz: “Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado” (CFW XXXI.3). Como saberei — pergunto — que um sínodo ou concílio errou? Comparando com aquilo que eles mesmos produziram? Claramente não! Talvez nem os puritanos estivessem suficientemente cientes de que essa afirmação, virtualmente, faz com que cada indivíduo que pode conferir no texto bíblico o fará para saber se a confissão não errou (e sim, ela errou: na escatologia, em pontos sobre a igreja, sobre o casamento etc.). E como provarei que não sou um herege? Não se prova. Tal como para os hereges Paulo era um herege e impostor (1 Co 9:1, 2), assim serão aqueles que lidam com o texto bíblico “diretamente”. Ademais, ninguém pode ser sobrecarregado com o dever de estudar todas as possíveis opiniões durante a história da igreja, quando a própria Escritura possui, em si, seus intérpretes (os profetas no AT e os apóstolos no NT).

[Note que a CFW está, virtualmente, dizendo que ela mesma deve ser julgada de acordo com a Escritura. Ora, se ela disser que deve ser julgada de acordo ela mesma, estará derivando sua autoridade de si, o que seria absurdo — só Deus deriva autoridade de si, e de si, deriva a Escritura, que é o único livro que pode atestar a própria autoridade. Se devemos julgar a CFW pela Escritura, é óbvio que não podemos julgar a escritura pelo padrão da CFW antes. Assim, sem querer, a CFW reconhece que a aceitação dela deriva de outra ‘confissão implícita’, anterior à própria aceitação dela mesma]

Então, quem pode interpretar o texto? Qualquer um (dizer o contrário disso é afirmar que o texto não tem em si nenhuma mensagem, tornando a Escritura não objetiva – o que diminui a própria fé no que está escrito). Quem vai aceitar? Quem tiver as ferramentas ou o mesmo modo de compreender (veja o caso do eunuco em Atos, que se quer tinha como comprovar a autoridade de Filipe e teve o texto explicado por ele — o que prova que se precisa de alguém para pregar, ao mesmo tempo em que o texto não está preso à autoridade de quem prega). Mas e a confusão, não vai imperar? Ora, ela sempre imperou de certo modo, ou não notou ainda que quase todo o Novo Testamento só existe por causa de confusões interpretativas? Aceite que o mundo não está sob seu poder e que Deus fará a obra dele. Não recuse o ensino, por mais improvável que seja, mas se esforce por se ater às doutrinas que sejam bíblicas evitando aquelas que percebem contraditarem as escrituras. Recuse-se aceitar acriticamente, mas não se levante contra autoridades — ambas as coisas são claras na Escritura, e devem ser recebidas com a tensão que geram.

Até mesmo entre os rabinos não havia concordância sobre interpretação dos textos (leia a Mishná e notará exatamente este ponto: nunca houve consenso judaico interpretativo — veja, de cara, a distinção entre saduceus e fariseus); também nunca houve consenso da patrística, nem em assuntos básicos como a expiação (por isso a briga sobre este tema considerando a história da igreja não é nada mais nada menos do que uma briga infantil sobre qual pai da igreja é melhor no assunto); até entre os apóstolos, embora no caso deles houvesse consenso, notamos que um tinha dificuldade de interpretar o que o outro dizia (2 Pd 3:15, 16). Você acha que sanaremos milênios de discussão tentando entregar a interpretação a um Magistério? Ou nos reclinando sobre uma Confissão?

O medo de perder a unidade só se dá porque olhamos a realidade de modo ideal. O apóstolo Paulo, porém, organiza a unidade de um modo um pouco distinto do nosso:

*Portanto, se há algum conforto em Cristo, se alguma consolação de amor, se alguma comunhão no Espírito, se alguns entranháveis afetos e paixões, completai o meu gozo, para que sintais o mesmo, tendo o mesmo amor, o mesmo ânimo, sentindo uma mesma coisa. Nada façais por contenda ou por vanglória, mas por humildade; cada um considere os outros superiores a si mesmo. Não atente cada um para o que é propriamente seu, mas cada qual também para o que é dos outros. De sorte que haja em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, [...] (Filipenses 2:1-5)*

O que cria falta de unidade? É a doutrina? Não, ela nos une. O que nos divide é que defendemos doutrinas que nos favorecem, e isso é o que acaba com a unidade. Se trabalhamos querendo contendas, discussões, debates etc., o resultado óbvio e natural serão doutrinas divisionistas. É claro que há um certo rompimento que a doutrina verdadeira carrega, mas jamais confunda isso com o princípio de unidade que Paulo estabelece: busque fazer as autoridades felizes não procurando o seu próprio interesse. Só quem procura o que é seu mesmo é que divide igrejas.

Quer utilizar a CFW? Use! Nós também usamos, mas recusamos partes por não vê-las enquadrando-se na própria Escritura. Citá-la aumentará a autoridade? Não. Mas pode ser que o modo como ela sistematizou uma coisa ou outra seja melhor do que eu conseguiria expressar (e o mesmo vale para o Magistério). Não é o Magistério que dá autoridade à interpretação, pois o menor recebe o que tem daquilo que é maior, de modo que se o Magistério existe para explicar a Escritura, sua autoridade só será real na medida em que explica, de fato, a Escritura e se submete a ela.

O problema real nas Escrituras – deveria ser claro – não é quem tem o “direito” de interpretar o texto, mas quem tem o “direito” de aplicar as penas caso o que o texto proíbe seja praticado. Porém, este assunto ficará para o momento em falarmos de pastorado e bispado.

É um mundo amplo e que dá medo, é verdade, é como andar pisando “no nada”, mas o contrário disso é a absoluta recusa do próprio texto bíblico, que nos instrui, quando temos acesso, a pensarmos o que ouvimos de acordo com a própria escritura.

- Uma observação

Em Deuteronômio 30 temos:

*Porque este mandamento, que hoje te ordeno, não te é encoberto, e tampouco está longe de ti. Não está nos céus, para dizeres: Quem subirá por nós aos céus, que no-lo traga, e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos? Nem tampouco está além do mar, para dizeres: Quem passará por nós além do mar, para que no-lo traga, e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos? Porque esta palavra está mui perto de ti, na tua boca, e no teu coração, para a cumprires. (Deuteronômio 30:11-14)*

É óbvio que a interpretação não pode estar presa a um indivíduo em particular. A lei, neste momento, está provando isso, pois não depende de que a interpretação fique presa a um corpo específico de pessoas. É claro que um corpo de pessoas estará certo se concordar com o texto bíblico, mas não se deve prender a este grupo, como se o texto só pudesse ser alcançado por meio dele (cf. Rm 10:4-9).

Mais interessante é que este texto está no fim do Pentateuco (Torah), mostrando que tudo o que Deus quis ensinar (para o agradar) se encerrava ali. Os profetas, os poéticos e o NT apenas explicam e desenrolam o conteúdo da Lei, para que não andemos perdidos em simbologias sem fim ou em meditações que não afirmam nada além de nossa experiência pessoal. A Lei de Deus é tudo o que Deus quis que seu povo praticasse (Is 2:3 [note que “palavra” neste texto é sinônimo para “lei”, de modo semelhante ao caso de Dt 30, que usa “mandamento” e “palavra” de forma intercambiável]).

## **INTERPRETAÇÃO QUÁDRUPLA – MODO POSITIVO DE ENTENDER O TEXTO**

Qual princípio interpretativo (não embaixo da lei, mas de como entendê-la) deveríamos utilizar? Abaixo sugeriremos aquilo que chamamos de interpretação quádrupla, pois está fundamentada em quatro pontos que direcionam o entendimento e organização mental do que o texto bíblico condena e como condena.

Essa interpretação está baseada em como os autores do Novo Testamento encaram o texto bíblico, além das próprias subdivisões do texto na Lei e nos Profetas. É importante reparar que essa forma de ler é contrastante com o método puritano da divisão tríplice da lei, ou seja, ambas as coisas não funcionam bem juntas, de modo que ou se descarta a interpretação quádrupla ou a divisão tríplice (que divide a lei em Lei Moral, Civil e Cerimonial). Apesar de não parecer a princípio, até o fim da leitura você mesmo poderá constatar essa discordância entre os métodos.

Pois bem, quais são as categorias? Dividimos o entendimento moral da lei em quatro categorias:

Pecado

Impureza/Imundícia

Desonra

Tolice ou Falta de Sabedoria

A primeira de certo modo já vimos acima, mas cabe leve resumo:

**O Pecado** é aquilo que está atrelado à morte na Lei de Deus, ou seja, é a infração dos mandamentos. Como diz o Apóstolo Paulo, sem lei não há transgressão (Rm 4:15) e João diz de modo positivo que o pecado é a transgressão da Lei (1 Jo 3:4), de modo que o resultado disso é a pena de morte (Rm 6:23) ou derramamento de sangue animal (Hb 9:21, 22). Assim, o método para saber o que a Lei condena como pecado é ver a morte atrelada como pena. É curioso que o pecado não possui a morte como resultado natural, mas sobrenatural, visto que não há nada, por exemplo, no adultério, que explique a morte como pena, assim como não havia na árvore no meio do jardim. **O pecado o é apenas e tão somente porque Deus o diz.** Se Deus não diz, não há transgressão, e portanto não há pecado. Por isso, a conexão entre o pecado e morte só é perceptível por quem enxerga espiritualmente, pois vê como Deus estabelece e não como a cultura ou as consequências de atos individuais retumbam. O contrário do pecado é justiça e piedade.

Obs.: às vezes o pecado vem categorizado como “abominação” ou “maldade”, em textos como Lv 18:22; 20:13 (o termo hebraico é diferente do utilizado em Lv 11 e que também é traduzido como “abominação”, de modo que um texto tem uma ênfase de mandamento de fato, enquanto que o outro tem de mera separação). Sabemos que, por padrão, abominação gera a pena de morte, embora seja categorizado assim às vezes por não haver meios de provar (como provarei que dois homens dormiram juntos?). Isso nos leva também aos pecados que somente Deus punia, como a quebra do primeiro mandamento, isto é, a de não crer nele (alguém podia, “civilmente”, não crer em Deus, mas evidentemente este sofreria as penas por não crer, porém, diretamente da parte de Deus – não dar graças quando recebe o alimento, alguns pecados sexuais etc. seriam outros exemplos [chamamos isso de “pecado subjetivo”, quando uma autoridade além de Deus não pode punir]).

A **Impureza** possui duas formas de ser vista, duas no AT e uma no NT. No AT há impurezas que são pecado, e no NT toda impureza é pecado. Porém, não notamos que nem toda impureza gera morte no AT, e como nem toda gera a morte, nem sempre ela pode ser pecado. O livro de Levítico está cheio de exemplos destes. Comer carne de animais impuros não resultava em morte, pois não era pecado (Lv 11:1-24). Ter relação sexual com sua própria esposa resultava em impureza (Lv 15:18), mas não era pecado (afinal, tanto o AT quanto o NT recomendam isso fortemente). A Teologia da impureza tem por interesse ensinar como o pecado tirou a naturalidade de todas essas coisas, quebrou os padrões e fez o homem sujar até o que estava anteriormente limpo. E do que a impureza afasta o homem? Do culto a Deus.

Em Levítico é claro que quem está impuro não pode oferecer nada a Deus, de modo que está distante dele. Se um impuro tocasse em algo santo, então assim ele morreria. No NT é mais claro o que Deus intencionava dizer com a impureza, pois, quando um homem se deita com outro (Rm 1) aí vemos impureza, pois é confusão. Assim, qualquer coisa que impedia, no AT, o culto a Deus, era impureza por padrão, e qualquer coisa que confundia as classes que Deus dividiu (como homem e mulher, ou o ânus sendo utilizado no lugar da vagina), então há impureza. O contrário da impureza é santidade ou pureza.

A **Desonra** é, em geral, um processo de problema familiar, em si é uma mancha da honra pessoal ou do seu nome, mas não é, em si, pecado ou impureza, pois não gera morte e nem o separa do culto a Deus. Por exemplo, quando Paulo diz que a falta do uso do véu na mulher casada gera desonra para o marido, está dizendo não que o marido está pecando, nem está impuro, mas que ela será indevidamente desejada por outros homens no culto, contrariando o poder dado por Deus de ter a esposa sob a cabeça do marido (cf. 1 Co 11). No Antigo Testamento, o não cumprimento do voto de Levirato era uma desonra (Dt 25:5- 10), pois resultava meramente na humilhação do irmão que não quis dar descendência ao outro e anunciou isso sem se casar com a viúva (diferente do caso de Onã, que se casa, mas recusa dar descendência ao irmão, resultando na quebra de promessa e pecado, por isso Deus o matou). As penas são geralmente intrafamiliares, sem penas aplicadas por parte de autoridade externa (veja quem pune o homem na quebra do levirato). Assim, quando não há consequência direta relacionada, nem há morte, e nem separação das coisas santas, estamos diante de um ato de desonra. O contrário da desonra é honra ou respeito.

Obs.: a honra é a única coisa que poderia ter um fator cultural, mas a própria Escritura mostra que, em verdade, tem relação com os papéis gerais esperados na Escritura. Por exemplo, uma filha idealmente deve casar virgem, do contrário, há “má fama” (Dt 22:14; veja Êx 22:16, 17). Caso isso seja conhecido de todos, a mulher apenas tem sua honra desfeita, mas não morre, pois na Escritura o pecado dela seria mentir sobre a virgindade (Dt 22:14ss) e não necessariamente a ter perdido (Êx 22:16, 17). Este é, talvez, um dos melhores exemplos do que é falta de honra ou o possuir dela (no final deste livro trataremos sobre prostituição). Deus ordena, também, que Isaías ande nu (Is 20), o que é desonra, mas como não há pecado Deus não está se contradizendo, apenas quebrando e humilhando o profeta.

Por último, existe a **Tolice** ou falta de sabedoria. Diferente das coisas anteriores, a tollice possui consequências claras do tipo causa-efeito. Se você bebeu muito, não pecou, mas sofrerá as consequências das dores e cansaço que vem disso; se você for preguiçoso, não estará pecando, mas ficará pobre e dependente. Você pode ser um crente tolo, nesse sentido, e é algo que mesmo Isaías prevê para a Nova Aliança (Is 58:8), mas não deixará de ser crente.

Talvez você pense que “o temor do Senhor é o princípio da Sabedoria”, porém, quando isso aparece em Provérbios, o contexto é sempre de mandamentos, ou seja, o medo que você tem de Deus é que te ensina a diferença entre o certo e o errado (cf. Dt 4:5, 6, onde sabedoria é conhecer a Lei de Deus e a praticar). A falta da sabedoria “educacional” não é um problema para a Lei de Deus, já que a Lei é para todos. Ninguém será menos santo por não saber ler, ou não saber um cálculo, ou não saber filosofia – embora saber estas coisas possa ajudar você ganhar um bom dinheiro ou mesmo a ajudar melhor alguém. O contrário da Tolice é Sabedoria ou Inteligência.

Então, se sua preocupação é saber o que a Lei diz ser certo, errado, desestimulado ou que já tenha passado, essa divisão compreensiva pode lhe ser de grande ajuda e boa ferramenta.



## Concluindo

- Pecado = morte;
- Impureza = Separação Temporária (ou pecado, a depender do contexto);
- Desonra = Sujar o nome da Família ou o próprio;
- Tolice = Não saber organizar a vida coerentemente.

## O PECADO DA PREGUIÇA

### “PECADOS” SOBRE TRABALHO

O que é a preguiça? A preguiça é o estado de estagnação, no qual um indivíduo simplesmente não se esforça para fazer nada ou faz poucas coisas de fato, é uma aversão ao trabalho. O preguiçoso vive ocioso e raramente ou jamais faz o que deve. Geralmente a preguiça é vista como pecado porque sabemos que Deus é ativo, Deus não descansa, por assim dizer, e não para de fazer o seu trabalho – diríamos até que é Ato Puro. Se formos imitadores de Deus, devemos imitá-lo nisso, certo?

A conclusão é premeditada. Trabalhar não é um “atributo” de Deus, no sentido em que amor ou bondade o são. Trabalhar é um ato de providência, criação e preservação da parte do Senhor, e não pode ser confundido com uma ordem impositiva que gere o *pecado* caso desobedecida. Como qualquer coisa que não é pecado, a preguiça carece de uma linha demarcatória ultrapassada, ou, antes, que seja explícita e passível de pena. Claro, há repreensão, mas isso deixaremos para o final deste texto.

Você pode apontar para as grandes criações dos não preguiçosos, dos que trabalharam duro e que formaram o mundo atual – se estivéssemos nas mãos dos preguiçosos, não teríamos nada dos confortos, avanços e capacidades modernas. Temos feito, pela graça de Deus atuando por meio de homens não preguiçosos, maravilhas. Disso não discordamos, queremos homens e mulheres (cf. Pv 31:27) que não sejam preguiçosos, mas não queremos que a preguiça seja nivelada ao adultério e assassinato — estas coisas, sim, pecado.

Não ocorre a estes indivíduos que a maior parte dos textos bíblicos sobre o assunto está em Provérbios, o livro que busca ressaltar a tolice de coisas que, às vezes são pecaminosas e às vezes não. Beber vinho, por exemplo, não é pecado, mas é tolo o que fica a contemplar o vinho e cai em vários problemas (Pv 23:31–35). Esta é a instrução de Provérbios: lidar com a vida comum de modo melhor possível.

Além disso, a preguiça não é punida na lei, não possui ordem positiva de Deus contra e não pode ser, portanto, disciplinada com exclusão da igreja. Ela não encontra seu lastro em nenhum dos mandamentos, pois não consegue e não pode ser vista na lei de modo se quer dedutível. Mas vamos por partes: *a preguiça não é punida na lei.*

Como já dissemos acima, o pecado é a transgressão *da Lei* (anomia). Não é uma opção, e revelações posteriores à lei apenas confirmam, revelam ou esclarecem coisas que na lei

são ditas. Afinal, Deus tenciona desenvolver um povo perfeito em obras, então, se ele nos deixasse apenas com a *Torah* teríamos muitos problemas — muitos mais. Mas dizer que algo é uma *revelação* de Deus não é o mesmo que dizer que é uma *lei*. Por isso somos avessos a ideias teonomistas como “palavra-lei” de Deus. Se toda a Bíblia for tomada como lei, ela estará cheia de contradições. Se tomada como cada parte voltada para seu aspecto de revelação (Lei, Conselho, Instrução, Justiça etc.), então jamais se contradirá.

Assim é que não vemos a Preguiça condenada em lugar algum na lei por vários motivos, mas aqui diremos apenas três:

1 — **Não há uma linha divisória clara:** a lei condena apenas aquilo que é claro e que é detectável em qualquer nível. O adultério é pecado, por exemplo, não por causa da intensidade com a qual você deseja a mulher do próximo, mas por deseja-la (ultrapassou uma linha). A intensidade apenas pode, no máximo, aumentar a gravidade da sua situação, porém jamais alterará a linha ultrapassada. A preguiça, por outro lado, começa onde? 5 horas sem trabalho? 1 hora de ociosidade? Só vale em trabalhos braçais? Os que testam jogos são preguiçosos? Se eu ganhar 3 mil dólares com 1 hora de trabalho por dia é preguiça? É o dilema da falta de clareza. O que é preguiça para um não o é para outro. Desse modo falta objetividade.

2 — **A preguiça não é um ataque direto ao próximo:** a lei está preocupada com duas relações, com Deus e com o próximo. Por isso o resumo da Lei e Profetas é amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a nós mesmos (Mt 22:37–40). Esse princípio é tão claro que não é possível crer que alguém ache que a lei só tem como preocupação a “santidade pessoal”. Você pode dizer que a preguiça atinge o próximo em relação à falta de cuidados que poderiam ser dados, já que poderia ganhar dinheiro para ajudar. Mas a lei não condena nada baseado em nenhum ato que “ocorreria”. Ela condena atos e pensamentos que *ocorrem*. É claro que a preguiça pode atingir ao próximo, contudo, pra isso o tratamento é diferente do que é quando há pecado — e veremos adiante.

3 — **Não é punida universalmente:** o pecado é punido universalmente, atos de falta de sabedoria não. Um preguiçoso rico, embora possa ficar pobre, não ficará necessariamente, e sua preguiça pode não afetar a ninguém praticamente. Deus não condenará o preguiçoso por sua preguiça, a menos que ela resulte em falta de justiça, ou na prática de boas obras — porém aqui o problema não será a preguiça, mas a falta de conformidade com a exigência de boas obras da lei (e, novamente, não é um problema de *fora* da lei). Também não é, em nenhum lugar da lei, especificado qualquer sacrifício para a preguiça. Ora, se ela é pecado, deve haver derramamento de sangue, e onde é obtida esta ordem na lei? *Ou o preguiçoso ou um animal deve morrer para pagar pelo pecado*, e não é o que vemos. Portanto, em momento algum, a preguiça é vista como pecado.

O que a preguiça é então? É falta de cuidado próprio, de sabedoria e fraqueza — e paramos aqui. O preguiçoso não quer deixar muita coisa para adiante, é negligente com os cuidados do mundo, e não tem preparação para viver em conjunto com outras pessoas. A “punição” para a preguiça, como é uma falha de falta de sabedoria administrativa, é o resultado dela mesma e isso vemos nos textos a seguir:

Não ame o sono, senão você acabará ficando pobre; fique desperto, e terá alimento de sobra. (Provérbios 20:13) [então um rico preguiçoso não necessariamente sofre estas consequências].

Observe a formiga, preguiçoso, reflita nos caminhos dela e seja sábio! Ela não tem nem chefe, nem supervisor, nem governante, e ainda assim armazena as suas provisões no verão e na época da colheita ajunta o seu alimento. (Provérbios 6:6–8) [O contrário da preguiça é a sabedoria, não a justiça — que seria o caso se fosse uma infração da lei].

O preguiçoso deseja e nada consegue, mas os desejos do diligente são amplamente satisfeitos. (Provérbios 13:4) [o preguiçoso nunca está satisfeito, pois não busca satisfazer o que deseja].

O preguiçoso morre de tanto desejar e de nunca pôr as mãos no trabalho. O dia inteiro ele deseja mais e mais, enquanto o justo reparte sem cessar. (Provérbios 21:25–26) [o preguiçoso fica a desejar, pois não trabalha. O justo, por outro lado, reparte o que tem — e aqui essa distinção não é porque ser justo é oposto a ser preguiçoso, mas porque é justo quem reparte o que tem]

Se estamos diante de penas auto impostas, logo, a preguiça não pode ser punida por gente de fora? Na verdade pode, mas jamais alguém pode ser excluído da igreja por isso. Paulo lida com alguns preguiçosos, e veremos como sua sabedoria nos dirige aqui. Porém, antes de vermos isso, leia o Capítulo 5 de 1 Coríntios, no caso de um homem que de fato praticou *pecado segundo a lei*. A resposta de Paulo é que tal homem tem que ser expulso do meio da igreja — sim, o pecado exige que não aceitemos nem que tais homens entrem no culto, pois estariam entregues a satanás, e nunca vimos alguém entregue a satanás participar da congregação do Senhor. Esse fato precisa estar em mente para que haja o devido contraste com como Paulo resolve o problema dos preguiçosos.

## COMO TRATAR OS PREGUIÇOSOS?

Agora vejamos como Paulo lida com os preguiçosos na sua segunda carta a Igreja de Tessalônica:

*Porque vós mesmos sabeis como convém imitar-nos, pois que não nos havemos desordenadamente entre vós, nem de graça comemos o pão de homem algum, mas com trabalho e fadiga, trabalhando noite e dia, para não sermos pesados a nenhum de vós. Não porque não tivéssemos autoridade, mas para vos dar em nós mesmos exemplo, para nos imitardes. Porque, quando ainda estávamos convosco, vos mandamos isto, que, se alguém não quiser trabalhar, não coma também. Porquanto ouvimos que alguns entre vós andam desordenadamente, não trabalhando, antes fazendo coisas vãs. A esses tais, porém, mandamos, e exortamos por nosso Senhor Jesus Cristo, que, trabalhando com sossego, comam o seu próprio pão. E vós, irmãos, não vos canseis de fazer o bem. Mas, se alguém não obedecer à nossa palavra por esta carta, notai o tal, e não vos mistureis com ele, para que se envergonhe. Todavia não o tenhais como inimigo, mas admoestai-o como irmão.* (2 Tessalonicenses 3:7–15)

O que temos aqui? Paulo, ao invés de partir da Lei parte do exemplo próprio como argumento, dizendo que deu *exemplo* de como se deve proceder, isto é, sem ser pesado a outras pessoas, sempre trabalhando e buscando conseguir o próprio dinheiro. Se fosse um pecado, Paulo poderia recorrer à lei ou dizer expressamente que havia um pecado

(como em 1 Co 5), dizendo que os que fazem tais coisas não herdam o reino dos Céus. Mas o que Paulo faz?

Antes da resposta completa, note que Paulo apenas diz para que os crentes não alimentem estes homens preguiçosos, ou seja, que se virem e tomem coragem para trabalhar – ou passarão fome como Provérbios prevê. Porém, perceba que essa “pena” só é possível ao homem que não é rico. Se alguém for rico e não trabalhar, o que alguém poderá fazer? Embora tenha o dever de alimentar aos pobres e cuidar deles, um homem realmente rico não teria necessariamente seu conforto retirado por esse tipo de ajuda prestada. Como vemos, Provérbios se enquadra perfeitamente aqui.

Mas nos voltemos ao texto: Paulo diz que tais homens sejam entregues a satanás, certo? Errado. Ele diz apenas para que os crentes não se relacionem com ele, pra que se sinta envergonhado e seja tratado como irmão, algo diferente do que Paulo faz com o jovem incestuoso e com Himeneu (1 Tm 1:20 — claramente o pecado de blasfêmia). Himeneu e Alexandre eram para serem vistos como inimigos, os preguiçosos, contudo, devem ser tratados como irmãos, até que deixem a preguiça e se tornem bons trabalhadores sossegados e tranquilos.

Parece chocante que tratemos com mais rigor alguns problemas do que a própria escritura, mas, ao lermos atentamente e vermos o que se encontra ou não na lei, mais notamos que tipo de misericórdia a Palavra de Deus oferece, sem ignorar a necessidade de trabalho e força.

E isso ainda reforça em nós o fato da subjetividade disto, pois só saberemos que alguém não está devidamente trabalhando quando começar a passar necessidades. Se a pessoa não passa necessidade a ponto de pedir dos outros, logo, não podemos dizer que é alguém que deve ser afastado brevemente dos irmãos. Ora, pense desta forma: Paulo está dizendo que quem não quer trabalhar não deve comer, portanto, são pessoas que não conseguiriam comer se não trabalhasse. Qual é o raciocínio? É que se pode comer sem trabalhar, não há nenhum problema, visto que não estará sendo pesado à igreja – de forma que somente quando alguém começa pesar aos outros é que deve ser chamado atenção neste quesito. E abaixo podemos ver mais um exemplo de Paulo:

*Os cretenses são sempre mentirosos, bestas ruins, ventres preguiçosos. (Tito 1:12)*

Bom, o que temos aqui? Paulo ordena que Tito repreenda estes homens (v. 13), não aceitando tal conduta. Ora, tal coisa é o que dizemos, porque, embora seja verdade que devamos repreender o preguiçoso, não há nada que possamos fazer além de nos afastarmos pessoalmente dele.

Uma observação importante: Paulo claramente descreve no texto o fato de tais homens praticarem pecados, o problema é que o texto fala de várias coisas, e faz sentido que tais coisas, em conjunto, sejam vistas como mais graves ainda. Este ponto é facilmente compreendido pela leitura do contexto.

Isso gera uma tensão, é verdade, mas não podemos ultrapassar o que está escrito (1 Co que certamente poderia ler o texto bíblico e avaliar de modo independente do apóstolo pecado, os repreenda por fazerem mal a si mesmos e por serem irresponsáveis.

### Concluindo

- Nenhuma passagem relaciona Preguiça e Morte no sentido sacrificial;
- Portanto, ela não pode ser pecado;
- Porém, a Preguiça gera pobreza, infelicidade e sofrimento. Assim, ela pode ser repreendida e deve ser evitada.

## O PECADO DOS PALAVRÕES

### “PECADOS” SOBRE PALAVRAS

O que são palavrões? Palavras grandes? Palavras obscenas? Ou palavras e somente palavras? Uma época sensível como a nossa, que sente dor pelas palavras ditas, só poderia ser assim com ajuda de quem lida com palavras. Diria mesmo que é um efeito colateral negativo da influência do Cristianismo, comum entre as pessoas.

É claro, toda religião tem suas palavras não pronunciáveis, ou que não podem ser mencionadas em público, mas geralmente são palavras “santas”, e que não podem ser ditas comumente. É o caso do nome de Deus, que a própria Lei nos proíbe usar em vão, isto é, futilmente, sem motivo ou insultando. Palavras de maldição são comuns em religiões inferiores, mais animais, e estas são proibidas justamente por haver receio do que podem atrair diante do destino.

Porém, o conceito próprio de palavrão que temos é realmente algo muito mais particular e derivado do Cristianismo. Não nos compreenda mal, não queremos dizer que não haja palavrões em línguas indígenas ou semelhantes sem influência do Cristianismo, mas o cuidado exacerbado que temos é fruto de uma ideia de maior controle da linguagem que nasceu do próprio Cristianismo. De modo que soar “não educado” se tornou equivalente a soar “como não crente”.

Obs.: Lutero ainda vivia na época em que o conceito de palavrão não era desenvolvido no Ocidente. Na medida em que o Ocidente se “civilizou”, mais palavras que se referiam aos fluidos corporais, sexo e assuntos íntimos foram sendo afastadas do ambiente público. Historiadores como Norbert Elias comprovam isto em seu livro “O Processo Civilizador”. Ainda, entre os textos de Lutero é incontável a quantidade de palavrões presentes, pois a verdade de Deus não era filtrada pelo que se considerava educado, e sim pela própria forma como a Escritura lida com ela. Nós é que, culturalmente, passamos aplicar o conceito de palavrão aos textos que veremos abaixo. No final, falar palavrão não é ceder à cultura, e sim o inverso: a proibição do palavrão é que é um desenvolvimento cultural ocidental.

Mas, como você poderia notar, nem tudo o que é palavrão para nós o é para outros povos e pessoas. No interior de algumas cidades brasileiras, há pouco mais de 20 anos, a

palavra “desgraça” (não importando o contexto) podia ser vista como palavrão pesado. Mas até pastores a utilizam do púlpito atualmente – isso nos mostra forte transição e mudança no significado ou em como os termos são percebidos.

Porém, o que as Escrituras dizem? Alguns dos princípios a respeito da preguiça se aplicam aqui, mas me voltarei para outros, para não soar repetitivo e permitir que o leitor mesmo gaste um tempo meditando a questão. Então enumerarei dois casos abaixo que deixam o palavrão fora da lei de Deus e, portanto, fora da classe de pecado antes de explorarmos passagens bíblicas:

1 – **O palavrão varia de cultura:** isso é óbvio até num mesmo país. Mas o que não percebemos é que a lei de Deus é “a-cultural”, isto é, sem cultura. Sua prática é imposição universal e não pode ser submetida a interpretações culturais dos povos. O furto, por exemplo, não importando como se vê a propriedade numa cultura, será furto independente de qualquer coisa. Por outro lado, o que a cultura dita, e o que a sensibilidade das pessoas disser, é o que define o palavrão. Uma cultura considera tal coisa um palavrão, e outra cultura não, isso deveria bastar para quem pensa o assunto com cautela, pois torna a verdade bíblica submissa à cultura.

Veja, como combateremos a sensibilidade moderna se somos os primeiros a sermos sensíveis com palavras que se quer são insulto direto a Deus?

2 – **O palavrão se esvazia de significado:** quem nunca foi xingado de mequetrefe? Ou de pulha? Pode ser que nunca, mas talvez se tiver mais de 80 anos sim. Como algo assim, vazio, poderia ser palavrão no passado e não hoje? Qual apelo moral e problema moral uma palavra como Mequetrefe levantava no passado e que agora pode ser usado até em cenas e vídeos infantis sem gerar aquele mesmo problema ou dilema? O palavrão, certamente, não é um problema na bíblia, porque simplesmente não há nada que possamos atrelar a ele, senão nossa cultura e sensibilidade.

Até mesmo entre uma classe de pessoas e outra há distinções de como se entende um termo, podendo ser um insulto pra um e não para outro. Qualquer um que ler o livro “Filosofia e Cosmvisão” do Mário Ferreira dos Santos (embora nós mesmos não sejamos cosmovisionistas) notará isso quando ele diz:

*Os termos, em geral, não têm univocidade, isto é, uma acepção única. [...]. Matizes variados, acepções diversas, como consequência de diversas vivências e de condições históricas, étnicas, de classe, são observáveis em quase todas as palavras. Dois homens, pertencentes a classes diferentes, poderão ter um sentido também diferente quando empregam a mesma palavra.*

Isso ele diz de termos que em geral são técnicos, imagine palavrões! Não é possível que não percebamos essas regras básicas de linguagem e nos percamos condenando coisas sem sentido.

Obs.: o próprio conceito de “palavrão” começou na corte alemã e francesa, não era comum ao pobre e nem ao burguês. Na medida em que a distância entre a burguesia e a corte diminuía, mais os freios culturais foram se espalhando, já que a classe pobre além de tudo trabalhava para a burguesia.

Mas, depois dessa “verificação filosófica” (puff), o que temos diante de nós no texto bíblico? Primeiro, qualquer pesquisa simples mostrará que com muita dificuldade alguém consegue achar uma passagem do AT (Antigo Testamento) para tentar provar que palavrão é um problema, o que tornaria ele uma novidade do NT. *Simplesmente não há texto no AT sobre palavrões*. Temos ordens contra o uso indevido do Nome de Deus (Êx 20:7), ou instruções para evitarmos a fala fora do tempo apropriado (Pv 13:3), ou mesmo sobre a enganação da linguagem dos astutos (Jó 15:5). Mas nada, **absolutamente nada**, pode ser encontrado sobre palavrões. Isso deveria soar o alarme daqueles que condenam o palavrão como pecado. Quem talvez esteja tirando os textos do contexto sejam, justamente, os que dizem que precisamos olhar o texto no contexto. Assim, o que nos resta? Se o AT não trata em nenhum nível algo do tipo, como pode, de repente, os palavrões serem condenados no Novo Testamento?

Obs.: cita-se, com frequência, Isaías com os ‘lábios impuros’ (Is 6:5), como tendo sido um homem que falava palavrões. Mas tal leitura ignora o uso do termo “impuro” no AT, que se referia aos alimentos impuros (Lv 11:4, 5). Se alimentar de algo impuro lhe impediria de ter contato com o sagrado, isto é, com o templo de Deus (Nm 19:20). Ora, Isaías estava vendo a Deus, portanto, merecia morrer, visto ter estado para pecar (se ele tivesse se alimentado e purificado, não cometeria pecado ao ver a Deus). Daí o serafim apenas precisar queimar os lábios de Isaías, e não matar um animal como sacrifício total. Isaías era, como os israelitas de sua época, um homem de lábios impuros, por consumir impurezas, por isso Deus não o excluiu, pois não vivia em pecado.

Vejam os que o NT (em 5 passagens) diz sobre “palavrões”:

*Mas eu digo a vocês que qualquer que se irar contra seu irmão **sem motivo** estará sujeito a julgamento. Também, qualquer que disser a seu irmão: ‘**Racá**’, será levado ao tribunal. E qualquer que disser: ‘**Louco!**’, corre o risco de ir para o fogo do inferno. (Mt 5:22)*

Ao que tudo indica, o termo “racá” era um insulto pessoal entre os judeus. Qual o significado do termo? Não sabemos, muitos especulam algo entre tolo e louco, porém, note que aqui temos uma quebra da Lei de Deus. A própria lei nos proíbe odiar o nosso irmão (Lv 19:17), logo, qualquer insulto fruto deste ódio infringe essa lei, de modo que Jesus reafirma justamente ela neste ponto, e isso fica claro porque não importa se você usa um palavrão ou não, qualquer palavra usada como fruto de ódio contra alguém se torna pecado. Ainda, se essas coisas fossem palavrões, e palavrões fossem pecado, se seguiria que Cristo teria cometido pecado, pois ele mesmo citou ambos os termos (Racá e Louco), **então o problema não é a pronúncia**.

Obs.: o uso *legal* de “tolo” e de “louco” é muito mais do que chamar alguém de burro, no sentido meramente intelectual do termo. É o equivalente a chamar de ímpio ou desconhecedor da Lei de Deus (Dt 32:6; Sl 94:6, 8; Is 32:6 [LXX]). Portanto, “louco, tolo, racá” devem estar dentro de uma estrutura de acusação de procedimento tolo em relação à lei de Deus, e não às coisas comuns do mundo. Isso em si pode significar um falso testemunho, e explica a rigidez com que Jesus trata o assunto: acusar alguém de desconhecer a Lei de Deus (ser “tolo”) é algo grave, caso a pessoa de fato a pratique.

Inclusive, na Lei, não há nenhuma ordem para nos vingarmos de alguém, pelo contrário, ela diz para não nos vingarmos (Lv 19:18a) e amarmos o nosso próximo (Lv 19:18b). A ordem de vingança na lei é dirigida a autoridade, que tem o dever de punir como vingador os criminosos (Êxodo 21 é claro nisso, principalmente no verso 22, que mostra que o juiz está em vista todo o tempo no capítulo). Logo, Jesus está proibindo o ódio ao nosso próximo, e o insulto a ele *sem razão*. Sigamos adiante:

*Mas agora, despojai-vos também de tudo: da ira, da cólera, da malícia, da maledicência, das palavras torpes da vossa boca. (Colossenses 3:8)*

Paulo está preocupado com a unidade da igreja no capítulo 3 e, de repente (nos dizem), ele nos proíbe o uso do palavrão, isso também deveria soar o alarme em nossa mente, pois não faria muito sentido diante do contexto. Mas qual problema Paulo está tratando na igreja? É uma lista de pecados genérica? Não é.

Paulo começa com a descrição das coisas que devemos nos *desfazer*: “ira”, “cólera” e “malícia”, três coisas que ficam dentro de nós e nos faz nos voltarmos contra o nosso irmão. Isso é claramente condenado na lei, como já vimos. O ficar “falando mal dos outros por aí” é condenado em seguida, afinal, quem ama não faz isso (v. 12). Ele fecha este ciclo proibindo as palavras “torpes” (podres), que soam como uma fruta apodrecida que vai *apodrecendo outras* (confira Efésios 4:29, que reforça o contraste ao dizer que o contrário à palavra “torpe” é “edificação” — ou seja, o crescimento da igreja, e não a separação dela). Isso nada mais é do que aquilo que é dito e que vai minando a unidade, sujando as relações. Qual é a cura para isso? Depois de tirar essa roupa de ódio gratuito, devemos vestir outra roupa que Paulo descreve logo em seguida e que é o *contraste* (marque bem isso, o contrário das palavras torpes aparece agora):

*Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de entranhas de misericórdia, de benignidade, humildade, mansidão, longanimidade; suportando-vos uns aos outros, e perdoando-vos uns aos outros (Colossenses 3:12,13a).*

Contexto mais claro do que este é impossível. O contraste direto às coisas ditas até o versículo 11 é o contrário exato. Paulo está proibindo, pois, aquilo que Cristo proíbe de acordo a lei, e não palavrões ou bobearias do tipo. E como podemos ver isso no texto? No versículo 8 ele nos ordena “despojar” de certas coisas. Ora, despojar é tirar uma roupa. No versículo 12 ele ordena: “revesti-vos”, e isso é, justamente, vestir uma roupa. Paulo está mostrando que há um ponto de oposição e que ambos não podem coexistir.

O sentido da palavra “torpe” (αἰσχρολογία) aqui é relevante considerar. Não é um termo para palavrões, mas uma linguagem baixa, que suja, separa. O ponto é a divisão, não a palavra impura ou algo semelhante. Crentes *que vivem a sujar a fama dos outros* estão se valendo de palavras torpes, são os mexeriqueiros que a Lei proíbe (Lv 19:16a).

Mas Paulo não para aí, e na “carta irmã” (Efésios) diz coisas semelhantes no capítulo 5, versículo 4:



*Não haja obscenidade nem conversas tolas nem gracejos imorais, que são inconvenientes, mas, ao invés disso, ação de graças. (Efésios 5:4)*

Todas as traduções deste texto são ruins, e a mais compreensível para nós é a NVI (que utilizamos para demonstrar o texto). O motivo da dificuldade de tradução é compreensível, todas as três palavras ('obscenidades', 'conversas tolas' e 'gracejos imorais' são cada um uma palavra somente) só ocorrem neste texto do Novo Testamento. Então, precisamos ver o contexto para que haja esclarecimento:

*Entre vocês não deve haver nem sequer **menção** de imoralidade sexual [sexo cultual ou incesto] nem de qualquer espécie de impureza [relações antinaturais, como sodomia, sexo com parentes etc.] nem de cobiça [desejo pela propriedade ou bens do próximo]; pois estas coisas não são próprias para os santos. Não haja obscenidade nem conversas tolas nem gracejos imorais, que são inconvenientes, mas, ao invés disso, ação de graças. **Porque** [ou seja, por causa dessas coisas que são faladas] vocês podem estar certos disto: nenhum imoral [cultuador sexual ou incestuoso] nem impuro [quebrador das ordens de Levítico 18 e 20] nem ganancioso [que toma à força o que é do próximo], que é idólatra, tem herança no Reino de Cristo e de Deus. (Efésios 5:3–5)*

O que Paulo está proibindo? Veja que Paulo começa falando sobre "imoralidade sexual", impureza e cobiça e termina falando da mesma coisa ao condenar o imoral, impuro e ganancioso. No meio disso, ele condena algumas coisas que são ditas. Ora, qual a lógica da passagem? É que ele fale de três pecados, depois fale de algumas palavras aleatórias proibidas, e então volte para os três primeiros pecados? Do que se trata essas "palavras" pecaminosas que Paulo proíbe? Precisamos ter em mente que não faz sentido Paulo proibir, de início, a *menção* de alguns pecados e depois atrelarmos os exemplos práticos ao conceito de palavrão. Como o texto mostra, Paulo está afirmando que o mínimo requerido é que nenhum crente sequer *converse* destes assuntos pecaminosos com interesse.

Por isso ele começa proibindo a *menção* destes pecados. Aqueles que ficarem falando das "prostitutas cultuais" ['imoralidade sexual'] descrevendo as ações delas, ou dos que ficarem falando de relações sexuais com parentes, ou de homens para outros homens ['impureza', cf. Rm 1], e os que ficarem falando de tomar a propriedade do outro com desejo sobre ela ['cobiça'], cometem pecado e falham em favorecer o ambiente de santidade exigido por Deus entre seu povo. Assim, o pecado das palavras é quando nelas são expressos os desejos contrários à lei de Deus — quão simples isso deveria ser.

Em momento algum Paulo proibiu palavrões como "porra", "caralho" ou coisas semelhantes. Ele proibiu se falar das impurezas sexuais, como homossexualidade masculina (piadas que falam sobre relações homossexuais masculinas são um exemplo desta ordem sendo quebrada), prostituição cultual ou ganância (tomar a propriedade do próximo).

Por último, em Tito 2:8 Paulo instrui para que Tito tenha uma linguagem sadia. Paulo literalmente diz que o falar de Tito precisa ser "inteiro", algo contra o qual nada possa ser dito em refutação (veja o resto do versículo) e que no apresentar de seus argumentos

não seja contraditório. Instrução clara para o presbítero que precisa instruir com autoridade e respeito (e Tito era este homem, assim como o são os presbíteros atualmente). Não se tratava de ter uma linguagem meramente polida, mas de não falar coisas incompletas ao pregar, dando motivo para aqueles que se levantam contra a fé blasfemarem.

Obs.: teríamos o caso de Efésios 4:29, porém o texto é tão óbvio que não deveria nem ser necessário sua menção: o capítulo 4 está tratando da *unidade* da igreja (v. 1-6) e todas as coisas ditas neste capítulo tem isto por fim principal. Dito assim, fica claro que quando Paulo diz “não saia da vossa boca nenhuma palavra torpe”, ele não deixa a informação solta no ar, mas completa com um contraste: “*mas* só a que for boa para promover a *edificação* [crescimento da unidade]”. Em outras palavras, assim como em Colossenses 3, o que temos diante de nós é o problema das palavras que dividem a igreja, sujando a *fama das outras pessoas*, e não de palavrões ou palavras feias. Portanto, refreie a língua da maldade, isto é, de enganar os outros e expressar ódio contra o seu próximo (1 Pd 3:10; Tg 1:26).

Mas, e para finalizar, sabemos que inimigos da verdade podem ser insultados, e que palavrões de “desafogamento” de *stress* podem ser ditos, bem como em alguns momentos de comemoração. Nada contrário a isso vemos na Escritura e, na verdade, até vemos algo diferente, algo que nos diz que o insulto parece ser categórico em alguns casos (Mt 3:7; 12:34; 23:33; Is 1:4) — Jesus certamente sabia como insultar os inimigos do Evangelho e da Verdade de Deus e sua Lei.

Assim, não temamos o palavrão. Ele pode ser usado e não precisa ser repreendido, mesmo que fiquemos desconfortáveis com seu uso. Portanto, não confunda. Não há nenhum pecado no palavrão, o medo dele ser dito é meramente a sensibilidade de nossa época em atuação.

### Concluindo

- O AT não condena o uso de palavrões;
- O NT não condena o uso de palavrões;
- Portanto, não há pecado em palavrões.

## O PECADO DA GULA E EMBRIAGUEZ

“PECADOS” SOBRE SATISFAÇÃO DOS APETITES

Gula é comer quanto? Ficar bêbado é perder o quanto da noção da realidade? Tanto um quanto o outro carece de uma linha demarcatória clara, uma falta de clareza e definições. Geralmente, para que se defenda que uma coisa ou outra seja pecado é necessário recorrer a conceitos psicológicos e filosóficos, de modo que as ciências expliquem o que a lei bíblica não conseguiu. Para forçar na lei algo que ela não diz, já ouvimos até dizerem que o primeiro pecado praticado foi o da gula. Bobeira. Glutões e beberrões estão condenados no NT (Novo Testamento), então, **algo aparentemente** ocorreu para que tal

acusação tenha surgido só na Nova Aliança – marque isso, pois é relevante para nós, já que em nenhuma parte do AT há condenação para glutões e beberrões.

Obs.: na realidade há passagens no AT que condenam o uso de alimentos nos cultos de fertilidade, mas não costumam parecer tão expressivas quanto as condenações do NT.

O fato é que os judeus em contato com as primeiras culturas frequentemente tinham problemas com pecados sexuais, isto é, a idolatria por meio do sexo (Nm 25 – *porneia* [sim, eu sei que há comida sacrificada aos ídolos no AT, mas é uma questão de a ênfase estar formulada no NT]). De qualquer modo, vejamos primeiro o único texto que parece condenar, no AT, a mera comilança e bebedice.

*Quando alguém tiver um filho contumaz e rebelde, que não obedecer à voz de seu pai e à voz de sua mãe, e, castigando-o eles, lhes não der ouvidos, então seu pai e sua mãe pegarão nele, e o levarão aos anciãos da sua cidade, e à porta do seu lugar; e dirão aos anciãos da cidade: Este nosso filho é rebelde e contumaz, não dá ouvidos à nossa voz; é um comilão e um beberrão. Então todos os homens da sua cidade o apedrejarão, até que morra; e tirarás o mal do meio de ti, e todo o Israel ouvirá e temerá. (Deuteronômio 21:18–21)*

Normalmente citam este texto para provarem que a lei condenava crianças à morte por desobedecerem aos pais; porém, a menos que o filho tivesse capacidade de gastar os bens dos pais em futilidades, não faz sentido dizer que o texto manda matar crianças. Ufa.

Uma leitura, mesmo simplista, mostra qual é o problema no texto. O filho, já castigado várias vezes pelos pais, e que continua rebelde, não tinha direito a continuar viver. A rebeldia (revolução) do filho é claramente a dispersão dos bens dos pais e a sua não submissão a eles. E como sabemos disso? Ele mora com os pais ainda, não fora de casa, e enquanto morando com os pais (e tendo o mesmo dinheiro que eles, neste contexto) passa a gastá-lo com comida e bebida. Os pais o advertem, porém, ele continua em gastos exorbitantes. Isso é o que está claro, pois a preocupação é que o filho “não dá ouvidos a nossa voz” (não nos obedece mesmo após castigos). Um filho que permanece preguiçoso, gastador, comilão e beberrão quando os pais o ordenam a fazer o contrário comete o *pecado da insubmissão*.

Contudo, suponhamos que seja apenas porque o filho é beberrão e comilão. Caso o fosse, por qual razão tal lei só se aplica aos filhos e a nenhum homem livre ou casado na lei? Ela é muito específica, pois prova que a comilança e bebedeira só são condenáveis enquanto sob autoridade dos pais (confira Dt 14:26). Procure qualquer texto na lei contra a bebedeira e gula de modo genérico e você não encontrará.

A septuaginta (a tradução grega do AT) traduz este texto com termos bem específicos para gula e bebedeira (*συμβολοκοπῶν οἰνοφλυγεί*), ambos os termos sem nenhuma conotação teológica, apenas de excessos. Os gregos também condenavam estes excessos – e nós também somos contra excessos, mas chegaremos lá. Contudo, veja qual condenação alimentícia vemos no AT:

*para que não faças aliança com os moradores da terra, e não se prostituam após os seus deuses, nem sacrifiquem aos seus deuses, e tu, convidado deles, comas dos seus sacrifícios (Êxodo 34:15; cf. Nm 25:2 com Ap 2:14)*

Houve uma grande necessidade que o conceito de “comer dos seus sacrifícios” fosse resumido em uma palavra. Enquanto os judeus se referiam de forma longa como “comer dos seus sacrifícios” ou “comida dedicada a ídolos”, os gregos sistematizaram cada tipo de sacrifício em uma palavra, ou até agrupavam tipos de sacrifícios em uma palavra.

E falando em gregos, os fariseus e saduceus, influenciados pela cultura grega, acusam Jesus de comer e beber muito (Mt 11:18, 19), e o acusam com duas palavras diferentes (φάγος — comer em excesso; e οἰνοπότης — beber em excesso). É claro que os fariseus não usaram essas acusações contra Jesus quando diante do tribunal, porque segundo a lei bíblica não podiam condenar alguém por este tipo de excesso, e por isso os fariseus o acusam de atacar César (autoridade), ameaçar derrubar o templo e coisas semelhantes (Mt 26:61–67; Jo 18:30, 31; 19:7). Os judeus não o puderam acusar diante da lei como beberrão e glutão, por mais que tivessem testemunhas do fato, pois jamais tais coisas poderiam ser provas criminais contra alguém. Os fariseus só queriam achar coisas para *difamarem* Jesus, acusando-o de desequilibrado.

Por outro lado, Jesus mesmo alerta sobre os últimos dias (que ocorreriam ainda na época dos que o ouviam) dizendo que quem estivesse na glotonaria ou embriagado poderia ser pego de surpresa no grande dia (Lc 21:32–34). Isso é uma clara acusação à embriaguez, não é? Não, não é.

Jesus está alertando sobre a guerra que iria acontecer contra Jerusalém (v. 20) e que se sucedeu por volta do ano 70 d.C., porém, este conflito não foi repentino, tendo ocorrido uma primeira tentativa de cerco que não deu certo, havendo tempo para os atentos fugirem de Jerusalém. Os crentes estavam sendo alertados a ficarem sóbrios para lutarem, isto é, saberem o momento de saírem da destruição que viria sobre os judeus.

Quem pode fugir estando bêbado? E olhando de perto, Jesus alerta não pela glotonaria, pois a palavra que ele usa primeiro é voltada para a dor de cabeça ou ressaca da bebida (κραίπαλη) e a segunda palavra para uma festa com bebida (μέθη — veremos como ela é distinta em Paulo posteriormente). De qualquer modo, quem está de ressaca ou festejando ficando embriagado não está pronto para fugir. Este é o ponto que Cristo ressalta. Não podemos confundir uma coisa com outra no texto.

Talvez o melhor exemplo seja algo simples e comum para nós: imagine ter à disposição, no horário de trabalho jogos, computadores com entretenimento e, então, passarmos a assistir tais coisas enquanto trabalhamos. Claramente ficaremos desatentos diante de uma eminente chegada do patrão, além de executarmos com uma qualidade muito mais baixa as tarefas do dia.

## **A EMBRIAGUEZ E COMILANÇA E O CULTO IDÓLATRA**

Pedro e Paulo possuem um uso bem distinto de glotonaria e bebedeira que os coloca numa categoria diferente dos usos prévios, sendo que Paulo, ciente da cultura grega, habitualmente utiliza termos conhecidos pelos gentios. Mas primeiro vejamos os textos:

*Invejas, homicídios, bebedices (μέθη — methē), glotonarias (κῶμος — komos), e coisas semelhantes a estas, acerca das quais vos declaro, como já antes vos disse, que os que cometem tais coisas não herdarão o reino de Deus. (Gálatas 5:21)*

*Porque é bastante que no tempo passado da vida fizéssemos a vontade dos gentios, andando em dissoluções, concupiscências, borrachices, glotonarias (κῶμος), bebedices (πότος) e abomináveis idolatrias; (1 Pedro 4:3)*

*Andemos honestamente, como de dia; não em glotonarias (κῶμος), nem em bebedeiras (μέθη), nem em desonestidades, nem em dissoluções, nem em contendias e inveja. (Romanos 13:13)*

Listas de pecado são sempre complicadas, porque são várias condenações ou proibições isoladas, que precisam, portanto, serem contrastadas com aquilo que o texto diz em sequência ou que poderia ser comum aos ouvintes. A maioria dos leitores simplesmente toma como certo o que a tradução traz a nós, como se ela estivesse alinhada exatamente ao modo de pensar tanto dos apóstolos como dos primeiros leitores do texto.

Por isso, começaremos definindo o que é μέθη em como ela era utilizada na época. A palavra por si só pode significar embriaguez ou bebedeira (como ocorre em Lucas, direcionada aos judeus). Porém, para os gentios, o termo tinha um significado mais adverso. “Bebedeira” vinha da deusa Methe, cultuada em festas nas quais o vinho era o centro e era oferecido como modo de culto. Guarde essa informação enquanto avaliamos o próximo termo.

Obs.: a palavra πότος exerce a mesma função de μέθη, significando a festa idólatra atrelada aos alimentos (algo claramente deduzido do uso do termo na Septuaginta e do contexto de 1 Pd 4). Note que este termo grego aparece no AT da Septuaginta se referindo às festas instituídas por Deus, logo, Pedro não pode estar proibindo “festas” ou “bebidas”, já que isso implicaria uma contradição clara nas ordens de Deus. Assim, é óbvio que Pedro condena um tipo de festa e bebida comum entre os gentios – algo que diz na primeira parte do versículo. E qual tipo de festa com bebida que os gentios tinham que era distinta das festas do AT?

Por outro lado, κῶμος normalmente se referia à comida dedicada a Dionísio e que parece ser o caso em 2 Macabeus 6:1–8. Porém, é um termo de tão “difícil tradução” que algumas bíblias traduzem como **orgia** ao invés de **glotonaria** (p.ex., em 1 Pd 4:3 a ACF traduz como *glotonaria*, enquanto a ARA traduz como *orgia*). Não é preciso ser mestre em grego e português pra saber que são coisas muito diferentes (embora uma coisa possa conter a outra, mas não podem ser a mesma coisa). Lidamos com a palavra de Deus, não podemos simplesmente ser displicentes com os significados que Deus quis nos transmitir. Assim, é importante notar que precisamos até mesmo entender se o termo é “orgia” ou “glotonaria”, e se tal coisa é ou não idólatrica.

Com frequência os pastores simplesmente acreditam que o termo aparece condenando as duas coisas (isso porque não sabem da festa idolátrica, senão seriam três coisas) ao mesmo tempo, mas isso é absurdo, considerando que mesmo que o termo condenasse duas coisas, faltaria contexto para provar isso, além de que claramente há, no mesmo texto, palavras que poderiam ser usadas para condenar a orgia (como o termo “dissoluções”, embora não seja, de fato, isso que o termo condene, mas trataremos disso no final do livro).

Contudo, um detalhe que costuma passar despercebido é que não importa qual a lista de pecados, os termos *sempre* aparecem juntos, um após o outro. É claro que podem objetar com uma ocorrência na primeira carta de Paulo aos coríntios, mas voltaremos nela. O fato, porém, dessa ocorrência sempre em *conjunto* aponta algumas coisas:

Primeiro, os termos estão relacionados, de forma que podemos ver uma conexão entre ambos. Isso quer dizer que não podemos interpretar eles separadamente, como se condenasse a glotonaria e a embriaguez de modo individual.

Segundo, os termos eram usados pelos gregos para *duas* festas específicas (embora também usassem de modo genérico). Essas duas festas formavam um todo, como um conjunto, das festas em busca de fertilidade da terra, por exemplo, tanto daquilo que a terra dá de comer como daquilo que ela dá de beber.

Terceiro, ambos os termos são quase exclusivos nestas festas (uma a Dionísio ou Baco e a outra a Methe ou também Dionísio). E ambas as festas — por definição — eram idolátricas. Ora, são elementos essenciais destes cultos e que sempre vinham em conjunto neles.

Paulo e Pedro estão claramente apontando o serviço cútico alimentício e suas implicações (que veremos abaixo). Em conjunto com *porneia*, apontando o culto sexual comum entre pagãos, as festas dionísicas são exemplos claros de infração da Lei de Deus. E não era incomum que estas festas resultassem em violência e morte, como parte da confusão generalizada atuante nelas. E isso nos leva a 1 Coríntios 5.

*Mas agora vos escrevi que não vos associeis com aquele que, dizendo-se irmão, for devasso, ou avarento, ou idólatra, ou maldizente (λοιδωρος — loídoros), ou beberrão, ou roubador; com o tal nem ainda comais [deve ser visto como inimigo]. (1 Coríntios 5:11)*

Diferente do que aconteceu com os preguiçosos em Tessalônica, a resposta de Paulo aos pecadores é forte: não devemos nem comer com eles, principalmente maldizentes e beberrões. Mas espere um pouco, este texto quebra o nosso padrão de festas a Dionísio com comida e bebida. O que faremos? É bem simples, veremos como os próprios gregos viam o problema.

De acordo Eurípedes (O Ciclope 534 ou linha 519), as festas a Baco são: πλῆγὰς ὁ κᾶμος λοιδωρόν θ' ὕβριν φέρει. (a bebida — glotonaria? — é pai de golpes e violência). Este é somente um exemplo de como era comum para o grego pensar nos ataques e conflitos como fruto direto da festa a Baco (Dionísio). Não é impossível que Paulo esteja pensando

em uma consequência dessas festas e fazendo um efeito metonímico, isto é, proibindo o κῶμος por implicação lógica da proibição de λοιδορόν. Essa é uma dedução lógica do texto, pois “loidorós” é um termo para conflito, em especial se for fruto de bebida ou outros excessos.

Esta é a razão do porquê Noé, mesmo tendo se embriagado, não podia ser acusado de pecado e, quando um dos seus filhos o viu e chamou os irmãos para rirem com ele, Noé foi justificado em amaldiçoar o filho que riu de sua embriaguez e nudez (Gn 9:21-27) sem sofrer penas por conta disso. Noé claramente não pecou, visto não ter entrado em brigas, mas somente dormido.

Por último, uma rápida lida no cap. 10 de 1 Coríntios esclarece algumas coisas. A dedicação de alimentos a ídolos é idolatria e, portanto, nenhum crente pode participar da mesa do Senhor se estiver participando da mesa dos demônios (v. 21). Paulo conclui sua instrução para não participar da mesa dos demônios dizendo para comermos para a glória de Deus (v. 31). A instrução de como comer para glória de Deus é dada então no cap. 11, quando ele descreve como deve ser a ceia do Senhor. Desse modo o apóstolo Paulo prova que o contrário da comida dada ao ídolo era a participação da ceia do Senhor, e o contrário das festas com comida e bebida a Dionísio é a abstenção delas dando graças a Deus pelo que comemos ou fazemos (1 Co 10:31).

Obs.: diferente do que neocalvinistas e católicos romanos costumam fazer, não há, na bíblia, nenhum princípio que prove que o “excesso” de algo seja uma idolatria em si. Comer demais e beber demais não pode ser idolatria, pois ela envolve outros elementos ausentes aqui (como possível violência, ou outra divindade recebendo honra indevida). Neste livro não exploraremos o assunto da idolatria, contudo isso tem que estar claro: quando a bíblia diz que há idolatria, ela não fala de vícios ou paixões, mas de algo além dessas coisas. Quem te acusa de idolatria nisso prova que não consegue identificar seu pecado, e recorre a um termo [agora] esvaziado de significado (algo que Deus mesmo prometeu Zc 13:2).

Obs 2.: Romanos 14 e 1 Coríntios 8 são pontos evidentes aqui: os crentes não sabiam se podiam beber o vinho dedicado ao ídolo (Rm 14), portanto, fazê-los beber levaria ao pecado, visto que é preciso ter fé que algo é certo para não se pecar (visto que a fé é um mandamento). Considerando que a Lei não proíbe nenhuma bebida em particular, Romanos e 1 Coríntios ainda ajudam com um pano de fundo do problema que tanto “methes” quanto “kwmos” era: o envolvimento completo na festa, e não o comer ou beber algo dedicado ao ídolo (aqui sim, não haveria nenhum problema, visto que o ídolo nada é).

## O QUE FAZER COM QUEM BEBE?

A Escritura é muito prática em como lida com problemas, e vemos isso principalmente em Provérbios, quando trata de questões que geram problemas e desconforto. Assim, o Conselho de Deus nos vem como doce instrução que não é ordem, mas ensina-nos a viver uma vida tranquila.

Temos dois principais problemas que o livro de Provérbios tenta resolver em relação à bebida. O primeiro é a pobreza, dita em Provérbios 21:17; 23:21. O homem dado aos excessos comete o erro de falhar na vida de modo básico, se empobrecendo. Veja que é

um problema que atinge principalmente a quem se embriaga (além dos mais próximos a ele, claro). O texto é simples e direto,  *você ficará pobre por se embriagar* – mas ninguém (nem a igreja) pode te tirar do reino, apesar de você estar nele aos trancos e barrancos.

Para piorar, se a bebida o levar a causar inimizade (isso sim condenado na Lei – e que Paulo menciona em Efésios 5:18) passará a quebrar a lei sem ao menos notar isso. Aquele que vive a se embriagar vive a quebrar a lei porque não sabe nem julgar as situações diante de si, e aqui chegamos ao segundo modo em que há fracasso – exatamente como Isaías 28:1–10 nos ensina. O ébrio tende a distorcer a lei, e a fracassar na sua guarda. Veja, até quando a bebida é vista como um problema, ela não é vista por causa dela mesma, mas sim por causa de efeitos, que estes sim, podem ser punidos (mas jamais a bebida).

Por isso, o que Paulo nos ensina? “E não vos embriagueis com vinho,  *em que há contenda*, mas enchei-vos do Espírito” (Efésios 5:18). Por qual razão ficar embriagado? Pode ser que embriagado eu fique contido em casa e tranquilo, é verdade, mas em geral a embriaguez aflora em nós o conflito desnecessário. Pode ser que como Noé eu durma após o vinho, porém pode ser que como os juizes de Israel eu acabe quebrando a lei de Deus. Por isso, comer e beber demais jamais podem ser condenados como pecado, embora possa, se gerar pecado, ser disciplinado.

Que Deus tenha misericórdia de nós!

Por isso, existe um momento em que a palavra de Deus permite dar vazão à embriaguez. E isso com vistas ao fato básico de que:

*É Ele quem, dos seus altos patamares, rega as montanhas, e a terra se sacia do fruto de suas obras; faz brotar a erva para o gado, as plantas que o homem cultivava, tirando da terra o alimento, o vinho que alegra o coração* (Salmo 104:13–15).

Deve-se estar claro agora: Deus – e não o diabo – é quem faz o vinho, que *alegra o coração*, existir. Sem um certo nível de embriaguez não há alegria no vinho, sendo, portanto, demonstrado que o vinho foi criado *para este propósito* (de haver algum nível de embriaguez). Beba com naturalidade, não se preocupe com o que os outros pensam. A Escritura é maior do que os homens, você só não precisa querer forçar os outros ou mostrar para todo mundo que é mais “forte” por beber. Mas ainda não acabamos.

Uma das desculpas que damos a nós mesmos para não darmos dinheiro a um mendigo é que ele irá gastar com pinga. Meu amigo, se eu estivesse no lugar dele é justamente o que eu faria, e ainda teria um motivo claro para isso, e uma instrução direta:

*Não é próprio dos reis, ó Lemuel, não é próprio [não é indicado, mas não é pecado] dos reis beber vinho, nem dos príncipes o desejar bebida forte; para que bebendo, se esqueçam da lei, e pervertam o direito de todos os aflitos. Dai [um imperativo, mas que não pode ser ele mesmo uma lei de Deus] bebida forte ao que está prestes a perecer, e o vinho aos amargurados de espírito. Que beba, e esqueça da sua pobreza, e da sua miséria não se lembre mais.* (Provérbios 31:4–7).

É maravilhoso como o texto bíblico não tem as preocupações morais que inventamos para nós mesmos, como se fôssemos bastiões do bem, feitores da justiça, garantidores da



bondade e verdadeiros preservadores do Ocidente em crise. A Escritura é mais simples, e apenas diz: dê ao pobre bebida forte, para que se esqueça de que sofre. Você pode dar trabalho? Dê! Pode dar comida, dê! Mas não se justifique dizendo que não dará dinheiro para ele não comprar bebida e se embriagar. Provavelmente será uma das poucas alegrias da vida dele. Mas você, se for um **bispo** e **presbítero** ou **diácono** não deve ser dado à bebida, pois está, como o rei Lemuel, comprometido com o ensino da Lei de Deus (1 Tm 3:2, 3, 8; Pv 31:4, 5).

Obs.: a mera alegria produzida pela bebida alcoólica não faz com que um rei se esqueça da lei, portanto, o termo “esquecer” deve implicar algo maior do que “se alegrar”. Somente homens embriagados se esquecem da lei de Deus e de como praticá-la. Somente homens embriagados esquecem o quanto sofrem e são pobres.

## Concluindo

- A Embriaguez e Gula é pecado somente em relação à idolatria cúltica alimentícia;
- A Bíblia não reconhece que “vício” em bebida ou comida seja, em si, uma idolatria;
- Bebida não cai bem às autoridades, quaisquer que sejam;
- A bebida faz bem a quem sofre, pois diminui o sofrimento;
- Portanto, beber e comer muito não é, em si, pecado.
- Pecado é, no máximo, a contenda causada pela bebida, mas a causa não pode ser culpada como o efeito.

## O PECADO DA PIRATARIA

“PECADOS” SOBRE PROPRIEDADE

Temos um grande mandamento que nos proíbe furtar qualquer coisa. A lei de Deus condena o que rouba ou furta, e tal pecado é punido com a morte (de um animal, para haver proporcionalidade — Lv 6:1–6). A morte é salário do pecado, e como salário deveria ser pago. Porém, qualquer um pode ver na lei de Deus que ela não estimula em lugar algum uma proibição à pirataria — pois a lei não encara isso como furto.

Explicamos: o ignorante sempre — para impor uma lei que não está na Bíblia — dirá que é porque a pirataria não existia na época de Moisés, e por isso não poderia ser condenada na Bíblia. Veja, ele está inventando um pecado e contradizendo 1 João 3:4, que claramente diz que pecado é a transgressão da Lei de Deus — independente de qualquer coisa. Dizem até que não cai bem ao cristão fazer isso. Ora, não cai bem ao cristão fazer várias coisas, mas nem por isso os disciplinam por fazerem, embora os alerte para que evitem, sabendo que o julgamento do mundo (este sim, com muita frequência mais rigoroso até do que da igreja) virá fortemente contra ele.

Segundo as definições *gerais* a pirataria é a venda de um item sem a autorização dos proprietários (no caso das leis brasileiras, você pode conferir o art. 184 do Código Penal). Mas o que isso quer dizer? Quer dizer que eu não posso vender um item que é propriedade de outra pessoa, e isso claramente está proibido pelas Escrituras, certo? Sim, está, mas preste atenção em como a escritura define o que é *propriedade*:

*Falou mais o SENHOR a Moisés, dizendo: Quando alguma pessoa pecar, e transgredir contra o Senhor, e negar ao seu próximo o que lhe deu em guarda, ou o que deixou na sua mão, ou o roubo, ou o que reteve violentamente ao seu próximo, ou que achou o perdido, e o negar com falso juramento, ou fizer alguma outra coisa de todas em que o homem costuma pecar; será, pois que, como pecou e tornou-se culpado, restituirá o que roubou, ou o que reteve violentamente, ou o depósito que lhe foi dado em guarda, ou o perdido que achou, (Levítico 6:1–4).*

Vamos seguir a linha de raciocínio: tomar algo de alguém é subtrair da propriedade *atual* do indivíduo. Se eu tenho um carro e você me toma, ou toma emprestado e não o devolve, você está pecando, porque o carro é meu atualmente. Porém, imagine que eu pensava em comprar o carro, mas você compra antes de mim, ou, antes, você furta da concessionária — você furtou a mim? Claramente não, embora no segundo caso tenha furtado o bem da concessionária. Eu poderia ter te acusado de tomar algo que futuramente seria meu? De modo nenhum.

Mas tudo fica ainda pior quando vemos o quanto uma lei dessa (brasileira) é arbitrária. Por exemplo: o quanto da reprodução de uma obra é pirataria? Digamos que em meu livro eu cite um parágrafo do seu, estarei produzindo pirataria? Ou digamos que eu cite duas páginas inteiras ou mais ainda. Quando a Pirataria começa? É uma ação subjetiva? Caso você leia o art. 46 da lei de Direitos Autorais verá que a pena para quem pirateia começa em “a reprodução, em um só exemplar de *pequenos trechos*” — que diabos isso significa? Quantos trechos? Quais os tamanhos? Que lógica é essa?

A lei (brasileira) não está apontando uma ordem genérica para restrição pessoal como no caso do rei de Israel que poderia ter mais ou menos mulheres de acordo o que verificasse no próprio coração, pois a lei brasileira dá pena que pode ser de meses até anos de prisão.

Além disso, embora a polícia não corra atrás de todo pobre com algum produto pirata, esta lei virtualmente *favoreceria* apenas ricos. Imagine que *tudo* fosse comprado e apenas comprado caso fosse original? Relógios, programas de computador, livros PDF e coisas afins, se fossem impossíveis de piratear, não só significaria que estaríamos anos luz atrasados em conhecimento e riquezas, mas os pobres praticamente continuariam sem nada. O que garantiu — além do capitalismo — o acesso dos pobres aos bens foi a própria pirataria — e até Bill Gates reconhece isso, ao afirmar que sem a pirataria do Windows ele não o venderia tanto!

Isso não quer dizer que todo tipo de pirataria está certa. Sabemos das balanças falsas, que é quando um vendedor vende um produto mentindo sobre ele ou seu valor para que compremos mais caro. Se um vendedor vende um produto pirata (físico) com afirmações de sua originalidade (e, portanto, maior qualidade de peças — normalmente), ele não está só mentindo, mas usando balanças falsas, comparando um item não original com o original — a isto é que a bíblia condena como balança falsa.

Por último, sabemos que nenhuma lei bíblica pode ser suspensa por causa de algum contexto, então, se a pirataria for o pecado que a bíblia condena, ela estará errada em

todos os contextos. Pergunto-me o que alguns autores cristãos pensariam ao saber que seus livros ou livros de outros têm sido pirateados para entrarem na China — um país avesso ao Cristianismo. Estariam estes crentes pecando por um bem maior? Onde Deus autoriza pecar para que um bem maior seja alcançado? Lembre-se de Saul aqui.

As Escrituras claramente não permitem isso e, por isso, se a pirataria for pecado, parte do Cristianismo perseguido também está sob pecado neste caso (pirateando desde livros cristãos em geral até a Bíblia [afinal, a tradução ‘tem dono’]).

Pensamos, acima, no aspecto aleatório de definir o que é um trecho de uma obra, mas não consideramos o que torna uma obra “pirateável”. Explicamos: nos EUA, por exemplo, há uma lei que obriga que alguns produtos percam seus direitos autorais (o Mickey que o diga), de modo que não é mais propriedade privada. Ora, se entendi bem, o pecado é a transgressão da lei do Estado, se os crentes quiserem ser coerentes, então, assim que o Estado obrigar uma obra perder seus direitos, todos poderão “piratear”. Mas como o Estado decide que após 90 anos uma obra pode deixar de ter seus direitos originais?

Não é só o Brasil que sofre com essas idiotices e que passa vergonha por não esclarecer o quanto de um produto precisa ser copiado para ser considerado pirataria. Os EUA e todos os países que passam leis antipirataria precisam se debruçar sobre regras arbitrárias para definir o que é pirataria, por quanto tempo o será e em que território o será. Caso você volte à definição dada de pirataria lá em cima notará que ela “convence” porque nela não estão sendo considerados estes pontos que abordamos. Mas imagine se trocarmos o termo “pirataria” por roubo na definição:

“Roubo é vender algo (físico) sem a autorização dos proprietários” (cf. Lv 6). É tudo uma questão de dialética e filosofia — você troca um termo pelo outro para convencer os mais tolos de que está defendendo a moralidade, quando está somente defendendo uma criação humana que favorece um punhado de políticos e ricos. As Escrituras são contra a mentira nos negócios e contra balanças falsas.

Porém, o assunto não acaba aqui. Há duas últimas observações que precisam ser feitas. A primeira é sobre o princípio do “amar o próximo como a si mesmo”. Esta ordem não pressupõe possibilidade de aplicabilidade legal, mas pessoal. Caso queira fazer justiça a um autor, produtor ou qualquer coisa do tipo pelo trabalho que teve e prazer ou aprendizagem que me fornece, é claro que é melhor pagar. Embora ideias não tenham donos humanos, nem todos as desenvolvem, o que deve dar àqueles que fazem isso o privilégio de receberem o nosso pagamento e compensação financeira. Estando em meu alcance, o melhor é que sempre pague por tudo que venha a adquirir, mas, não podendo, não há razão alguma para proibir alguém de consumir aquele bem que não tem dono final.

Pois imagine que alguém viva do que escreve, para este indivíduo, que tem pensado e empregado esforço no que faz, nada mais justo do que receber. Mas “justo” neste contexto é abstração, e por isso nenhuma legislação consegue definir o que é justo em



-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-

Não encontramos. Afinal, o que seria “machismo”? Um homem tratar uma mulher mal? Negligenciar respeito (este termo com menor significado ainda, já que “respeito” é extremamente subjetivo)? Não tratar uma mulher com os mesmos direitos que um homem? (e de fato não tem, segundo a Escritura). Qualquer que seja a definição, está simplesmente errada diante da leitura bíblica. Começemos do último exemplo para esclarecimento: “mulher sem os mesmos direitos que um homem”. Ache na lei de Deus qualquer parte que mostre que uma mulher tem os mesmos direitos de um homem — não há. Em parte, para protegê-la e em parte para protegê-lo.

O primeiro exemplo que podemos encontrar é óbvio: uma mulher só tem direito, na lei, de se casar com um homem por vez, estando ligada a ele enquanto estiver vivo (Rm 7:2). O contrário não é verdade. Pois somente o homem pode ter ciúmes (Nm 5), somente ele pode dar carta de divórcio (Dt 24), e somente ele pode se casar com mais de uma mulher (Lv 18, 20 e toda a lei). Portanto, a bíblia é “machista” e, segundo as leis humanas, é falha. Mas, como nosso Deus não presta submissão a ninguém e nem precisa dar conta de nada que faz, ele nos instrui para que entendamos que há desigualdade entre homens e mulheres.

Preste atenção aqui, pois desigualdade não quer dizer acesso diferente à lei, apenas que a lei não trata ambos iguais. Um escravo tinha tanto acesso à lei quanto um livre, mas ele não era julgado como um homem livre. Este é o caso da escrava que, mesmo cometendo adultério, não era morta (Lv 19:20), mas caso fosse uma mulher livre, a morte seria o destino certo (Lv 19:20 — final do versículo). Como pode ver, nem entre uma mulher e outra havia igualdade, pois Deus criou o mundo para haver hierarquia nele (1 Tm 2:12, 13). Quem não quiser se submeter a isso que viva sua vida à parte da aliança de Deus e não perturbe quem voluntariamente se submete ao modo como Deus criou o mundo.

Sabemos que você dirá que na época que a bíblia foi escrita as mulheres tinham que ser submissas a qualquer custo, porque isso era cultural. Imagino Deus tomando conselho com o homem e pensando: “É, sua cultura é muito rígida, eu não posso vencê-la, é melhor manter como está até que pessoas mais iluminadas do que os homens que inspirarei para escreverem minha Palavra nasçam. Sabe como é... EU não serei contra cultural, deixarei o povo no erro muitos milênios até que, sem a Escritura, eu revele por meio de ímpios que os crentes estão errados e são machistas”. Mais idiota do que um pensamento deste é impossível. Além disso, quem afirma algo assim precisa dizer como sabe que um texto é cultural e outro não. Afinal, pode ser até que a crença em Deus seja cultural, segundo este critério idiota.

Machismo não é uma “ideologia”, nem mesmo um sistema de pensamento — apesar de dizerem isso. Nomeiam assim os atos dos homens para se sentirem lutando contra um sistema maligno; e quem não quer se sentir como lutando contra um sistema cheio de conspirações? Tanto o republicano quanto o progressista vivem no mesmo mundo de faz de conta na luta contra milhares de conspirações (ainda que algumas sejam verdadeiras).

O que nós estamos denunciando? O fato de que qualquer coisa pode ser “machismo”. A bíblia, por outro lado, prefere deixar aberta certa insegurança para gerar maior confiança em Deus do que dizer coisas e condenar coisas que não podem ser bem limitadas e definidas. Perceba que até mesmo o caso de Abraão não é, jamais, condenado na Bíblia (o fato de ter colocado Sara em risco), pelo contrário, quando lemos 1 Pedro 3 o que vemos não é Pedro dizendo: “maridos, não sejam como Abraão, que pôs sua esposa em risco”, antes, ele diz: “esposas, vejam o exemplo de obediência de Sara e sigam ela”. Para nós, a batalha (por causa de cultura, política, e todas essas coisas que católicos e neocalvinistas trouxeram) tem se tornado uma briga de rato e gato porque, simplesmente, queremos mais meios de nos sentir seguros e de controlar o que os outros fazem (em especial as mulheres desejam isso).

Nunca acharemos na Escritura qualquer dessas idiotices que tornam os indivíduos inchados. Nos chamem de Machistas o quanto quiserem, ao saírem essas palavras de sua boca saberemos qual o nível de seu afastamento da lei de Deus em prol de uma lei humana, cultural e sujeita às emoções de nossa época. Graças a Deus o nosso Senhor Deus é “machista” e fez com que nosso Senhor se encarnasse como *homem* e não como mulher, provando que a autoridade masculina é focal em seu propósito, desde a criação do mundo (tendo criado Adão primeiro), até os exemplos que temos de Deus como *Pai*, como *guerreiro*, como *Juiz*, *Senhor* – todos os atributos que são **exclusivamente masculinos**. Você não terá que arrancar algumas páginas da Bíblia, apenas terá que jogar toda ela fora, e ignorar como Deus age. Reconheça que você não é um crente, pois é menos grave do que enganar outros indivíduos fracos sob o argumento de que “o machismo é algo contra o qual lutaremos”. Deixa lhe dizer: eu não lutarei contra isso, só assumo batalhas que Deus dá ao seu povo. E não só isso, tenha certeza que estaremos no lado oposto de quem luta “contra o machismo”.

Por último chegam a dizer que em Cristo não há homem nem mulher, escravo ou livre (Gl 3:28). Isso é prova de que o indivíduo que diz isso não sabe ler a lei. Por exemplo, por causa da lei da purificação contra a menstruação (Lv 15:19–27), a mulher ficava fora de qualquer relação com alguma coisa santa todo mês, ao menos por 7 dias (ou 14). Isso quer dizer que a mulher não tinha o mesmo acesso a Deus que o homem tinha. Porém, no Novo Testamento, mesmo uma mulher menstruada pode acessar ao Santo dos Santos (como Hebreus mostra) e clamar a Deus em santidade, mesmo que, pela lei, pudesse estar impura (mas não estando, porque a morte de Cristo a purificou). Assim, a mulher tem o mesmo privilégio de *acesso* que o homem tem, mas isso não muda a relação dela no que diz respeito ao homem, assim como o escravo não muda sua relação com o seu senhor ou o grego com seu país (1 Pd 2:13–19). Toda mulher que não se submete comete, pois, rebeldia, e é revolucionária: e como Samuel alerta, a rebeldia é como o pecado de feitiçaria (1Sm 15:23), já que tenta magicamente tomar a autoridade não devida. E nossa época é a época da “Fé Revolucionária”.

## Concluindo

- Não há na Bíblia nenhuma condenação ao machismo;
- Por isso, o machismo é só uma criação moderna, uma cortina de fumaça para os interesses reais de Deus;
- Portanto, o conceito deve ser, em si, abandonado.

Obs.: os princípios aqui utilizados valem para vários outros falsos pecados com termos que foram inventados ou passaram a ser utilizados recentemente na História do mundo.

## O PECADO DA MENTIRA

“PECADOS” SOBRE INFORMAÇÃO

*A testemunha falsa que profere mentiras, e o que semeia contendas entre irmãos. (Provérbios 6:19).*

Segundo nossos amigos filósofos, a mentira é tudo aquilo que não expressa a realidade, é a negação de algo que é, ou a distorção disto. Dessa definição mais ampla todas as outras coisas consideradas pecado fluem, afinal, também são mentira por não expressarem a realidade do que a natureza humana deveria ser. Contudo, a bíblia não oferece uma definição inequívoca de mentira, pelo contrário, ela estabelece penas para os mentirosos e é exigido de nós que pensemos de acordo o crime e a punição, para entendermos o que Deus quer dizer com aquele pecado que ele pune.

Mas não acabamos aqui. Afinal, sabemos que não existe só a mentira “positiva”, mas a negativa, a chamada “omissão” — a que usam para dizer que Abraão cometeu pecado. Então, veremos quais mentiras são previstas na lei como pecado e se todo tipo de mentira é pecado imediatamente.

*Não darás falso testemunho contra o teu próximo. (Êxodo 20:16)*

O reformado costuma derivar dessa lei todas as proibições contra mentira. O liberal diz que esta lei expressa um princípio contra a falsidade. Estão ambos de mãos dadas, porque ao tentarem ir além da letra da lei, acabam por contradizerem ela mesma. Os mandamentos não estão fundamentados em princípios além deles, eles são o princípio. Por exemplo, qual o princípio do “não furtarás”? É simples, não devemos roubar ou furtar, e como consequência a ordem estabelece a propriedade privada. Ele (o mandamento) não está baseado na propriedade privada, ele garante a propriedade privada (para desespero de socialistas). A ordem flui de Deus, não da natureza das coisas (ou vão dizer que pela natureza alguém saberia qual árvore se poderia ou não comer no jardim?).

Uma leitura muito simples deste mandamento deixa claro qual o objetivo: proteger a vida e os bens do próximo. O falso testemunho contra alguém é um pecado grave porque rompe a honra do indivíduo, e pode o fazer ser punido sendo inocente. A lei de Deus quer preservar a nossa vida não só de um assassino claro e direto, mas de homens que não querem sujar as mãos, e tentam passar para o juiz a responsabilidade de punir-nos, valendo-se de mentiras.

Isso nos leva ao primeiro tipo de mentira (de dois) que a lei condena: o falso testemunho contra o próximo. A prova de que esta é a preocupação da lei é o capítulo 23 de Êxodo:

*Não admitirás falso boato, e não porás a tua mão com o ímpio, para seres testemunha falsa. Não seguirás a multidão para fazeres o mal; nem numa demanda falarás, tomando parte com a maioria para torcer o direito. [...] De palavras de falsidade te afastarás, e não matarás o inocente e o justo; porque não justificarei o ímpio. Também suborno não tomarás; porque o suborno cega os que têm vista, e perverte as palavras dos justos. (Êxodo 23:1,2,7,8)*

Que é isso? É a explicação do mandamento contra o falso testemunho. A preocupação total não é a mentira por si, mas a vida do inocente, para que seja preservado no julgamento e não punido como ímpio. Aquele que acusa um inocente falsamente quebra o mandamento de Deus e, na igreja, não deve ser recebido enquanto não confessar o seu crime e receber a pena devida por isso. O importante também é notar que mesmo que todos estejam mentindo sobre alguém, você não deve segui-los — nem que lhe paguem. Sempre presuma a inocência, até que provem o contrário. E para provarem o contrário, somente com a palavra de pelo menos duas testemunhas:

*Uma só testemunha contra alguém não se levantará por qualquer iniquidade [presunção de inocência], ou por qualquer pecado, seja qual for o pecado que cometeu [não importa o crime]; pela boca de duas testemunhas, ou pela boca de três testemunhas [cf. Mt 18:16; 2Co 13:1,2; 1Tm 5:19], se estabelecerá o fato. Quando se levantar **testemunha falsa** contra alguém, para testificar contra ele acerca de transgressão, então aqueles dois homens, que tiverem a demanda, se apresentarão perante o Senhor, diante dos sacerdotes e dos juízes que houver naqueles dias. E os **juízes inquirirão bem** [processo investigativo, diferente do que ocorreu entre a mulher de Potifar e José]; e eis que, sendo a testemunha falsa, que testificou falsamente contra seu irmão, far-lhe-eis como*



*cuidou fazer a seu irmão [receber a pena que o outro receberia]; e assim tirarás o mal do meio de ti. (Deuteronômio 19:15–19)*

Veja que Jesus diz exatamente isso em Mateus 7:2: com o juízo com que julgardes sereis julgados. Não está claro como?

Imagine (pensando em Dt 19:15–19) que um homem chegasse diante do juiz dizendo que prestei adoração à outra divindade e estava tentando convencer meus vizinhos a adorarem esta. Segundo a lei eu seria punido com a pena de morte e, portanto, a acusação é grave. O meu acusador então paga a uma testemunha falsa para suprir a falta de mais alguém (o mínimo de duas testemunhas), mas eu continuo jurando por Deus (sim, posso jurar por Deus numa corte) que não cometi tal pecado. O que os juízes farão? Inquirirão com os vizinhos. Eles dizem que sempre fui pacato e tranquilo e jamais notaram qualquer tipo de pecado da minha parte. O que ocorrerá? As testemunhas falsas sofrerão a pena de morte, pois serão julgadas com a medida que me julgaram.

Podemos estender isto para um caso mais amplo. Imagine que alguém me diga que cometi pecado (portanto, sou digno de morte), e após dizer isso o indivíduo me diz que comi demais ontem ou que falei algum palavrão. Como você pode ver, não se trata simplesmente de um falso testemunho contra mim, mas uma distorção da justiça (torcer o direito — Êx 23:2). A menos que se prove um pecado segundo aquilo que Deus trata como pecado, não podemos fazer nada além de repreender. Assim, estes não só me julgam falsamente, mas inventam leis que não existem para que eu seja culpado de um pecado que não existe. Acusar de um pecado real e de um pecado falso são ambas coisas graves; a primeira por ser uma mentira e, portanto, falso testemunho, a segunda por acrescentar à lei mandamentos e ordens que não existem.

Isso nos joga pra um segundo tipo de mentira. A mentira doutrinária ou teológica. Normalmente estas falsas acusações são fruto de uma falsa teologia (ou, no mínimo, ruim) e a teologia falsa gera homens falsos, mentirosos — que enganam outros. Sabemos pela lei que o primeiro pecado se deu assim, pois a serpente mente para o homem, sendo mentirosa desde o início (Jo 8:44). Assim, podemos ver em João 8 a intersecção dos dois tipos de mentira. Caso se leia o texto atentamente notaremos o caso da mulher supostamente pega em adultério sendo relacionado ao caso do falso testemunho em seguida no texto. Vejamos com calma.

Leia o capítulo 8 para notar estes pontos: do versículo 1 ao 11 temos o caso da mulher “adúltera”, no qual não se apresentaram testemunhas, nem o homem que teria adulterado com ela (Lv 20:10). Temos ali a clara transgressão dessa lei e Jesus os refuta dizendo que quem não tem (este) pecado que atire a primeira pedra (ou seja, você pode julgar ela estando sob a mesma condição? — é semelhante ao caso de Judá que não podia mais punir Tamar por ele ter cometido o pecado com ela em Gênesis 38:1–26, em especial o versículo 26).

Então, do versículo 12 ao 19 Jesus mostra que ele está dentro do que a lei exige para o testemunho, afinal, ele realmente sabe a verdade sobre si, e também o Pai testifica dele.

Por isso, enquanto os fariseus julgam segundo a carne (v. 15) Jesus não julga segundo ela, porque ele julga de acordo com o preceito da lei de duas testemunhas (v. 16, cf. 7:24). Veja que ceder à carne aqui é contraste somente em relação à lei de Deus, e não é algo místico.

Para vermos que Jesus julga corretamente, entre os versículos 20 e 32, ele diz que os judeus morrerão nos seus pecados (v. 24 – o que ocorreu no ano 70 d.C.), já que não creem em Cristo. Jesus, portanto, diz que teria muito mais coisas para condenar nestes judeus (v. 26), julgando-os. E Jesus conclui esta parte dizendo que devemos conhecer a verdade (não o falso testemunho), e a verdade trará liberdade a nós (como temos dito neste livro em acordo).

Entre o versículo 33 e 46 chegamos na parte mais crítica da seção em relação à disputa de Jesus e os fariseus. Jesus afirma que o pecado (que é transgressão da lei) escraviza (v. 34), e que Jesus é quem dá a capacidade para nos livrarmos desta escravidão (v. 36). Neste ponto Jesus anula todo “livre-arbítrio” humano, mostrando aos fariseus que ter descendência abraâmica não os fazia livres do pecado (até parece que não conheciam toda a história do AT).

No versículo 40 vemos que o objetivo dos fariseus é matar Jesus. E Jesus diz que essa tentativa de mata-lo é a tentativa do pai dos fariseus (que mentiu contra alguém). Isso culmina no versículo 44, em que Jesus diz que o diabo foi homicida por não se firmar na verdade. Veja que aqui **a verdade não é contrastada simplesmente à mentira, mas ao falso testemunho** (v. 46). Jesus está questionando aos fariseus se encontram algum pecado de verdade nele; mas, como não encontram, precisam apelar à mentira (falso testemunho). E é assim que normalmente o AT e o NT se **referem ao falso testemunho (como mentira)**.

Obs.: por padrão não existe um texto que condene a mentira “sozinha”. Sempre que o termo “mentira” é usado, o contexto claramente aponta para o sentido de falso testemunho contra alguém (Provérbios é um livro com ótimos exemplos – Pv 14:5, 25; 19:9; 12:17). É preciso, portanto, notar que a escritura está preocupada com problemas reais, e não meras falsificações pessoais genéricas.

Porém, pode não parecer, mas aqui temos uma teologia falsa gerando a falsa acusação. Jesus transgredia a lei farisaica (não a lei de Deus) e por isso precisavam testemunhar contra ele. A falsa lei era uma mentira completa. Esta situação é quase análoga ao que Deuteronômio 13 relata:

*Quando profeta ou sonhador de sonhos se levantar no meio de ti, e te der um sinal ou prodígio, e suceder o tal sinal ou prodígio, de que te houver falado, dizendo: **Vamos após outros deuses, que não conhecestes, e servamo-los; não ouvirás as palavras daquele profeta ou sonhador de sonhos [uma mentira doutrinária];** porquanto o Senhor vosso Deus vos prova, para saber se amais o Senhor vosso Deus com todo o vosso coração, e com toda a vossa alma. Após o Senhor vosso Deus andareis, e a ele temereis, e os seus mandamentos guardareis, e a sua voz ouvireis, e a ele servireis, e a ele vos achegareis. E aquele profeta ou sonhador de sonhos morrerá,*

*pois falou rebeldia contra o Senhor vosso Deus, que vos tirou da terra do Egito, e vos resgatou da casa da servidão, para te apartar do caminho que te ordenou o Senhor teu Deus, para andares nele: assim tirarás o mal do meio de ti. Quando te incitar teu irmão, filho da tua mãe, ou teu filho, ou tua filha, ou a mulher do teu seio, ou teu amigo, que te é como a tua alma, dizendo-te em segredo: Vamos, e sirvamos a outros deuses que não conhecestes, nem tu nem teus pais; dentre os deuses dos povos que estão em redor de vós, perto ou longe de ti, desde uma extremidade da terra até à outra extremidade; **não consentirás com ele, nem o ouvirás; nem o teu olho o poupará, nem terás piedade dele, nem o esconderás; mas certamente o matarás; a tua mão será a primeira contra ele, para o matar; e depois a mão de todo o povo.** (Deuteronômio 13:1–9).*

Aqui temos a seriedade da acusação. Se você for falsa testemunha, de acordo a lei de Deus, sua mão seria a primeira contra o homem inocente, de modo que você seria, ao mesmo tempo, mentiroso e assassino (**provando o vínculo legal entre falso testemunho e assassinato**). Porém, a lei está dizendo-nos que um homem pode dizer a verdade em uma coisa e mentir em outra, ao ensinar a doutrina de falsos deuses. O que é isso se não uma mentira doutrinária? Deus abomina tanto uma coisa quanto outra e, por isso, para não deixar dúvidas, reforça que os crentes devem ouvir a sua lei neste texto. Deus cuida para que não pequemos contra ele ao apresentar a mentira a seu respeito. Baseado nisso o NT condena qualquer um que ensina uma falsa teologia (Ef 4:14; 2Tm 2:18; Ap 2:14,15; Hb 13:9).

Por isso o homem que se recusa a estudar teologia com desculpas bobas (“não sou de Calvino ou Armínio”, “sou de Jesus”, “não lido com doutrinas de homens”, etc.) corre sérios riscos de cair na mentira de outros homens. Mas e a omissão? Como vimos, o texto de Dt 13 condena um tipo de omissão: aquela que esconde o pecado. Você comete pecado por esconder o pecado dos outros. Se você consentir (mesmo que não pratique — Rm 1:32) você está sendo negligente e propagando indiretamente o pecado. Esta é a única omissão que a bíblia condena: a que oculta o erro (a bíblia não condena nem “omissão” política, mas somente a que, sabendo do pecado, permite sua proliferação imediata).

Por esta razão Abraão não foi mentiroso, pois Sara era realmente irmã dele, embora ele tenha sido controlado pelo medo. Abraão não mentiu nem pode ser acusado de “omissão”, pois não escondeu nenhum pecado. Uma leitura simples do texto de Gênesis prova isso (Gn 20:11, 12), pois assim Abraão é reconhecido pelos príncipes com sua esposa-irmã. Não permita, sob hipótese alguma, que acusem Abraão de um pecado que ele não cometeu.

Mas qual mentira a Bíblia não condena? Aquela que não provém do orgulho e nem da falsidade. Isso nos leva ao caso das parteiras no Egito:

*E o rei do Egito falou às parteiras das hebréias (das quais o nome de uma era Sifrá, e o da outra Puá), e disse: Quando ajudardes a dar à luz às hebreias, e as virdes sobre os assentos, **se for filho, matai-o; mas se for filha, então viva. As parteiras, porém, temeram a Deus e não fizeram como o rei do Egito lhes dissera, antes conseroavam os meninos com vida. Então o rei do Egito chamou as parteiras e disse-lhes: Por que fizestes isto, deixando os meninos com vida? E as parteiras disseram a Faraó: É que as mulheres hebréias não são como as egípcias; porque***

*são vivas, e já têm dado à luz antes que a parteira venha a elas. Portanto Deus fez bem às parteiras. E o povo se aumentou, e se fortaleceu muito. E aconteceu que, como as parteiras temeram a Deus, ele estabeleceu-lhes casas. (Êxodo 1:15–21)*

Afinal, as parteiras mentiram ou não? E como o ato de mentir neste texto pode ser considerado um ato de temor a Deus (se tiverem mentido)? Vamos aos dois possíveis casos:

1 — As parteiras “fizeram hora”. Sabendo que um filho estava para nascer, elas não ajudavam as mulheres hebreias, e assim teriam dito a verdade para Faraó. O problema com isso é que elas estariam não só omitindo uma informação, como ainda continuariam mentindo, pois disseram que as hebreias eram fortes (vivas) e deram à luz antes das parteiras chegarem. Teria sido por isto? Claramente não. Elas teriam dado à luz antes porque as parteiras teriam se atrasado. Assim, o resultado inevitável seria uma mentira.

2 — As parteiras ajudavam e mesmo assim disseram que não deu tempo. Seria a leitura natural do texto. Elas “mentiram”.

O mais interessante de tudo ainda é que este ato é tratado como temor a Deus. O que é isso? Nenhum adúltero é adúltero por temer a Deus, e nem uma falsa testemunha o é por temer a Deus. A única explicação clara e lógica é simples: elas não informaram a verdade ao rei do Egito e isso foi temer a Deus. Esta mentira que protege outros indivíduos (desde que não negando a Deus e a Cristo) é não só permitida, mas estimulada neste texto bíblico. Deus não abençoa pecadores (leia a história de Davi para ver isso), Deus abençoa os que o temem (como Êxodo 1 prova — cf. Pv 10:27–30).

Obs.: pela confusão entre filosofia e teologia, vão dizer: Deus é verdade, e se é verdade, devemos ser como ele, verdadeiros. Mas isso ignora muitos fatores e pressupõe muitos outros (um deles é o de que o analogia entis é bíblico). Quando dizemos que uma ordem é baseada na natureza de Deus isso não significa que Deus mesmo não possa dar uma ordem que não tem relação alguma com ele (p.ex., contra o fruto, que não possui qualquer relação com Sua natureza). Assim, claramente Deus é verdade, mas não proibiu que houvesse mentira como no caso das parteiras. Se você não consegue conciliar isso com a Bíblia, você precisa abandonar o analogia entis e não fazer um malabarismo teológico-filosófico para acusar qualquer mentira de pecado.

Mas temos ainda outro tipo de mentira, aquela mentira “branca”. Em Juízes 16 após Sansão se deitar com uma prostituta ele segue para Dalila, a quem ele mente várias vezes sobre a origem da sua força. É claro que Sansão não procedeu sabiamente, mas Deus não considerou sua mentira nenhuma quebra de Sua lei, pois, como vemos, Deus só o abandona quando Dalila corta seu cabelo (Jz 16:20). Que é isso? É a clara demonstração de que a mentira “branca” (“estou bem”, quando não está) não é uma transgressão da Lei.

## **LIBERDADE PARA A PRÁTICA DA VERDADE**

*Para que não sejamos mais meninos inconstantes, levados em roda por todo o vento de doutrina, pelo engano dos homens que com astúcia enganam fraudulentamente. (Efésios 4:14)*

*Por isso deixai a mentira, e falai a verdade cada um com o seu próximo; porque somos membros uns dos outros. (Efésios 4:25)*

Paulo, em acordo com a lei de Deus, nos mostra que a verdade nos une, e que o testemunho frauduloso, ou, antes, que o engano doutrinário e testemunhal gera divisão. Somos membros uns dos outros e, assim, não podemos agir como quem promete uma coisa e não cumpre, nem podemos dizer algo que mine a unidade entre nós (os crentes). O versículo 25 de Efésios 4 é, portanto, o contraste com o versículo 14. Fale a verdade com o seu próximo, não o engane no que lhe é de direito (se você pensou em Tiago 5:12, apenas leia o versículo inteiro para entender o problema que ele resolve).

Ora, isso quer dizer que somos a favor de mentiras brancas? Não necessariamente, apenas estamos mostrando que elas não podem ser utilizadas num testemunho contra alguém, já que nem Deus condena aqueles que fazem isso. Assim, se você me perguntar se estou bem e eu não estiver, posso lhe dizer: “Está tudo bem”, para poder compartilhar o meu sofrimento com alguém mais próximo, com quem eu tenha intimidade o suficiente para dizer: “Não estou”. Não precisamos colocar duas cargas sobre ninguém, mas devemos ser rudes contra qualquer falso testemunho contra alguém, que fira a honra e a verdade sobre aquela pessoa.

Talvez o que mais pese em nossa época seja o falso testemunho com base em uma falsa lei. Quantos homens acusam outros de ladrões, genocidas, criminosos e idólatras apenas porque não concordam com uma percepção política, artística ou mesmo científica da realidade? Ainda, porque acham que amar demais um político seja equivalente à idolatria, se propaga que tais homens são idólatras, provando que há total desconhecimento da Lei de Deus, e que o falso testemunho impera com base neste mesmo desconhecimento.

Por outro lado, há quem diga que não gostar de político algum seja uma omissão, e, portanto um tipo de pecado. Tais erram tanto quanto os primeiros, pois nunca isso foi classificado como omissão e “pecado” na Escritura (nem Tiago diz a respeito disso, e sim de atos imediatos praticados pelos homens). Ambos dividem a igreja porque pensam fora da Lei de Deus, e querem defender sua imparcialidade com base no próprio orgulho ou querem um posicionamento com base numa falsa moral. Ignorantes! Dividem-nos com base em suas predileções, e falseiam elas com uma suposta moral elevada. Contra esta mentira avançamos. E Deus há de nos conceder misericórdia para cessarmos essa divisão.

Obs.: quanto à idolatria, é sugestiva a observação da Antiguidade – os povos não amavam seus deuses, eles ofereciam culto porque tinham medo que estes deuses não lhes auxiliassem e não dessem a eles o que queriam. Uma indicação básica seria o livro A Cidade Antiga, que pode tirar boas dúvidas sobre a idolatria do passado. É por esta razão (de que os homens não amavam seus deuses) que Deus diz no primeiro mandamento “não terás

outros deuses” e não “não amarás outros deuses”, pois o amor às divindades era raro, de modo que este mandamento impede todo o tipo de idolatria possível (sem imagens).

A luta contra este tipo de falso testemunho, baseado em uma falsa doutrina é um dos grandes motivos para este livro existir, e não descansaremos até que essas falsas acusações percam força entre nós.

### Concluindo

- Na Escritura, “mentira” é sinônimo de Falso Testemunho ou até de Falsa Doutrina;
- Não há passagem que condene especificamente a chamada mentira branca;
- Há contextos até que esta mentira pode ser prova de temor a Deus;
- Portanto, o pecado é somente e tão somente o Falso Testemunho e a Falsa Doutrina

## ROUBO DE DÍZIMOS

### “PECADOS” SOBRE O QUE PRODUZIMOS

Para compreendermos corretamente o assunto dos dízimos, precisamos de algum princípio que formule, para nós, os meios de entendermos o modo como as Escrituras lidam com ordens e sinais (como o sinal da circuncisão). Estes atos em geral são estabelecimentos temporários externos, que perdem o efeito em algum momento ou que possuem uma realidade clara, mas distinta da sombra.

Um princípio *interpretativo* que tenta explicar algumas questões da continuidade ou não da Lei é a “Divisão Tripartite da Lei”. Essa divisão sugere que a Lei está dividida em Moral, Civil e Cerimonial, de modo que, embora a lei seja uma só unidade, é possível notar nela aspectos que não necessariamente se cruzam, como, por exemplo, o fato de alguém ser separado da comunidade por causa da lepra. Tal atitude era meramente sacerdotal, atrelada à pureza ritual do templo e, portanto, seria uma lei cerimonial. Bem simples. E, claramente, é fácil notar que isso “está lá”.

Como sabemos que “está lá”? Ora, as penas não são iguais, claramente vemos rituais de separação definidos para falhas de pureza; também vemos a nomenclatura, pois enquanto uma coisa se chama “pecado”, outra se chama “imundície”, uma recebe pena de morte e outra não. Também vemos ordens civis, isto é, que diz respeito à obediência às autoridades políticas e de como estas mesmas autoridades devem proceder no que diz respeito à prática da lei.

Podemos concordar, claramente, que essa divisão faz sentido superficialmente, mas quando perguntamos e inquirimos seus defensores estes passam a cometer uma série de gafes a respeito do que pertence a qual categoria. Assim, por exemplo, quando se diz que o dízimo continua, ele acaba sendo incluso na “lei moral”, visto que a “lei cerimonial” cessou, e a civil (a depender do ramo reformado que você segue) se refere

ao governo da igreja ou, em último caso, às autoridades seculares mesmo (talvez até a ambos). Não há uma justificativa dentro desse sistema que explique como o dízimo faz parte de uma lei cerimonial e, ao mesmo tempo, de uma moral, de modo que uma parte do dízimo foi abolido (p.ex., o dízimo feito a cada três anos, que veremos abaixo), e outra se segue.

Creemos que este modo claramente fracassa no que diz respeito às minúcias da Lei principalmente porque, mesmo que alguém mantenha a coerência interna, não vai conseguir explicar a prática do dízimo sem a dependência do templo feita por Abraão e até mesmo antes da circuncisão. De certo modo, a própria divisão tríplice da lei é uma base intelectual para o que se chama de “desigrejismo”, pois cria formas irreconciliáveis de lidar com as práticas da lei.

Nós, entretanto, não defendemos o fim (dispensacionalismo) ou a continuidade (aliancismo [truncado]) do dízimo, visto que encaramos a lei sob outra fórmula. Entendemos que aquilo que a lei não estipula pena de morte não é pecado, portanto, perdendo a continuidade direta na Nova Aliança, mas sendo elevado a uma *categoria superior*. Em outro livro explicaremos alguns princípios interpretativos para estes outros fatores da lei, mas aqui caberá um ou dois exemplos:

*As festas*: em geral, as festas *sinalizam* um tempo. A palavra *senal* é importante. O ponto não é um *símbolo*, mas um *senal*. O sinal aponta para algo sendo um pré desfrute daquilo.

O símbolo, embora tente ser isso, geralmente é meramente “desenhado”, sem ser absolutamente nada em si. Desse modo, as festas sinalizam um tempo, como, por exemplo, a vinda de Cristo ou o seu reino, bem como a época de seu sacrifício (algo que a própria Páscoa sinaliza).

*Os lugares*: normalmente os lugares sinalizam um povo, ou grupo de pessoas; assim é que vemos tanto Jerusalém quanto Israel como sinal da plenitude da Igreja na Nova Aliança. De modo que se torna completa a aliança de Deus, com o melhoramento do seu povo sob o sacrifício de Cristo, mas mantendo um único povo (assim como no NT não deixou de haver sacrifício, mas ocorreu um único, em detrimento do AT).

Por este modo é preciso entender que o conceito tripartite da Lei é incompleto, ineficaz e numa análise mais profunda mais confunde do que esclarece os *detalhes* da lei. E se você quer conhecer a lei, essa divisão apenas lhe dará uma percepção superficial dela, não lhe permitindo aprofundamento real.

Por isso, as perguntas que sobram são: (a) qual princípio interpretativo posso utilizar para entender estes sinais? (b) qual o lugar do dízimo nestes sinais? (c) como ele foi *elevado* na nova aliança?

## PRINCÍPIO INTERPRETATIVO

Cabe notar que estamos, de acordo o autor de Hebreus, tentando entender como sabemos que o dízimo é sombra e não mandamento e, já que é sombra, qual a realidade que ele expressa. Portanto, as respostas: “dízimo não é obrigatório” e “dízimo é

obrigatório”, falham igualmente, visto que desconsideram o próprio princípio *interpretativo* do dízimo.

E por qual razão dizemos “princípio interpretativo”? Já argumentamos no início deste livro que mandamentos não possuem princípios, mas que são, em si, os princípios. Não há um princípio subjacente à ordem “não furtarás”, pois ela é o princípio sobre o qual toda a legislação contra o furto se estabelece. Porém, quando dizemos que há um “princípio *interpretativo*” queremos significar *como* sabemos que algo é um mandamento, ou uma sombra, ou um sinal etc.

Obs.: todo mundo parece confundir princípio interpretativo com princípio da lei. O dízimo, por exemplo, pode ter dois princípios: um interpretativo e um no qual se sustenta, visto ser sinal de uma coisa futura do ponto de vista de seu estabelecimento. Quando entendemos como se interpreta o dízimo, automaticamente entendemos também o que ele aponta, porém, uma coisa é distinta da outra.

Como vimos, pecado é o que gera morte, porém, havendo total falta da pena de morte para a não prática do dízimo, faz-nos entender que devemos interpretá-lo como algo distinto de um mandamento. Como Malaquias mostra, a pena para a não prática do Dízimo era, tão somente e unicamente, agropecuária (Ml 3:10, 11 – inverta a ordem: devolver o dízimo implica Deus cuidando da terra dos Israelitas, portanto, não devolver o dízimo implica Deus não cuidando da terra dos israelitas). O princípio interpretativo único é bem simples: não é *pecado*, mas sim uma transgressão geral da aliança com Levi (Ml 2:8), ou seja, assim como seria se um israelita não circuncidasse o filho, seria caso não se devolvesse o dízimo: não morreria, mas não usufruiria das bênçãos de Deus no AT. No NT, mesmo “sem” circuncisão, usufruímos dos bens da circuncisão; do mesmo modo, “sem” dízimos usufruímos dos bens do dízimo. Mas prossigamos.

## A LEI DOS DÍZIMOS

Em primeiro lugar, nós temos 3 dízimos instituídos na lei, além das práticas registradas (como de Abraão). O dízimo moderno, portanto, precisa se decidir sobre qual dos três está dando continuidade, pois cada dízimo era voltado para algo específico (e aqui se encontra o primeiro desafio). Por exemplo, havia os dízimos dos levitas, o dízimo das festas e os dízimos dos pobres e viúvas. E não adianta fazer um apelo genérico à lei, pois é necessário justificar, biblicamente, como é possível praticarmos algo que a lei dá destino específico. Ora, se há levitas, então um dízimo é para eles, o outro deve ir para os pobres e o outro deve ser consumido nas festas — essa lógica é inescapável em relação ao objetivo dos três dízimos.

Veja que aqui é necessário mais do que justificar um único uso do dízimo, mas demonstrar como a festa não continua, como o sistema levítico não continua, e como aplicação trianual aos pobres se torna mensal. Não é uma questão de pragmatismo, visto que a Lei não estabelece o dízimo por mero “objetivo pragmático” (afinal, se é um sinal, o objetivo imediato dele é temporário).



Mas retrocedamos um pouco: nunca — *repito* — nunca foi aceito nenhum dízimo *monetário* na Lei (e aqui o indivíduo tem que explicar como saímos dos bens da terra para os bens financeiros). E temos dois motivos *iniciais* para crermos nisso:

1 — Dt 14:22–26: quando o indivíduo estava longe do local no qual o dízimo deveria ser devolvido, ele poderia vender os bens agropecuários e, posteriormente, revertê-los em bens agropecuários novamente. Veja: não era aceito a prata ou ouro que se tinha em mãos, somente os bens agropecuários. O ignorante vai dizer (pra interpretar a lei fora dela) que o motivo disso ser assim é que a economia da época não era fiduciária, com pouca ou nenhuma moeda no mercado (o que é uma mentira, já que o uso de balanças e trocas monetárias era bem comum nessa época, sem contar os registros em Gênesis do uso do dinheiro e da menção do “bom ouro” nos seus primeiros capítulos – Gn 2:12). Ora, o próprio texto de Dt 14 estabelece que Deus não queria dinheiro, provando que mesmo se o indivíduo o tivesse não deveria devolvê-lo como dízimo. E isso nos leva ao segundo caso:

2 — Deus só exige de nós o que ele “deu”, e a pergunta é: o que Deus deu para exigir de volta?

*E disse Deus: Eis que vos tenho dado toda a erva que dê semente, que está sobre a face de toda a terra; e toda a árvore, em que há fruto que dê semente, ser-vos-á para mantimento. E a todo o animal da terra, e a toda a ave dos céus, e a todo o réptil da terra, em que há alma vivente, toda a erva verde será para mantimento; e assim foi. (Gênesis 1:29,30)*

Aqui está claro que Deus não deu a prata e o ouro como mantimento. O mantimento fornecido por Deus é de frutos, árvore e animal da terra (perceba que isso é antes da Queda, já nos ensinando o princípio dizimal veterotestamentário). Como evidência disso, quando Deus vai punir o povo, ele diz:

*Ela [a nação], pois, não reconhece que eu **Ihe dei** o grão, e o mosto, e o azeite, e que **Ihe multipliquei a prata e o ouro**, que eles usaram para Baal. Portanto tornarei a tirar **o meu** grão a seu tempo e o meu mosto no seu tempo determinado; e arrebatarei a minha lã e o meu linho, com que cobriam a sua nudez. (Oséias 2:8,9)*

Deus não “deu” a prata e o ouro. A prata e o ouro são uma convenção humana, e só têm valor por causa das relações de mercado humanas. Deus *multiplica* a prata e o ouro, mas ele *dá* aquilo que é da terra e não é obra humana. Oséias está em total acordo teológico com Gênesis, mostrando-nos o que Gênesis diz. E se não ficou claro ainda, Levítico 27:30-32 mantém a mesma estrutura do livro de Gênesis em relação ao que é dado por mantimento:

*Também todas as **dízimas do campo** [explicação geral], **da semente do campo** [erva que dê semente], do **fruto das árvores** [toda árvore], são do Senhor; santas são ao Senhor. Porém, se alguém das suas **dízimas** resgatar alguma coisa, acrescentará a sua quinta parte sobre ela. No tocante a todas as **dízimas do gado e do rebanho** [e a todo animal da terra], tudo o que passar debaixo da vara, o dízimo será santo ao Senhor. (Levítico 27:30-32)*

A estrutura é repetida quase igualmente, apenas com alguns acréscimos e detalhes em Gênesis, provando que a lei do dízimo tinha por objetivo claro e direto apenas e tão somente itens “naturais”, e em momento algum moeda.

Caso não esteja claro o como Deus só aceitava coisas que ele mesmo havia criado, veja este exemplo:

*Se me edificardes um altar de pedra não o fareis de pedras lavradas, porque se levantardes sobre ele o cinzel, vós o estareis profanando. (Êxodo 20:25)*

O uso de metais não era permitido na confecção de um altar, pois o ferro é obra humana, ainda que extraído da natureza (ele precisa do trabalho humano, e não “divino”). Aqui estamos falando de agentes primários e secundários. É claro que sabemos que se temos dinheiro é porque Deus nos deu, em última instância; mas Deus não é o agente primário da ação como o é com a dádiva daquilo que está na Criação naturalmente. Assim, Deus proibia o uso de bens confeccionados pelo homem para fazer aquilo que serve no seu culto, por isso a pedra deveria ficar em “seu estado natural”, e o mesmo vale para os dízimos.

Dessa forma, quando o povo retinha os bens agropecuários nos dízimos e ofertas roubavam a Deus, pois tudo isso é dele e de mais ninguém — e nós somos escravos que trabalham no seu jardim.

Por essa razão não poderia se exigir dos dízimos nada além daquilo que é natural, como parte do mundo criado. A leitura do texto bíblico é simples e se resolve sozinha neste ponto, sem apelos a como a “cultura era na época” — como se Deus fosse um bobo sujeito ao tempo e à cultura. Mas se isso ainda não lhe convence, veja como Cristo encara a imposição do imposto em Mateus 22:21: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. O que é isso se não a distinção clara entre os metais preciosos pertencentes ao homem (por ser criação deste) e aquilo que é criado e que pertence a Deus? Jesus diz que o dinheiro pertence a César por conter sua imagem, de modo que todo o dinheiro humano é propriedade humana e de administração humana. Os altos impostos trazem sofrimento, mas se a moeda é produzida pelo governo humano, então ela é “dele”, e ele fará o que quiser com ela.

## OS CASOS DOS DÍZIMOS

“1º Dízimo”:

Porém, agora nos voltemos para o primeiro caso de dízimos nas Escrituras. A história de Abraão e Melquisedeque. A maioria dos comentaristas está preocupada com o fato de outros povos fazerem isso (devolverem dízimos aos seus sacerdotes), e que assim Abraão teria compreendido que deveria devolver. É incrível como para estes homens os crentes só aprendem com os ímpios. Abraão sabia a partir do relato da criação do mundo que Deus era digno de receber de volta o que nos deu, de modo que ele sabia de seu dever inicial não com base no que outros povos faziam, mas no conhecimento que tinha do que Deus estabeleceu ao criar o mundo. Porém, embora Abraão também atuasse

como sacerdote eventualmente, não fazia sentido ele devolver para si mesmo o dízimo. Neste ambiente é que Melquisedeque surge em tela.

Melquisedeque, porém, não surge sem motivo. Abraão tem um vislumbre do futuro de seu povo. Melquisedeque é Cristo, revelado em tipo. Abraão contempla como o homem não precisará mais devolver o dízimo a um sacerdote humano, mas a um eterno.

A este Melquisedeque Levi devolveu o dízimo (Hb 7:9), e como Cristo é Melquisedeque para nós, todos os filhos de Levi devem se voltar para ele em seus dízimos, deixando a prática caduca da lei neste ponto. A leitura de Hebreus 7 mostra dois fatores aqui:

O primeiro e óbvio é que Levi não pode receber dízimos porque Cristo veio, e Cristo é quem os recebe, pois é maior que Melquisedeque (que é maior que Abraão e Levi). O segundo fator se revela em que as tribos de Israel deixaram de existir no modelo veterotestamentário, logo, como a tribo de Levi pode receber os dízimos? (Hb 7:5). Veja, o problema não é que só temos o registro de uma única devolução por parte de Abraão, mas que sua devolução aponta outra coisa fora dela mesma, pois é o sinal de Cristo e não do simples estabelecimento do precedente legal para os dízimos.

Por isso não faz sentido apelar à história de Abraão como prova de que devemos devolver os dízimos, pois sua prática prevê não o dízimo fiduciário no Novo Testamento, mas a exaltação de Cristo no lugar dos sacerdotes humanos. Se conseguirem, pois, devolver o dízimo fiduciário a Cristo, que o façam...

[Ora, não é Melquisedeque que faz a primeira Ceia? Quando, como sacerdote, traz até Abraão pão e vinho (Gn 14:18), ecoando a Cristo, que sendo o sacerdote de Deus institui o pão e o vinho para sua Ceia, tendo sido Cristo ao mesmo tempo nossa Páscoa e nossa Ceia. Dessa forma, na ceia foi celebrada a verdadeira Páscoa: a libertação da escravidão para a liberdade dos filhos de Deus].

O dízimo de Abraão foi somente dos despojos, e sabemos que nem mesmo em relação às regras de devolução dos dízimos dos despojos Abraão estava de acordo (Nm 31:27-30), visto que nunca, na lei, dízimo equivaleu à "10%". Retornaremos a isso em breve.

Deus já havia expresso no Antigo Testamento que a meta era que todo o povo fosse sacerdotal (Êxodo 19:6), meta esta atingida conosco, na Nova Aliança (1Pd 2:9; Ap 1:6). É como se Deus dissesse: agora todo o povo é como se fosse a tribo de Levi, pois todos prestam seus sacrifícios a mim diretamente, em Cristo. Dessa forma os dízimos de Levítico 27:30-34 e Números 18:21-32 (bem como Neemias 13:5) chegam ao seu fim "prático", pois todos nós prestamos nossos sacrifícios de louvor diretamente a Deus em Cristo. A este chamamos de "Primeiro Dízimo" e tem sua prática simbólica em Abraão que demonstra claramente como devemos oferecer-nos a Cristo no NT.

Obs.: outro fator importante é que o fato de Abraão fazer algo antes da Lei formal não muda muita coisa. Ora, ele devolveu o dízimo a um sacerdote (do AT) antes da Lei, e mesmo assim o sacerdócio humano chegou ao fim junto com o templo. Poderíamos dizer o mesmo da circuncisão, praticada antes da lei formal também. Se o fim da antiga aliança encerrou

este modo de ver o sacerdócio e a circuncisão, não é nem um pouco absurdo crer que o dízimo se encerrou também.

“2º Dízimo”:

Já Deuteronômio 14:22–27 e 12:17,18 nos fala sobre o segundo dízimo, o das festas (alguns dividem estes dízimos em dois, mas para nossos propósitos com o fim de sermos breves, incluímos ambos sob o conceito de “dízimos de festas”). Sabemos que as festas do AT são explicações da vinda de Cristo e sua vitória (algo que não poderemos explicar agora), então, devemos compreender que estes dízimos deixam sua utilidade prática, já que as festas não existem mais na sua prática local e nem o local no qual os dízimos deveriam ser recolhidos. Vivemos em um festejar eterno em Cristo e, portanto, não há mais períodos anuais para devolução destes dízimos. Além disso, como fica claro pela leitura de Dt 14, estes dízimos eram *consumidos* pelos próprios ofertantes. Em que isso resulta? Fazemos agora os sacrifícios de louvor a Deus, todos os dias, prestando a ele individualmente nosso culto privado, tanto sozinhos quanto com nossas famílias. Nossas ações de graças, nosso canto dos salmos, nossos sacrifícios de louvor e o auxílio aos necessitados são nossos sacrifícios e dízimos (Hb 13:15, 16). Agora, pois, a festa permite que *todos* participem das ofertas a Deus, e não somente um grupo estrito sacerdotal ou os que tinham condições para isto – dessa forma, este dízimo prevê a participação geral dos dízimos e, de certo modo, o fim da Antiga Estrutura Sacerdotal.

“3º Dízimo”:

E isto nos leva ao último dízimo:

*Ao fim de três anos tirarás todos os dízimos da tua colheita no mesmo ano, e os recolherás dentro das tuas portas; então virá o levita (pois nem parte nem herança tem contigo), e o estrangeiro, e o órfão, e a viúva, que estão dentro das tuas portas, e comerão, e fartar-se-ão; para que o Senhor teu Deus te abençoe em toda a obra que as tuas mãos fizerem. (Deuteronômio 14:28,29)*

Que é isso? É o nível mais elevado do dízimo no AT. O dízimo em seu nível mais básico era o sustento dos sacerdotes e dos pobres, tal sustento, embora deixe de existir na forma dizimal, não implica que pobres tenham deixado de existir. Por esta razão o autor de Hebreus trata a ajuda aos pobres como sacrifício (Hb 13:16). Deus ensinava por sombras como Cristo tornaria os dízimos no maior exemplo de ajuda e cuidado de todos. Deste princípio (de alimentar primeiro o levita) é que sabemos também que nossa prioridade na ajuda é dos irmãos na fé (Gl 6:9, 10), a eles ajudamos antes de todos — mesmo que pareçam menos gratos, é claro. O princípio claro de Deuteronômio é o sustento.

E por que é assim? Porque a Igreja é Israel (lembre-se de que o AT revela em sombras o NT, então o que seria a “sombra” da igreja no NT?). Quando Deus ordena algo a Israel no AT, está dizendo para a Igreja no NT (Charles Provan tem um livro bem direto e que prova exatamente o que dizemos aqui, chamado *A Igreja é Israel Agora*). Por isso argumentos contra o dízimo do tipo: “não somos a nação de Israel”, “não somos aquele povo do AT” são tão bobos quanto os que defendem a prática contínua do dízimo,

porque negam a eficácia da Lei de Deus e o seu ensino. Não sabem eles que somos agora como igreja a *nação* (1Pd 2:9)? Temos uma nacionalidade clara, e esta é a nacionalidade israelita — a verdadeira. Desse modo, roubamos a Deus quando deixamos de ajudar aos que precisam, de modo que o alerta de Malaquias nos é válido sob a perspectiva de que, agora, a lei dos dízimos implica tanto o sacrifício de louvor quanto de ajuda ao próximo.

A ajuda aos pobres, por isso, é mais eficiente quando *toda* a igreja faz, pois a unidade aumenta a qualidade da bondade. Todos os que em conjunto ajudam produzem maior ajuda do que os que separadamente o fazem. Deus recompensa a todos estes (Dt 14:29). O que significa que a falta de auxílio e cuidado resulta na punição e desagrado de Deus (Ml 3:8–12 — note que as penas são agropecuárias). **A igreja não pode disciplinar estes homens**, mas Deus o fará.

Neste ponto muitos dizem que Jesus não veio destruir a lei ou os profetas (Mt 5:7) e por isso os dízimos devem ser praticados. Estes mesmos que dizem tais coisas, logo em seguida, dizem que Jesus criou uma categoria única e nova para o divórcio que não existia na lei. Quanta tolice! Ou Jesus veio estabelecer a lei ou não; se ele diz algo sobre a lei que é uma novidade, então ele está dando uma ordem nova e, assim, destruindo a lei. Qualquer um com dois neurônios deveria entender isso (ainda mais porque Mateus dispõe o capítulo 5 após o 4 de uma forma própria: no capítulo 4 Jesus responde com “está Escrito” e no capítulo 5 Jesus responde ao “que foi dito aos antigos”; é claro, portanto, que o capítulo 5 é uma refutação à tradição dos antigos e não uma confrontação ao que é dito na Lei de Deus). Por isso, estes homens que nos acusam de atacar a lei de Deus causam confusão, pois atacam ela e saem ilesos.

Obs.: se é para cumprir a lei veja o que Malaquias fala dos dízimos e ofertas. Lá os dízimos aparecem no plural, e nós devolvemos um dízimo, enquanto ele fala de 3 ou 4. Estes dízimos estão atrelados às ofertas, que eram cinco no AT: Oferta de Holocausto, Oferta de Cereal, Oferta de Sacrifício Pacífico, Oferta pelo Pecado e Oferta pela Culpa (alguns podem variar na divisão dessas ofertas). Portanto, segundo Malaquias, ambas as coisas estão tão ligadas que o roubo nos dízimos é equivalente ao roubo nas ofertas, ou seja, não podemos simplesmente escolher qual dos dois é válido para nós, já que ambos estão no mesmo texto e contexto.

Mas, se isso não convence, apela para o fato de que o Estado tomou conta do que a igreja cuidava (da educação, saúde, cuidado dos pobres) porque a igreja parou de receber dízimos. Teonomistas defendem isso, por exemplo. Além desse argumento não provar nada, ele só evidencia a fraqueza de quem está desesperado. Nunca leram os comentários de Calvino (p.ex. em Isaías, onde diz que o Estado deveria prover aos pobres), ou nunca viram os documentos assinados por John Knox para o Estado até obrigar as crianças a irem para a escola? Ou nunca viram o pedido de John Fox para que o Estado cuidasse dos pobres (em seu livro *Sermon Of Christ Crucified*)? Será que nunca notaram que quem deu ao Estado estes poderes foram os próprios protestantes muito antes de pararem de praticar o dízimo como antes? Só não perdem para os católicos romanos porque estes se valeram do Estado para punirem as coisas mais tolas possíveis.

Contudo, estes não são nossos assuntos; quem sabe em um material futuro os retomemos.

## A FALTA DE MISERICÓRDIA ATUAL

Chamar alguém de 'legalista' não significa nada, exceto se compreendermos que "legalismo" significa "falta de misericórdia". E como isso funciona? O legalista não é o que ama a lei de Deus, é o que inventa uma lei própria para julgar e condenar os outros pintando esta lei com características bíblicas. Estas características de nada valem, pois seu conteúdo é claramente contrário às escrituras. E aqui veremos como na lei dos dízimos ainda fizemos até o pobre contribuir, estabelecendo justamente o contrário da lei de Deus, que visava direcionar os dízimos aos pobres. Além disso, também desloca e retira de nós a nossa herança. Vejamos a começar pelo último ponto:

Nm 18:21-24 – os dízimos eram herança de Levi, em lugar da terra geográfica de Israel. E isso é relevante, pois, embora os presbíteros recebam como o sacerdócio do AT, o dízimo não é o padrão deles, pois agora eles *herdaram* a terra e, portanto, não podem receber dízimos mais. Desta forma, o paralelo é o seguinte: os levitas não herdaram a terra, portanto, herdavam o dízimo (podendo perde-lo caso não cumprissem as ordens de Deus). Os presbíteros herdaram a terra no NT, portanto, não recebem dízimo. E isso prova que os dízimos estavam ligados não à nação de Israel (pois a igreja também o é), mas à terra geográfica de Canaã, que em si era a herança do povo e que deveria ter parte dela devolvida a Deus. Ora, Deus era o dono exclusivo da terra de Canaã, e por ser dono da terra é que exigia dessa mesma terra o dízimo (nunca os israelitas devolviam dízimos de outras terras, pois só aquela era santa).

Nm 18:26, 28 – além de tudo acima, os levitas precisavam retirar uma décima parte do que receberam e entregar ao sumo sacerdote. Ora, nosso sumo sacerdote é Cristo, como os presbíteros poderão entregar a décima parte a ele? Portanto, o significado neotestamentário não pode ser o monetário, e sim o espiritual: devemos fazer sacrifícios de louvor a Cristo, e isso inclui os presbíteros. A estrutura do texto não nos deixa mentir.

Ademais, existiam anos em que Israel não devolvia o dízimo (Êx 23:10, 11; Lv 25:11, 12), pois não era permitido colher nada. Alguém por acaso quer estabelecer esta regra em alguma igreja? Claramente não.

Lv 27:30-34 prova que o dízimo poderia ser monetário, se Deus quisesse (resgatar com 20% sobre o valor integral do que devolveria). Ora, na Lei nós vemos que Deus estabeleceu que qualquer dízimo agropecuário não animal que alguém quisesse resgatar (pagar dinheiro) poderia fazer. Logo, Deus excluiu o dinheiro propositadamente da equação. Vou ilustrar isso num sentido mais claro para nós hoje. Suponha que você fosse dizimar um fruto que valesse R\$ 100,00, porém, você quer este fruto ou precisa dele por algum motivo; para ficar com ele, deveria dar cem reais em dinheiro com um acréscimo de um quinto, ou seja, 20%, tornando o valor devolvido em 120%. O que claramente não se encaixa no conceito de dízimo que nós temos, e que também prova que os israelitas poderiam receber em dinheiro, se Deus quisesse, já que estipula este valor de 120% sobre

o item dizimado. O indivíduo devolveria o dízimo e o pediria de volta por um valor acima do de mercado, caso quisesse. Este é outro momento em que o dinheiro poderia ser utilizado no dízimo, mas não era estabelecido como regra.

Outro ponto de Lv 27:30-34 é que pobre não dizimava. Ora, se ele tivesse até 9 bois, ele não devolveria o dízimo, pois o texto é claro em dizer que somente de dez em dez é que se conta o dízimo, ou seja, com 9 animais eu não devolveria o dízimo. E mais interessante é que o dízimo não crescia de modo proporcional exato à quantidade de animais. Veja novamente o texto: “de dez em dez”, portanto, se eu tivesse entre 11 e 19 animais, eu devolveria como dízimo apenas um, o que certamente não equivale à 10%. Outro detalhe é que, se eu não possuísse animais e nem campo, nunca devolveria os dízimos, algo atestado claramente no texto, em que se exige devolver o dízimo do que é produzido no campo ou do gado. Quem vivia de pesca, por exemplo, não poderia devolver o dízimo, o que joga o indivíduo na classe pobre e o permite pegar espigas no campo de outra pessoa para comer (Dt 23:25; Lc 6:1; Mc 2:23, 24).

Este último caso é o mais chocante de todos, se formos avaliar por padrões modernos. Para a lei de Deus, um homem era pobre se tivesse até 9 cabeças de animais, e por isso não devolvia o dízimo dos animais. Ele devolveria somente a partir de 10. Coloquemos em outra perspectiva: suponha que você receba mil reais de salário no ano de 2011 a 2012. Você devolveria tão somente 100 reais (supondo que fosse mensal). Porém, imagine que você recebeu um aumento de 999 reais, agora você recebe R\$ 1.999,00 em 2012. Você continuaria a devolver R\$ 100,00, mudando para R\$ 200,00 apenas quando passasse a receber R\$ 2000,00.

Veja, no final, temos menos misericórdia do que a Lei de Deus, pois estabelecemos que um indivíduo deve devolver 10% de qualquer valor que recebe: se recebe 500 reais, deve devolver 50; se recebe 20.000,00 reais deve devolver 2.000,00. Tal coisa nunca esteve na lei de Deus, pois “dízimo” não significa “10%” nas Escrituras, ele apenas significa “parte devolvida a Deus” e esta parte é o quanto Deus exigiu.

Vamos além. Se um homem não tivesse um campo e nem animais, simplesmente não devolveria o dízimo de nada. É surpreendente que tomemos o caso da viúva pobre como padrão, quando a Bíblia a toma como exceção, visto que na lei não havia nenhuma destas exigências, e exigir acima do seu nível é fazer com que sejamos legalistas, ou seja, faltos em misericórdia.

Não entenda mal. Certamente muitas igrejas que exigem o dízimo fazem um grande trabalho de ajuda aos pobres, e muitas que não exigem nada os ignoram. O mundo não é quadrado, as pessoas não são consistentes sempre nem com seus próprios erros ou acertos teológicos. O que queremos mostrar, porém, é que no que diz respeito ao pobre que dizima, nos padrões modernos, este está sendo lesado segundo a Lei de Deus, oferecendo não só acima, mas do que a lei nunca exigiu de ninguém. Para nós essa parte é a pior de todas. Contudo, ainda precisamos considerar um ponto, algo que quem é contra o dízimo frequentemente também erra: o “salário presbiteral”.

## SALÁRIO DO PRESBÍTERO E O PODER FINANCEIRO NO NT

O que diremos do salário do presbítero? Deve todo mundo imitar ao apóstolo Paulo e ter outro trabalho? Longe de nós dizer tal ignorância! Que os presbíteros tenham tempo para estudar e fazer o bem, este é o grande objetivo deles: o de expor a Palavra de Deus para os crentes. Paulo que quis abrir mão voluntariamente do que **tinha direito** (1 Co 9:4–14)! Os que pregam o Evangelho e semeiam espiritualmente devem ter o direito de colherem coisas materiais. Que nossos presbíteros enriqueçam fazendo muitos ricos espiritualmente! Mas por onde Paulo diz que temos este direito?

*Porque na lei de Moisés está escrito: Não atarás a boca ao boi que trilha o grão. Porventura tem Deus cuidado dos bois? Ou não o diz certamente por nós? Certamente que por nós está escrito; porque o que lava deve lavar com esperança e o que debulha deve debulhar com esperança de ser participante. [...] Não sabeis vós que os que administram o que é sagrado comem do que é do templo? [no caso, comem do que o povo produz no NT] E que os que de contínuo estão junto ao altar, participam do altar? Assim **ordenou também o Senhor** aos que anunciam o evangelho, que vivam do evangelho. (1 Coríntios 9:9,10, 13, 14)*

Veja, Paulo, como grande mestre e intérprete da lei, recorre a uma hermenêutica estranha para os ouvidos modernos: ele diz que Deus garante que aquele que trabalha em algo deve ter o direito de participar daquilo no que trabalha — e para isto cita o caso dos bois. Participar daquilo que trabalha não é deter os “bens de produção”, mas colher daquilo que semeou. Se Paulo semeou espiritualmente e o povo tem crescido, ele pode colher materialmente dele. Paulo está dizendo que a igreja tem a **obrigação**, não a opção, de sustentar seus presbíteros e os que pregam o Evangelho. É — como Paulo mesmo diz — um **preceito da Lei**.

Mas pense bem: Paulo diz que os que administram o que é sagrado comem do que é do templo (ou seja, comem dos dízimos, p.ex.). O que é o templo? Ora, o templo é a igreja no NT, portanto, como notamos, o dízimo prevê o sustento dos próprios pregadores do Evangelho, resultando na frase: “que vivam do evangelho”.

Obs.: 2 Coríntios 9 (o texto que diz “cada um contribua segundo propôs no coração”) apenas fala isso com respeito às doações dos crentes para a igreja da Macedônia. Essas contribuições foram efetivas e totalmente voluntárias. Contudo, em relação ao sustento presbiteral, não há voluntariado somente, há sim uma *imposição legal* (embora não seja a dos dízimos). Assim, o NT abre espaço para que cada igreja e grupo de presbíteros estabeleça o mínimo como melhor lhes parecer. O não cumprimento, porém, não deveria resultar em disciplina, mas naquilo que Paulo estabelece aos de Tessalônica: evitem este, mas não o tratem como inimigo. Se não podem contribuir com *menos* que a igreja primitiva sendo *mais* ricos do que ela, é porque não amam suficientemente a pregação da verdade de Deus (embora possa ser que não ame tanto o dinheiro...).

O Senhor Jesus mesmo afirma isso em Mateus 10:10 e Lucas 10:7. O que é isso se não a prova clara de que somos participantes do direito da lei de colher do que plantamos? Os presbíteros devem, portanto, ter o direito a participar de tudo o que as ovelhas compartilham (Gl 6:6).



É por esta razão que *todos* os presbíteros devem receber salários da igreja (1 Tm 5:17, 18). Devem ser sustentados, conforme se diz: não amordace a boca do boi que trabalha. Há vários idiotas que não raciocinam nisso. Se alguém trabalhou, tem direito de receber, até mesmo se for um animal! Que os ignorantes se mordam, mas a Escritura também é clara: alguns devem receber salários maiores do que outros, por prestarem melhor serviço (1 Tm 5:17).

Obs.: alguns dirão que o texto de Timóteo fala de *honra* e não de salário. Tal bobagem não explica como “duplicar honra” e nem como o termo normalmente é utilizado. Embora tentem apelar para algo no mesmo contexto que se vale do mesmo termo (no caso, de que o senhor deve ser honrado [sendo a mesma palavra para salário]). Mas isso é uma incompreensão sem medida. Apenas porque é a mesma palavra em contextos próximos não implica mesmo significado. É como dizer: “Sujei a manga da minha camisa com uma manga que deixei cair nela”. Os termos estão no mesmo contexto, mas o significado é distinto e claro, mesmo havendo grafia idêntica.

Não confunda neste ponto o que dizemos. Cristo supera a lei porque nele ela é elevada; não é uma briga entre a abolição e não abolição do dízimo, pois isto é um falso dilema. Cristo mostrou-nos o objetivo do dízimo desde o início, e ele é o que já dissemos: o louvor, o auxílio e o cuidado.

Mas e o que fazer quando uma autoridade exige 10% do seu salário na igreja? Ora, cumpra na medida do possível! Ele está exigindo menos ainda do que o apóstolo Paulo! (Gl 6:6 — *tudo*). Nessa geração insubordinada a falta de respeito pelas autoridades é geral, e não entendem que quando uma autoridade eclesiástica ordena algo, a ordem deve ser vista como eco da ordem de Deus. Então, obedeçam! Por isso discordamos dos que nos obrigam aos dízimos tanto quanto dos que os proíbem. Jamais se esqueça de que o fim da lei neste sentido não é o fim da autoridade e nem dos pobres. Que nosso coração se arrependa da rebeldia, da falta de disposição para ajudar, e da falta de ações de graça e louvor. Pare de reclamar, você tem mais prosperidade do que qualquer crente do primeiro e segundo século, e se a eles foi dito para dividir de tudo, você pode dividir 10% – embora sabendo que não pratica a lei do dízimo do AT.

### Concluindo

- O Dízimo do AT não é monetário;
- Portanto, o estabelecimento no NT não faz sentido desse modo;
- Contudo, a ordem é sombra de outro ato, isto é, do sacrifício de louvor e ajuda aos necessitados;
- Esta ordem pode ser comunitária;
- E esta ordem pressupõe o sustento dos presbíteros – que seriam necessitados de outro modo.

## DIA SANTO OU SHABBAT

“PECADOS” SOBRE DESCANSO E TRABALHO

As festas, cerimônias, eventos e coisas que geralmente não são *mandamentos* de Deus são *sombras*. As sombras às vezes funcionam por contraste (como, p.ex., no caso de Adão, que é carne e que só pode gerar mortais, e Jesus, que é “espiritual” e, portanto, só gera espiritualmente [1 Co 15]), e às vezes como uma realidade que está “acima” da sombra, que projeta o objeto real para o Antigo Testamento (como o caso do sumo sacerdote, que prevê a vinda de *outro* sumo sacerdote e cuja vida é eterna). Dentro deste âmbito é que precisamos considerar, portanto, três elementos centrais das *festas* e que estão atrelados de modo essencial. Depois disso consideraremos o *shabat* em si.

O primeiro elemento das festas é que elas **não são cobradas de outros povos**, isto é, dos gentios. Isso é algo que sabemos, mas não rastreamos bem. Quando há um mandamento de Deus ele é universal, aplicado a todos os povos; quando há uma festa, sinal ou algo do tipo, somente o povo dele é cobrado. Vemos isso claramente em passagens como:

*Com nenhuma destas coisas vos contamineis; porque com todas estas coisas se **contaminaram as nações que eu expulso de diante de vós.** (Levítico 18:24)*

Por qual razão as nações foram expulsas de diante de Israel? Por não praticarem a páscoa? Por não festejarem com a festa dos tabernáculos? Por não guardarem o *shabat* (o sábado)? O contexto de Levítico 18 é claro: é por quebrarem os mandamentos de Deus, em especial os familiares e sexuais. Deus mesmo diz que o que o enfada, o que o cansa, é justamente a quebra dessas ordens, não as festas (Lv 20:23).

É muito provável que Romanos 1 tenha sido escrito considerando este contexto, visto que Deus expulsa os cananeus porque, de algum modo, eles sabem que tais relações são erradas (portanto, Paulo sabe que pela natureza se tem algum conhecimento da verdade de Deus, pelo fato de Deus condenar os cananeus por não andarem nas práticas de sua lei – cf. Rm 1:19, 20, 27, 28).

Assim, e por padrão, Deus não cobra dos povos vizinhos aquilo que só Israel poderia conhecer, mesmo que, de certo modo, no céu, as festas estivessem sinalizadas por meio das constelações (p.ex., o fato de a páscoa ser quando o sol está sobre Áries, i.e., o cordeiro sacrificial; ou de que o ano judaico começa em Libra, i.e., o mês de julgamento e festa dos tabernáculos [Tishri – setembro/outubro]). Todas essas coisas são evidências de suas épocas, e momentos, mas não são práticas dadas aos povos vizinhos – e o mesmo valia para o *shabat*.

Os profetas podiam cobrar de Israel a não prática devida das festas, mas jamais cobriam de povos distintos, pois elas eram sinais para o povo de Deus. Estes sinais ou sombras se referem à vinda de Cristo (Páscoa), sua ressurreição (Festa das Primícias), a dádiva do Espírito Santo (Pentecostes), etc. até o julgamento das nações e início pleno da Nova Aliança, com a destruição do templo próxima à Festa dos Tabernáculos (onde, de fato, novos corpos foram dados ao povo de Deus, para que não pereça).

O segundo elemento das festas é o aspecto **mortal**, mas que é distinto da prática do pecado que já trabalhamos no texto sobre a Lei de Deus. Visto que somente um israelita era obrigado a guardar as festas, somente um israelita poderia ser morto caso não guardasse, tornando o peso da lei sobre o povo de Deus no AT muito grande (cf. 23:27-29 e Atos 15:10, 11, veja o contexto).

[O sinal de que alguém poderia participar das festas era, justamente, a circuncisão (Êx 12:48; Nm 9:14), de modo que, iniciando *somente pela páscoa*, um gentio poderia se fazer judeu e praticar as festas e sábados – sinalizando como nós, gentios, faríamos parte do Povo de Deus na Nova Aliança, já que entramos pela páscoa, que é Jesus (1 Co 5:7)].

Este aspecto mortal, portanto, foi restrito ao povo hebreu, que tinha que fazer observância estrita das festas, de modo que até a guarda do *shabat* semanal poderia ser punida (mortalmente) se feita indevidamente. O *pecado* foi eliminado por Cristo também neste sentido, pois isso que produzia morte não produz mais [não há mais morte para a não guarda das festas *pelo povo de Deus*]. Assim, isso gera um terceiro e último elemento nestes sinais do AT.

O Terceiro elemento é o **mandamento**. O objetivo de Deus é nos ensinar, pelos elementos que compõem essas festas e dias, como ele quer ser servido por nós. De modo que, para participarmos devidamente da “páscoa que é Cristo”, precisamos de pães sem fermento, isto é, ázimos, que são a sinceridade e verdade (1 Co 5:8, note em Mateus 16:5-12 que o oposto do pão ázimo é o fermento dos fariseus, ou seja, a hipocrisia). De modo pleno, as festas ensinam como guardamos os mandamentos de Deus e quais são os elementos necessários para que realmente os guardemos.

Por isso, embora sejam complicadas de se compreenderem em alguns casos, também devemos ter cuidado para não vagarmos por ilusões simbólicas sobre todas essas coisas.

## O SÁBADO

*Não acendereis fogo em nenhuma das vossas moradas no dia do sábado. (Êxodo 35:3)*

Qualquer leitor honesto do texto sobre o sábado saberá que uma de suas exigências era, justamente, não acender fogo neste dia. Tudo o que era para ser comido o deveria ser sem preparo neste dia. O texto, claro, não proíbe acender o fogo de uma determinada forma, ele o proíbe de modo absoluto; isto é, no sábado não era permitido fazer nada, *nem mesmo acender fogo*. Estes elementos são importantes para a compreensão, já que, caso compreendamos corretamente, o fogo é uma coisa ruim, e que pode presumir não só de que deve haver falta de ira de nossa parte, mas também de que este dia não é o dia da ira de Deus, mas de descanso (Nm 11:1-3; Jr 4:4; 21:12; Is 9:19; 30:30; Ez 22:31).

Além disso, este dia é um dia no qual nenhuma *obra* pode ser feita (Êx 35:2) e, portanto, qualquer trabalho além do alimentar-se e cultivar deveria ser punido com a morte. Como podemos notar, não parece ser meramente o “trabalho” que está sendo proibido neste dia, mas sim as más obras, visto que, parte das festas principais também excluem obras (Lv 23) do mesmo modo que excluem pães com fermento – permitindo se presumir que

as obras ali em vista não são meramente o trabalho (braçal?), mas sim obras más, ou obras que contrariam a ordem de Deus. Seria o fermento ruim para o pão ou para nós? Nem uma e nem outra coisa, pois a meta de Deus é ensinar que essa abstenção de trabalho (próprio) tem outro fim.

Lembre-se de que o culto e as festas eram regulados, a vida comum *não era regulada*, pois possuía *apenas limites* (linhas que não podiam ser ultrapassadas). Se o shabbat é regulado, é porque não é um mandamento como os outros. A vida comum nas escrituras possuem apenas limites que não podem ser ultrapassados: não matarás, não te deitarás com animal etc. e algumas coisas que devem ser feitas positivamente: devolverás o que achar do seu próximo, ajudarás o necessitado etc., porém, em nenhuma delas, é estabelecida uma *forma*, o que é diferente das festas, em que tudo é determinado especificamente por Deus.

Não conheço homem que guarde o “shabat” (ou o domingo) em nenhum nível próximo do que Deus exigiu dos homens hebreus. É importante notarmos que mesmo se não considerarmos o pensamento mishnaico, isto é, da tradição judaica, ainda teríamos tremenda restrição, de modo que nenhum trabalho (algo visando ganho próprio [Is 58:13, 14 – repare no foco em “abandonar o que é meu”, quer seja nossa vontade ou nossas palavras]) poderia ser feito neste dia, mas somente obras de misericórdia (algo que a lei não proibiu, portanto, também presumindo que é o objetivo e a realidade deste dia).

Assim, antes de dizer que o shabat é transferido para a igreja em forma de domingo, é necessário dizer “quais obras” estão proibidas neste dia (p.ex., quem trabalha em provedores de internet aos domingos oferece um serviço de misericórdia ou não [já que alguns hospitais dependem de internet para seu sistema funcionar]? Essa lei torna-se, de certo modo, virtualmente impossível de poder haver punição, já que é impossível saber, hoje, o quanto serviços de misericórdia dependeriam de serviços que indiretamente contribuem para sua prática).

Obs.: note que no shabat não era proibido fazer o bem. Cristo, portanto, mostra que o sábado proibia o trabalho, mas não atos de misericórdia, que não é obra. Naturalmente, Cristo segue a lógica simples de que, se a lei não proíbe, não é pecado (Mt 12:12 – perceba a palavra “lícito” [de acordo à lei]). Essa é uma das razões do porquê o sábado é o único mandamento feito por causa do homem: Deus queria que os indivíduos fossem ajudados nesse dia, e não que cada um se fechasse em casa em atos de culto ininterruptamente.

## O SINAL

Trataremos de um ponto que geralmente as pessoas não consideram, que é o descanso de Deus no sétimo dia. Deus cessou sua obra de criação após o sexto dia, descansando no sétimo. Porém, seu descanso nunca cessou (não há registro disso). Em momento algum o texto nos diz que Deus voltou a trabalhar (exceto, claro, na sustentação do mundo, mas não na criação). Deus não trabalha mais no sentido criativo, sua obra acabou e, portanto, aqueles que o obedecem entram no seu descanso com ele (cf. Sl 95:11).

Até hoje Deus está em seu descanso, e é este descanso que nós ansiamos por entrar, para que possamos compartilhar com ele o fim das obras para o fruto do Espírito. Então, dessa forma, o que é o quarto mandamento? Pois o descanso do quarto mandamento tem um fim, embora o descanso de Deus não o possua. Então, por qual razão o *shabat* tem fim? (ou seja, acaba após 24h de prática). Por qual motivo Deus ordenou apenas um dia e não a continuidade dele?

A resposta é bem simples:

*Tu, pois, fala aos filhos de Israel, dizendo: Certamente guardareis meus sábados; porquanto isso é um sinal entre mim e vós nas vossas gerações; para que saibais que eu sou o Senhor, que vos santifica. [...] Entre mim e os filhos de Israel será um sinal para sempre; porque em seis dias fez o Senhor os céus e a terra, e ao sétimo dia descansou, e restaurou-se. (Êxodo 31:13,17)*

Como deve estar óbvio, no versículo 13 o *shabat* é um sinal por apontar para algo presente, e no versículo 17 é um sinal para apontar para algo passado, e este sinal é somente entre Deus e seu povo, não para os descrentes (entre ele e a nação judaica). É por isso que o Shabat foi feito por causa do homem e não o contrário. O dia de descanso era para sinalizar ao homem (e não a Deus) quem o santifica e que o descanso em vista era outro, não o temporário, mas o eterno. Inclusive, este é o único mandamento que é um *sinal*. Ora, a Lei é clara: todo sinal só serve enquanto aponta para algo, quando ele perde a utilidade pode ser abandonado, após o seu objetivo ter sido alcançado. Foi assim com a serpente no deserto (Nm 21:7, 8) que foi destruída (2 Rs 18:4) e cujo rei não esteve em pecado por proceder assim, de modo que apontou para Cristo enquanto foi útil (Jo 3:14). O sinal, pois, é abandonado dentro do momento oportuno.

Mas o que é um *sinal*?

**XΥ⚡:**

“Sinal”

Essas letras se leem como “oth” e se escrevem, no paleo hebraico, com o *Alef* (que no alfabeto é touro e força), *Wav* (que é prego) e *Tav* (que é Cruz e sinal). O sábado é um sinal neste sentido, pois aponta para o Touro Pregado Numa Cruz [lembre dos animais sacrificados (Hb 9:22) e do touro entre eles]. Por isso também os milagres de Cristo são chamados de sinais, pois sinalizam ele mesmo. Assim, o dia semanal chamado de *shabat* era, nada mais nada menos, do que um sinal do descanso que Deus proveria para seu povo, e somente para o seu povo, e o povo entenderia isso se olhasse para o fato de que Deus criou o mundo e descansou (e seu descanso não teve fim). Quem daria este descanso? O Cristo, Jesus.

Obs.: cabe uma importante questão: apenas porque cada letra no alfabeto do paleo hebraico tem um significado próprio, não se pode deduzir que *toda* palavra hebraica tenha dois ou mais significados. Ademais, um segundo significado não implica outra tradução, pois, assim como a palavra “Adão” significa “da terra” (ou ‘humanidade’, dependendo do contexto) em hebraico (cf. 1 Co 15:47), também e, primariamente, significa o nome do indivíduo chamado *Adão*. Assim, não podemos traduzir de outro modo, mas apenas notar

a informação revelacional “extra” com o devido cuidado (posteriormente poderemos tratar deste assunto em outro livro).

Por esta razão que quando o autor da carta aos Hebreus argumenta sobre o sábado, ele parte da criação do mundo e não da lei dos mandamentos. Ele o diz no seu sentido claro: este dia (o dia anterior ao descanso) é *hoje* (Hb 4:7 – na época em que Hebreus foi escrito). Porém, para que não nos confundamos, voltemos ao AT.

Como podemos entender essas coisas? Nenhum outro mandamento é sinal, pois todos os outros são somente ordens que devem ser cumpridas, mas este é exclusivo do povo de Deus e serve-lhe como sinal. Não vemos em nenhum texto se dizer: “a vida é sinal” ou “o não uso de estátuas para adoração é um sinal”; antes, somente o mandamento do *shabat* carrega este sentido; por esta razão se presume que o sinal chega ao fim — quando a plenitude aparece.

Falando disso Isaías prediz que a Nova Aliança não teria mais descanso somente em um dia, mas o diz que de “sábado em sábado” prestaríamos culto a Deus (Is 66:23 [notadamente, o versículo 24 mostra que a ira de Deus recai sobre os ímpios *antes* destes dias de sábado, tendo já os corpos mortos deles à vista quando o *shabat* se inicia na Nova Aliança]). Que é isso se não o fato de que o sábado é um sinal para nos direcionar para um culto perene? Não é que você cultua a Deus trabalhando ou comendo (outro erro que se comete), mas que todos os dias prestaria a ele um culto de ação de graças e submissão e obediência. O culto, pois, seria simplificado, não dependendo mais de toda a estrutura veterotestamentária, ou de um dia específico (no sábado havia alguns serviços próprios para o sacerdote no Templo – Lv 24:8). Não é que “todos os dias são do Senhor”, mas que agora não estamos mais dependentes das sombras, já que no AT “todos os dias também eram do Senhor”, porém, com serviços próprios para o sábado.

Podemos individualmente oferecer culto a Deus, de modo completo. O indivíduo que oferecesse culto sozinho a Deus no AT o faria de modo incompleto, pois não poderia utilizar, sem o sacerdote, dos instrumentos do Templo.

Também este é o único dia no AT com nome, enquanto todos os outros são somente números (primeiro dia, segundo dia...). Este dia é exclusivo porque não é para ser contado normalmente entre os dias — como os outros — por isso deve-se notar que seu fim não era semanal, mas eterno. Ora, isso deveria soar também o alarme. Por qual motivo todos os outros dias são números e este não? Claramente porque este é separado, e é separado para não ser *contado entre os outros dias*; em outras palavras, isso significa que ele é eterno.

Portanto, não precisamos temer uma mutação da lei de Deus, pois não estamos alterando-a, antes, a estabelecemos, já que ela tinha em vistas justamente o que vimos. Mas há algo contrastante ainda a se observar. A Lei de Deus diz-nos que o *shabat* é do Senhor, e Cristo nos diz que é por causa do homem (Mc 2:27).

É bem simples: o *shabat* é do Senhor no sentido estrito, no qual somente ele o pode estabelecer e a ele pertence, mas este dia foi dado por causa do homem, como sinal a este

e, portanto, não devemos crer que era um dia de peso, mas de misericórdia. De modo imediato, Deus esperava que todos saíssem neste dia e começassem a ajudar os outros.

Por isso fugimos de homens como Joseph Pipa e Durham, que chegam até mesmo a proibir o sorriso em voz alta no domingo. Não é este o fim e propósito da lei, nunca o foi. A lei de Deus foi concebida por ele para que descansemos de nossas obras, e aponta para a grandeza de sua aliança com o povo, além do dever de produzirmos misericórdia (atos sem ganho próprio) neste dia. Por isso veremos mais além.

Obs.: sabemos que mandamentos universais não podem ser violados por ninguém (não importa quem seja, não pode adular, assassinar ou qualquer dessas ordens). Cristo, entretanto, mostra que na Lei existe um indivíduo que foi instituído *violando* o sábado: o sacerdote (Mt 12:5; Nm 28:9 – acendendo fogo neste dia). Isso, sozinho, deveria evidenciar o caráter transitório dessa ordem, e que a moralidade dela aponta para um conceito geral, de obediência e misericórdia, não para um dia próprio específico. Ora, e por qual razão Deus “contradiu” a si mesmo? Justamente pelo motivo explicado: duas festas podem se “contradizer”, pois são sombras se sobrepondo – e nisso sabemos que há mais festas que se sobrepõe, com intenção de mostrar sua própria transitoriedade.

### HEBREUS 3 E 4 – SÉTIMO DIA CRIATIVO

Hebreus 4 mostra que a falta de descanso é a desobediência a Deus, e que somente ela nos priva do seu descanso presente. Ora, quem não descansa produz obras, e o que é obra? Obra é a produção da carne, aquilo que fazemos para a alimentar; por isso Paulo diz que devemos ser guiados pelo Espírito e não pela Lei e logo em seguida diz que há obras da carne (Gl 5:18, 19). O que são as obras? São o nosso trabalho, em especial o trabalho para este mundo e para a carne, a satisfação dos desejos dela (Gl 5:16). Por isso os israelitas morreram no deserto, pois buscavam satisfazer os desejos da carne e não deram graças a Deus. Operaram pela carne e para ela, por isso que quem satisfaz a si mesmo (no falso testemunho, no adultério etc.) está praticando obras.

Aquele que “cessa de pecar”, cessa a prática das obras e frutifica então no Espírito. Ora, por qual razão fruto é contrastado com obras? (Gl 5:22). Porque o fruto é produto que nasce de Deus, não que é criado ou feito por nós (para benefício próprio). O fruto da árvore faz bem a outro, não a si mesma simplesmente. Por isso, logo em seguida, para que não haja dúvidas, Paulo diz-nos que contra o fruto não há lei (v. 23). Ou seja, estas coisas são práticas naturais da lei (que se resume em amar a Deus e ao próximo), e provém de uma mente que medita nela. Desse modo, o que temos aqui é um eco do Salmo 1º, que nos diz que o homem que medita na lei do Senhor dá fruto (no singular), assim como aquele que a pratica o faz por causa do fruto (no singular) do Espírito Santo. Mas vamos ao texto de Hebreus 3 e 4:

*Assim jurei na minha ira que não entrarão no meu repouso. Vede, irmãos, que nunca haja em qualquer de vós um coração mau e infiel, para se apartar do Deus vivo. Antes, exortai-vos uns aos outros todos os dias, durante o tempo que se chama Hoje, para que nenhum de vós se endureça pelo engano do pecado; porque nos tornamos participantes de Cristo, se retivermos firmemente o princípio da nossa confiança até ao fim. Enquanto se diz: Hoje, se ouvirdes a sua voz, não*

*endureçais os vossos corações, como na provocação. Porque, havendo-a alguns ouvido, o provocaram; mas não todos os que saíram do Egito por meio de Moisés. Mas com quem se indignou por quarenta anos? Não foi porventura com os que pecaram, cujos corpos caíram no deserto? E a quem jurou que não entrariam no seu repouso, senão aos que foram desobedientes? E vemos que não puderam entrar por causa da sua incredulidade. (Hebreus 3:11-19)*

*Temamos, pois, que, porventura, deixada a promessa de entrar no seu repouso, pareça que algum de vós fica para trás. Porque também a nós foram pregadas as boas novas, como a eles, mas a palavra da pregação nada lhes aproveitou, porquanto não estava misturada com a fé naqueles que a ouviram. Porque nós, **os que temos crido, entramos no repouso**, tal como disse: Assim jurei na minha ira que não entrarão no meu repouso; **embora as suas obras estivessem acabadas desde a fundação do mundo** [ou seja, Deus ainda estava em repouso, mesmo tendo criado o mundo há muito tempo]. Porque em certo lugar disse assim do dia sétimo: E repousou Deus de todas as suas obras no sétimo dia. E outra vez neste lugar: Não entrarão no meu repouso. Visto, pois, que resta que alguns entrem nele, e que aqueles a quem primeiro foram pregadas as boas novas não entraram por causa da desobediência, determina outra vez um certo dia, **Hoje**, dizendo por Davi, muito tempo depois, como está dito: Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações. Porque, **se Josué lhes houvesse dado repouso**, não falaria depois disso de outro dia. Portanto, **resta ainda um repouso para o povo de Deus**. Porque aquele que entrou no seu repouso, **ele próprio repousou de suas obras**, como Deus das suas. **Procuremos, pois, entrar naquele repouso**, para que ninguém caia no mesmo exemplo de desobediência. (Hebreus 4:1-11)*

O texto é muito claro. Há um “tempo” (no singular) chamado “hoje”, que o autor atrela ao descanso de Deus (ou seja, o sábado), como um dia antecedente. O “hoje” é para que o povo se arrependa a tempo de entrar no descanso de Deus, ou seja, o povo cessa as obras, e entra no dia sem essas obras. Parece confuso, pois é como se o autor de Hebreus estivesse dizendo que há “dois momentos”. Mas não confunda, é um único momento que se estende indefinidamente. Pois nem “todo o povo” entrou no descanso ainda (na época em que a carta foi escrita), mas também aquele que passa a obedecer “entra” no repouso.

Para ficar mais claro, o “hoje” (que era quando o autor aos Hebreus escreveu sua carta), era o período de arrependimento, e não de descanso ainda. Não podemos confundir neste ponto. O período de arrependimento, de mudança, estava aberto, Cristo o inaugurou, com João Batista sendo o seu antecessor. Nesta fórmula é que o arrependimento opera, para que se creia em Cristo, o sumo sacerdote (fim do cap. 4) e tenhamos a graça; no caso dos destinatários, o serem libertos ou salvos da destruição que estava prestes a vir.

O ponto é que o “repouso” geral seria entrar na Terra de Canaã, contudo, como o salmista, mesmo depois de Josué ter entrado na terra, ainda fala sobre um “hoje”, a conclusão é que este descanso não foi realmente atingido ali, ao entrar em Canaã. O que isso significa? O AT não havia alcançado em Canaã a plenitude do descanso, não havia descanso real e nem *shabat* **real**. O *shabat* real estava por vir, já que Davi nota que “hoje” (Sl 95:7) ainda não havia entrado (aqui o autor de Hebreus mostra a importância de se



saber a cronologia dos escritos do AT). Isso completa o quadro de Isaías que mencionamos, mostrando que antes deste descanso a ira de Deus se recairia.

O autor de Hebreus ainda nos aponta outro detalhe: este repouso pleno estava iniciado em sua época, e prestes a ser conquistado por toda a igreja (em outro livro comentaremos sobre escatologia, num momento oportuno). A lógica, contudo, é que durante a época em que a carta foi escrita, o objetivo era “procurar” entrar no repouso, e não tê-lo completamente. É como se esta época em que o autor escreve fosse, portanto, um período no deserto, porém, ao invés de Moisés, com Jesus liderando o povo. E os que estavam recebendo a carta é que deveriam buscar entrar neste descanso, ou seja, na plenitude real do *shabat*. Assim, nada mais natural e conclusivo do que esperar que a entrada no descanso por parte da Igreja do NT já ocorreu, pois toda aquela geração já morreu.

O que sabemos? Entre a ressurreição de Cristo e o fim daquela geração decorreram-se em torno de 40 anos, chegando à destruição do templo de Jerusalém em 70 d.C. (o dia da Ira), apontando-nos que o verdadeiro descanso não era Canaã, mas a liberdade dos filhos de Deus herdando *toda* a Terra. Deus, pois, garantiu que os crentes hebreus (ou alguns deles), conquistassem o descanso esperado. Desse modo, quando é o descanso? Ora, é o agora, pós queda de Jerusalém. Pois ali o alerta era “não endureçais”, ainda chegaremos ao repouso completo. Agora é: não deixe o repouso. O “Hoje” era enquanto o autor da carta aos Hebreus escrevia, agora, porém, estamos *no repouso*.

O ponto é que o descanso de Deus não aponta uma época somente, mas um lugar. A época, é claro, iniciou-se com a destruição da antiga terra (Canaã) e a entrada na plenitude do novo lugar, isto é, *todo o mundo*. Deus, pois, ensinou-nos que os antigos *shabats* acabaram.

O que podemos dizer? Sabemos que todas as aparições de Cristo após sua ressurreição se deram no domingo, e que a igreja se reunia no primeiro dia da semana para partir o pão (At 20:7), além de separarem neste dia os seus bens para serem doados. Não temos aqui o anúncio de outro *shabat*, mas o anúncio da festa eterna que se inicia na sexta-feira, sem obra no sábado e que resulta na *assembleia* no domingo (Lv 23:5-7 — a festa da páscoa). Cristo, pois, a nossa páscoa (1 Co 5:7), morre na sexta-feira, não faz nenhuma obra no sábado e ressuscita no domingo para convocar a sua *assembleia*, isto é, a *ekklesia* — sua igreja (cf. Hb 2:12).

Que é isso? A sinalização de que a assembleia convocada no domingo nos predispõe a praticar sua vontade, mas não nos isola neste dia, como os crentes do AT. A Igreja deve se reunir por isso, e não pode ser abandonada, pois eu *não* sou igreja, a menos que em conjunto com os outros crentes em culto — assim sou igreja. A Assembleia de Cristo se reúne assim, como Levítico 23 prevê (*todos os dias* – voltaremos a este assunto num texto sobre o *culto*).

Obs.: Cristo não aparece no domingo para os crentes anunciando o novo dia de culto, longe disso, ele estava cumprindo os tempos das festas do AT, pois elas sempre iniciavam no primeiro dia da semana, demonstrando o início da nova criação e, portanto, sendo a marcação para nós, que precisamos entender o fim dos “tempos da lei”. A reunião dos

crentes no domingo era um anúncio para o fim da antiga ordem, que ainda descansava aos sábados.

Por isso o fermento, as obras ou qualquer coisa que a lei trate como negativa nas festas são somente demonstrações dos efeitos nocivos do pecado. Portanto, não deixemos de celebrar, enquanto celebramos a festa eterna de Deus todos os dias.

- Uma necessidade, porém, surge antes que concluamos este assunto do Shabbat. O que nos leva a abrir mão dele é, justamente, o significado que Isaías dá ao conteúdo do descanso: abrir mão de mim mesmo em prol do bem para o outro. Este sentido está diretamente claro na lei, que fala para não “trabalharmos” enquanto se silencia sobre “exercer misericórdia”. Tendo este significado ficado claro, é evidente que o sábado chega ao fim, visto que o NT não está só corrigindo a interpretação farisaica, e sim dizendo que esse sentido é o da ordem, tornando-a uma sombra, ao invés de um mandamento.

Outro detalhe é se considerarmos os 10 mandamentos, entre os quais encontra-se o shabbat. Ora, há coisas dos 10 mandamentos que cessaram no Novo Testamento, como por exemplo o fato de que Deus visitava o pecado dos pais nos filhos (como o filho de Davi morto pelo pecado de Davi). Essa maldição se encontra entre os dez mandamentos e mesmo assim foi cessada, visto que Deus promete nos profetas que na Nova Aliança não se diria mais que os pais é que comem uvas, mas os dentes dos filhos embotam (ou seja, não mais os pais quebrarão os mandamentos e os filhos sofrerão). Por isso, não é uma loucura dizer que o shabbat se cumpriu, visto que os 10 mandamentos não eram um bloco fechado, como querem fazer parecer (este assunto explicaremos melhor no nosso livro sobre a Confissão de Fé de Westminster).

Assim sendo, nem o reformado e nem o dispensacionalista estão certos: um por crer que o shabbat continua no domingo e o outro por crer que ele só significava algo para Israel, com Jesus apenas corrigindo a interpretação farisaica para aquele momento. O Shabbat não continua no domingo e a correção que Jesus faz é para apontar a continuidade da misericórdia em detrimento da ordem de cessação do trabalho neste dia – ou seja, ele é algo direto para nós, que vivemos justamente neste dia: façamos misericórdia, pois agora vivemos no shabbat (compreensão que só é possível se cremos que as todas coisas se cumpriram no NT, algo que a maioria dos evangélicos não aceitam e que só poderemos abordar melhor em outro livro).

Obs.: existe outro erro também entre o reformado e o dispensacionalista – para que o shabbat tenha cessado, é necessário que a escatologia esteja toda cumprida, algo que o dispensacionalista nem se quer imagina (e nós defendemos que toda ela se cumpriu). Por outro lado, para que o reformado esteja “certo”, a Antiga ordem tem que estar em vigor, o que significa que não podemos mudar do sábado para o domingo. Se o mandamento pode ser alterado de um dia para o outro, então, no final das contas, ele realmente é diferente dos outros (que não podem ser alterados nem nos “acidentes” e nem na “essência”), que é o que estamos argumentando. Portanto, ambos falham igualmente, criando coisas que contrariam as Escrituras.

Ademais, abaixo trataremos o que talvez seja o assunto mais chocante para todos os que lerão este livro: o pecado da Prostituição e Pornografia.

## Concluindo

- O *shabbat* era exclusivo do Antigo Israel;
- O Novo Israel (que chamamos de igreja) possui este dia como sinal da nova criação;
- A nova criação se inicia com a Queda de Jerusalém;
- O Shabat é guardado pela igreja quando ela obedece aos mandamentos de Deus e executa misericórdia.

# O PECADO DA PROSTITUIÇÃO OU PORNOGRAFIA

“PECADOS” SOBRE O CORPO E O SEXO

## PROSTITUIÇÃO

### *Termos e Palavras*

No português é comum se usar o termo *fornicação* para nos referirmos ao sexo sem casamento. Normalmente não há compensação financeira por isso. Nos valem do termo *prostituição* quando queremos enfatizar alguém que recebe pagamento ou que é extremamente fornicador. Outra palavra é o *incesto* que, para nós, aponta aquelas relações com graus de consanguinidade, como, por exemplo, uma mãe ou até madrasta (mesmo que esta não tenha o mesmo sangue que você [1 Co 5:1, 2]).

Por último, há a palavra *adultério* que, em português, vale para homem ou mulher que tenha relação sexual sem ser com o parceiro com o qual se está casado. Eventualmente ocorre de que uma mulher casada seja prostituta, assim, ela pratica a prostituição e comete adultério (como a primeira esposa de Oséias); não é que este termo seja intercambiável com adultério, mas que aqui temos o caso de um adultério cujo foco é, também, receber dinheiro em troca.

Na escritura não é muito diferente. Em hebraico há termos para *adultério* e *prostituição* (apesar de não vermos o termo “incesto”). O problema é que, para um judeu, qualquer ato sem contrato de casamento (recebendo dinheiro ou não) ou que seja com algum parente recebe a mesma palavra: *zanah*. Assim, sozinha ela pode ser traduzida como *prostituição*, *fornicação* e *incesto*; enquanto adultério possui um termo próprio.

O que não te contam é que existe outro termo para *prostituição*, o “*qedesha*”, que seria algo como “sagrado”, “dedicado”. Como não temos o contato comum com prostitutas que fazem sexo em honra a alguma divindade, este termo normalmente é traduzido só por “prostituição” mesmo, perdendo o sentido original – algo que não é exclusivo do português. Em grego, também, na versão Septuaginta (LXX) do Antigo Testamento, tanto “*qedesha*” quanto “*zanah*” recebem a mesma tradução, “*porneia*” (e suas variações). Contudo, uma tradução viável para o termo “*qedesha*” seria

“prostituta/prostituição cultural” ou “prostituta/prostituição sagrada”, enquanto para *zannah* e *porneia* não existe bom equivalente, pois depende *do contexto ou pano de fundo para se definir o seu significado*. Repare, agora, isso no código de Hamurábi:

*Se um pai consagra [sua filha] a deus [como] uma serva do templo [qadištum] ou uma virgem (código de Hamurábi, lei 181)*

Note que mesmo entre os povos do Oriente Médio há termos semelhantes para prostituta cultural – a semelhança não é mero acidente neste caso, sinalizando que as “qadištum” eram bem vistas pelos povos vizinhos à Israel, enquanto para Israel estas mesmas *qedesha* deveriam ser vistas como ímpias e perversoras do culto.

Outra situação é que *zannah* eventualmente é utilizada para a prática da idolatria em Israel (ou fora). Isso é importante ser notado, pois Israel é a esposa de Deus e adulterava praticando a prostituição. O problema que muitos não notam é que este termo não foi escolhido sem motivo, já que o culto a outros deuses frequentemente envolvia sexo – de forma que, quando se diz que Israel se prostituiu, o que se tem em mente é o sexo cúltico praticado pelo povo (cf. Jz 8:27 [separando a idolatria do sexo cultural]).

Isso levanta um sério problema, pois devemos proceder com o texto como ele foi concebido, e devemos condenar o que o texto condena, e não esticar o sentido dele até o que desejamos: isso fazem os poetas e mestres da literatura. A Lei de Deus, porém, precisa ser lida e compreendida no sentido em que condena as coisas, para não julgarmos indevidamente ou desproporcionalmente uma pessoa. Veremos em termos práticos como as palavras mal utilizadas podem confundir e atrapalhar o sentido que o texto quer passar. Portanto, preste bastante atenção, pois exploraremos cada caso possível (não cada caso particular) passado na Escritura.

## PROSTITUIÇÃO CULTUAL

A lei claramente condena a prostituição cultural, primeiro, nos dez mandamentos, ao dizer, já no primeiro, que devemos ter um único Deus, e este é verdadeiro. Ora, como Deus nunca exigiu como culto o sexo, fica óbvio que a princípio o sexo num culto estava atrelado a outro deus ou a uma forma não permitida pelo Pai. O resultado, é claro, veremos abaixo:

*Números 25*

*E Israel deteve-se em Sitim e o povo começou a prostituir-se com as filhas dos moabitas. Elas convidaram o povo aos sacrifícios dos seus deuses; e o povo comeu, e inclinou-se aos seus deuses. Juntando-se, pois, Israel a Baal-peor, a ira do Senhor se acendeu contra Israel. (Números 25:1-3)*

O texto atual não está condenando a prostituição no seu sentido estrito, mas sim o pecado do sexo cultural (Nm 31:15-18). O problema foi o culto a Baal-peor pelo sexo, e não o ter relação com moças de outros povos, já que o próprio Moisés autoriza aos israelitas se casarem com as moças solteiras (Nm 31:18, 19), pois a lei não proibia que se casasse com moça estrangeira (Dt 21:10-14), apenas com as especificadas (Dt 7:1-4). Ora, no capítulo 7 de Deuteronômio fica claro o motivo do sexo/casamento ser proibido com

estas mulheres: “Pois fariam desviar teus filhos de mim, para que servissem a outros deuses” (v. 4). No fim, o que temos aqui é, com clareza, a proibição do sexo como culto. Essa é a mensagem do capítulo 25 de Números (cf. 1 Co 10 onde Paulo claramente relaciona isso ao sexo cultual presente no contexto dos coríntios). Quem afirma que este texto se aplica a qualquer tipo de prostituição precisa, em conjunto, provar como isso está neste texto.

Note, como última observação, que “casar-se com descrente” não era pecado na Lei, apenas a indução à idolatria que era (algo que comumente vem como efeito de um casamento com descrente). Isso já impediria que uma igreja disciplinasse alguém por se casar com uma pessoa descrente, exceto caso, por causa deste casamento, o indivíduo caia em idolatria ou pratique pecado que realmente é condenado na lei. Fora disso, o casamento com um idólatra é sempre desestimulado, mas jamais punido exceto em contextos específicos, como o caso de Dt 7 aplicado posteriormente em Números. Em geral, as mulheres destes povos *todas* já haviam oferecido seu corpo em culto a outra divindade, daí a dificuldade de uma relação sem pecado, ainda mais com um corpo maculado pela idolatria – pois este pecado é contra o corpo.

#### *Deuteronômio 23*

*Não haverá prostituta [זְנָיִת - qedesha] dentre as filhas de Israel; nem haverá sodomita [זָמָה - “qades”] dentre os filhos de Israel. Não trarás o salário da prostituta [“zanah”] nem preço de um sodomita [“cão”, em hebraico] à casa do Senhor teu Deus por qualquer voto; porque ambos são igualmente abominação ao Senhor teu Deus (Deuteronômio 23:17, 18)*

Já explicamos na introdução: infelizmente a tradução nos atrapalha aqui: o que está sendo proibido é a prostituta cultual, e ela é abominável para Deus, tanto quanto o prostituto cultual (que veremos em Ezequiel). Depois, por paralelismo, o texto se refere ao prostituto como cão e à prostituta como “zanah”. Ora, já vimos que o texto definiu a prostituta como “qedesha”, então, a única coisa que está em vista aqui é mostrar que esta mulher que faz sexo cultual em troca de dinheiro (aqui está o motivo do uso de *zanah*) é abominável ao Senhor nosso Deus.

#### *Jeremias e Ezequiel*

*Quando eu já há muito quebrava o teu jugo, e rompia as tuas ataduras, dizias tu: Nunca mais transgredirei; contudo em todo o outeiro alto e debaixo de toda a árvore verde **te andas encurvando e prostituindo-te.** (Jeremias 2:20)*

*Todavia ela multiplicou as suas prostituições, lembrando-se dos dias da sua mocidade, em que se prostituía na terra do Egito. E enamorou-se dos seus amantes, cuja carne é como a de jumentos, e cujo fluxo é como o de cavalos. Assim trouxeste à memória a perversidade da tua mocidade, quando os do Egito apalpavam os teus seios, por causa dos peitos da tua mocidade. (Ezequiel 23:19-21)*

Em ambos os textos o que se tem claramente em vista são atos sexuais de culto, a tal ponto, que em Ezequiel se enfatiza até mesmo que a ejaculação dos homens ímpios é

como a de cavalos. Ora, isso é uma ênfase dada para mostrar não que ejacular fortemente seja pecado, mas porque isso se acrescentava ao culto, com o fluxo maior sinalizando a fertilidade apresentada no culto aos outros deuses. O que temos, portanto, é um ato de adoração com sexo.

### *Oséias*

*O princípio da palavra do Senhor por meio de Oséias. Disse, pois, o Senhor a Oséias: Vai, toma uma mulher de prostituições, e filhos de prostituição; porque a terra certamente se prostitui, desviando-se do Senhor. (Oséias 1:2)*

*Contendei com vossa mãe, contendei, porque ela não é minha mulher, e eu não sou seu marido; e desvie ela as suas prostituições da sua vista e os seus adultérios de entre os seus seios. (Oséias 2:2)*

Por qual motivo quis Deus que Oséias figurasse por meio do casamento com uma prostituta *comum* a prostituição de Israel? Ora, porque a prostituição de uma esposa sinaliza a prostituição sagrada de Israel. Até a ênfase nos seios se faz presente, mostrando que Israel vinha se prostituindo de todos os modos, tornando o sexo aos outros deuses seu modo de culto comum (Mq 1:7). Para que Oséias não tivesse que lidar com uma prostituta cultural dentro de casa (com a qual a lei proibia se casar), Deus ordenou uma *comum* – consegue já notar algumas coisas?

### *Novo Testamento*

Aqui é preciso lembrar que o conceito de *qedesha* e *zanah* foram transportados para o Novo Testamento sob um único termo: *porneia*. Assim, quando Paulo, Pedro ou qualquer autor do NT falar em prostituição ou imoralidade sexual, é preciso verificar o contexto em que se insere a palavra na carta *ou* conferir o contexto do público alvo, para que tal alerta faça sentido.

### *1 Coríntios*

*Mas o corpo não é para a fornicação, senão para o Senhor, e o Senhor para o corpo. Não sabeis vós que os vossos corpos são membros de Cristo? Tomarei, pois, os membros de Cristo, e os farei membros de uma meretriz? Não, por certo. Ou não sabeis que o que se ajunta com a meretriz, faz-se um corpo com ela? Porque serão, disse, dois numa só carne. Mas o que se ajunta com o Senhor é um mesmo espírito. Fugi da fornicação. Todo o pecado que o homem comete é fora do corpo; mas o que fornicava peca contra o seu próprio corpo. (1 Coríntios 6:14c-18)*

Obs.: não deixe de conferir outros textos em 1 Coríntios em que o termo “imoralidade”, “fornicação”, “prostituição” ocorrem, mas que, claramente, se referem ou ao que explicaremos abaixo ou ao caso de incesto (1 Co 5). A propósito, no capítulo 5 Paulo diz que não se deve associar-se com os que se prostituem (v. 9), mas, no contexto, “prostituição” é incesto (v. 1) – assim, o que Paulo quer garantir é que os coríntios se afastem das práticas do incesto, e não da prostituição (nada justificaria essa mudança repentina de assunto); por isso, não devemos nem comer com alguém que seja incestuoso (cf. Lv 18).

Estamos diante de uma passagem que, via de regra, é ensinada como se falasse de prostitutas de modo geral, porém, não é isso que o texto está nos contando. O assunto de Paulo é o fato de nosso corpo ser templo do Espírito Santo (v. 19), e este corpo não pode dividir-se de templo do Espírito para o templo de outra coisa (2 Co 6:15 [o mesmo raciocínio da mesa do Senhor e dos demônios]). Além disso, vemos que o contraste claro é para quem o corpo é: se para o Senhor ou não (v. 14). Ora, o que é o contraste do texto? Já sabemos que *porneia* (termo a que Paulo recorre) naturalmente significa, entre os judeus, sexo cultural ou incesto, porém, como do incesto Paulo tratou no cap. 5 (v. 1), aqui fica claro que o objetivo é mostrar que o corpo não é de outro deus, mas do Senhor, que fez habitar em nós seu Espírito. Dessa forma, “Fugi da fornicção” é “fugi da prostituição cultural”.

Por esta razão, Paulo, ironicamente, diz que todo pecado é fora do corpo, mas este é com o corpo. O que é isto? Ele quer mostrar que na prostituição cultural nós entregamos o próprio corpo no culto, enquanto que os outros pecados **cúlticos** não fazem isso (veja como o assunto é culto, já que incesto e marcar-se pelos mortos é algo feito com o corpo, porém o assunto de Paulo é cúltico, e não de pecados em geral). Como referência, veja que embora o incesto seja com o corpo, não o torna de outra divindade – aliás, de certo modo, *todo pecado é com o corpo* (ou você profere falso testemunho com a alma?) – e isso prova que a “prostituição” que Paulo trata aqui não é a comum, e sim a cúltica, tornando o adorador um com a meretriz e a falsa divindade.

E claro, a união com uma prostituta torna ambos uma só carne, mas não marido e mulher. Para mais sobre isso veja nosso livro sobre Casamento, Divórcio e Recasamento.

*E não nos forniquemos, como alguns deles fizeram; e caíram num dia vinte e três mil. (1 Coríntios 10:8)*

Este caso já tratamos, ao comentar Números 25 – é o mesmo evento, do qual Paulo diz: “não forniquemos” (não pratiquemos sexo cultural). É preciso entender que, em especial o contexto dos coríntios, exigia tal ênfase no afastamento do sexo sagrado, pois a cidade era conhecida, justamente, por sua loucura sexual em relação aos deuses (embora dizer que havia “mais de mil prostitutas culturais no templo” talvez seja um exagero). É importante que se entenda que estes versículos não servem contra a prostituição de modo geral, algo que veremos nas partes a seguir do texto quando formos falar dela – aqui nosso foco é mostrar a malignidade deste pecado, que não pode ser convertido em outro, e deve ser lido como concebido nos textos. Este pecado é desolador, e destruiu povos, além de ter feito Israel cativo repetidamente.

*Gálatas*

*Porque as obras da carne são manifestas, as quais são: adultério, fornicção, impureza, lascívia, [...] Mas o fruto do Espírito é: amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. **Contra estas coisas não há lei.** (Gálatas 5:19, 22, 23).*

Não podemos ignorar o contexto claro das listas de pecado de Paulo: quando Paulo faz uma lista de pecados, ele não só espera que seus leitores saibam o que cada coisa

significa, mas condiciona essa lista à outra coisa: se a lei é contra ou não. As obras da carne contradizem a lei de Deus e, portanto, para cada coisa encontrada nessas listas de pecado, devemos encontrar seu correspondente na lei de Deus. Assim, quando ele menciona que o adultério é pecado, não está pensando no sentido que um Ocidental pensa, mas sim no modo como a Lei pensa o adultério, já que a mesma Lei nunca disse nada contra um homem ter mais de uma esposa, por exemplo.

Por esta razão, quando aparecem os termos “fornicação, impureza e lascívia” (que os pregadores nunca sabem explicar) devemos notar o sentido claro dessas palavras:

Fornicação (πορνεία – *porneia*): pecado de idolatria sexual, prestação de culto a outros deuses com sexo (embora possa ser utilizado proibindo os pecados de Levítico 18, de sexo com familiares). Isso é proibido na lei, como acabamos de ver.

Impureza (ἀκαθαρσία – *akatharsia*): este termo é, geralmente, utilizado para sinalizar mistura de coisas que devem ser mantidas separadas, como, por exemplo, em Romanos 1:24, no qual a “impureza dos corações” é explicada como sendo o uso do ânus no sexo nos versículos 26 e 27 – o pênis e o ânus devem ser mantidos separados, e não devem se misturar. Além disso, a impureza está associada a uma mistura de coisas santas com impuras, como os fariseus (Mt 23:27) que, sendo externamente santos, misturavam com um interior cheio de pecado e desejos ilícitos. A preocupação de Paulo é, portanto, fazer que os crentes entendam que “santidade” é não misturar coisas (1 Ts 4:7 [defraudar alguém é **impureza**, cf. v. 6 {Mt 15:11-19 (o que **contamina** [torna impuro] o homem são as coisas internas, incluindo o próprio adultério)}]). Isso é proibido na lei.

Lascívia (ἀσέλγεια – *aselgeia*): este termo será explicado abaixo – mas já adianto que lascívia *não é* se vestir de um determinado modo ou desejar moças por aí.

## 2 Pedro

*E condenou à destruição as cidades de Sodoma e Gomorra, reduzindo-as a cinza, e pondo-as para exemplo aos que vivessem impiamente; e livrou o justo Ló, enfadado da vida **dissoluta** [literalmente: “da conversa lasciva” {ἀσελγεία ἀναστροφής}] dos homens abomináveis (2 Pedro 2:6, 7)*

Ora, qual conversa “lasciva” os homens tiveram com Ló? É bem simples, Gênesis 19:5-9 esclarece. Os homens ímpios de Sodoma e Gomorra queriam se relacionar com os homens (não as moças) que estavam na casa de Ló. Mas isso não é ainda o ponto chave: os homens tentaram arrombar a porta da casa de Ló para, por meio da força, abusar dos homens lá dentro (v. 9).

Porém, o último ponto é que a palavra *aselgeia* aparece em Aristóteles, ao dizer que *δημαγωγῶν ἀσελγειαν (aselgeian)* causa revoluções políticas (A Política, V. 4). *Aselgeia* implica violência – algo bem presente no texto de Gênesis 19 também. Assim, quando Paulo e Pedro criticam a “lascívia”, eles não estão pensando em um desejo qualquer, mas sim em algo semelhante a uso da força para ter relações com alguém, *contra a natureza*.



Isso é proibido na lei, exemplificado pela morte de Sodoma e Gomorra logo após essa atitude: este é o ensino da narrativa de Gênesis 19.

Obs.: este termo também aparece em Mc 7:22 (denotando algum tipo de insubordinação e trapaça forçada, pois não se encontra no contexto sexual do versículo anterior), Rm 13:13 (reforçando a relação sexual violenta resultante das festas de comida e bebida dedicada aos deuses), em 2 Co 12:21 (apontando a inversão sexual coríntia [lembre-se do caso de 1 Co 5 no qual um homem se deita com a mulher do pai]), Gl 5:19 (em que a falta de contexto não permite ter plena certeza do significado, mas é provável a violência sexual ou inversão [como o caso das filhas de Ló se deitando com ele em Gn 19]), Ef 4:19 (provavelmente no mesmo sentido de Gl 5:19), 1 Pd 4:3 (no mesmo sentido de Rm 13:13) e Jd 1:4 (que o contexto aponta uma inversão, como sinônimo de *porneia*, no vr. 7, ao relatar dos homens homossexuais de Sodoma e Gomorra). Em outras palavras, o sentido do termo principal e de origem grega implica violência, mas também inversão do uso do sexo, podendo ser sinônimo tanto de impureza quanto de “fornicação”, quando estes termos são aplicados a relações homossexuais *masculinas*. Cabe mais um apontamento: entre os gentios a pederastia masculina (um adulto com um menino) era muito comum, o que explica tanto o uso da força quanto da inversão sexual *somente em cartas direcionadas aos gentios* (Marcos está fora deste contexto, porém).

### *Apocalipse*

*Estes são os que não estão contaminados com mulheres; porque são virgens. Estes são os que seguem o Cordeiro para onde quer que vá. Estes são os que dentre os homens foram comprados como primícias para Deus e para o Cordeiro. (Apocalipse 14:4)*

O fato de essa passagem ser a única na bíblia que atrela virgindade aos homens deveria levantar as antenas dos estudiosos. Ora, que tipo de virgindade é esta? E que contraste é esse com o cordeiro para onde quer que vá? São primícias em que sentido?

Primeiro, eles são primícias porque foram os primeiros crentes, os primeiros salvos. Nós não somos as primícias, eles foram. Porém, estes homens foram salvos numa época em que o sexo cultural era comum e natural, portanto, em segundo lugar, a virgindade deles está atrelada não ao ato de nunca terem feito sexo, mas de nunca terem feito sexo cultural – pois seguem o cordeiro, não outros deuses: são exclusivos, únicos. O texto quer nos mostrar tudo o que importa aqui: separar os homens do sexo cultural (detalhe que o foco de Deus na história é sempre com homens). Este sentido “comum” de virgindade no texto é para atrelar ao sentido cultural; algo semelhante à prostituição comum que eventualmente significa a cultural, quando Deus quer ensinar algo (vimos isso em Oséias).

Em geral, a fornicção não era o conceito *romano* de fornicção (sexo sem casamento). Nosso termo vem da palavra “fornicare”, que só significa sexo sem estar casado – algo que não é o ponto focal dos termos bíblicos. Assim, quando você ler “imoralidade sexual”, “prostituição” ou “fornicação”, precisa estar ciente de que, ou o autor pensa na prostituição sagrada ou nas relações proibidas de Levítico 18 – e em raros casos “prostituição” significará prostituição “comum” – isto é, não sagrada. Isso não quer dizer, porém, que a bíblia permita a prostituição “comum”, contudo, precisamos

continuar analisando os textos para não condenarmos os indivíduos falsamente. Dessa forma, temos a primeira afirmação clara abaixo:

- Sexo cultural é proibido em qualquer circunstância;

Obs.: em Zc 13:2 há uma promessa de que “naquele dia” (ou seja, nos fins da Antiga Aliança), os nomes dos ídolos seriam esquecidos. Isso é provado pelo que dissemos acima, pois são informações atreladas à prostituição cultural que a *maioria dos crentes não sabe* – pois era uma promessa de Deus que tais coisas seriam esquecidas. Contudo, o nosso afastamento do estudo tem feito com que não compreendamos os textos que condenavam somente o que estava atrelado aos ídolos.

## PROSTITUIÇÃO NA CASA DO PAI (COM E SEM AÇÃO DESTE)

*Com ação do pai*

Aqui temos, de fato, um caso de “fornicação” no sentido romano do termo. Uma moça que faz sexo com um homem, **morando** esta na casa do pai, tem regras específicas. Para compreendermos, precisamos começar com a história de Diná (que resumiremos, mas se encontra em Gênesis 34):

Diná era filha de Jacó. Em um belo dia Siquém, filho de Hamor, se apaixonou por ela e a convenceu a ir para a cama com ele. O resultado foi simples: isso é considerado uma humilhação e Siquém precisa corrigir isso. Claramente, para corrigir o erro de se relacionar com uma moça virgem que mora com o pai, ele decide tratar com Jacó para se casar com ela (afinal, sexo não é igual casamento). O problema é que os irmãos de Diná tomam a dianteira, e fazem um acordo com Hamor e Siquém: se vocês se circuncidarem, nossa irmã será sua. Mentiram, pois enquanto os homens sentiam as dores da circuncisão entraram na cidade (da família de Hamor) e mataram todos os homens. A pergunta que fica, porém, é bem simples: Siquém pecou ou não? E, se sim, ao conversar com Jacó ele buscava fazer o certo e errou ao tratar com os irmãos? Para que isso não ocorra mais é que Deus dá uma lei em Êxodo 22:

*Se alguém enganar alguma virgem, que não for desposada, e se deitar com ela, certamente a dotará e tomará por sua mulher. Se seu pai inteiramente recusar dar-lha, pagará ele em dinheiro conforme ao dote das virgens. (Êxodo 22:16, 17)*

Em Êxodo 22 vemos que um homem que se deita com uma moça não noiva e virgem, que se encontra ainda na casa do pai, não peca, pois não é prescrito morte para ele (como já tratamos no nosso texto “O que é a Lei de Deus?”). Ora, isso não quer dizer que algo não precise ser feito. Os filhos de Jacó não tiveram misericórdia de Siquém e o mataram, porém, a lei de Deus, que é cheia de misericórdia, quer poupar a vida do homem, e estabelece que ele deve resolver somente com o pai da moça e não deve ser morto, e sim apenas pagar uma compensação do dote da moça. Contudo, como ele não é casado com ela, deve tomá-la por mulher (e não morrer – algo que seria feito por Siquém se os filhos de Jacó não interferissem, pois não tiveram a misericórdia de Deus).

A filha do homem cometeu *zanah*, ou fornicação, mas nem ela e nem o moço devem morrer, e sim se casarem. Porém, quando pensamos que as coisas se findaram, vemos que o pai também pode recusar que o homem se case com sua filha, ainda que, na verdade, o moço deva pagar o dote, pois tirou a virgindade da moça. Assim, mesmo sem o casamento, não há qualquer morte no texto, que apenas prova que houve um ato de desonra por parte do homem, ao tirar a virgindade da moça, a humilhando. A escritura é clara, e exemplifica isso tanto pela história de Siquém quanto pela lei específica em Êxodo. Assim, se o pai *sabe* que houve uma relação, eles não pecam, desde que o pai tome uma ação.

#### *Sem ação do pai*

Contudo, pode ser que o pai da moça nunca saiba (ou nunca faça nada) que ela se deitou com um rapaz e, um dia, ela decida se casar: o que a bíblia especifica para mostrar o que deve ser feito? É simples:

*Quando um homem tomar mulher e, depois de coabitar com ela, a desprezar, e lhe imputar coisas escandalosas, e contra ela **divulgar má fama**, dizendo: Tomei esta mulher, e me cheguei a ela, **porém não a achei virgem**; [...] se isto for verdadeiro, isto é, que a virgindade não se achou na moça, então levarão a moça **à porta da casa de seu pai, e os homens da sua cidade a apedrejarão**, até que morra; pois fez loucura em Israel, **prostituindo-se na casa de seu pai**; assim tirarás o mal do meio de ti (Deuteronômio 22:13, 14, 20, 21).*

Aqui temos uma situação curiosa: o texto mostra que se prostituir (ou fornicar) na casa do pai é pecado, quando isso não é revelado ao pai e, por isso, a moça deve morrer – o homem não morre porque se esperaria que a moça contasse ao pai e este exigisse o pagamento do dote. Deus está mostrando que, tendo o pai conhecimento da circunstância, ninguém deve morrer, antes, salvaria a vida de todos, pois só há pecado quando a Lei pune com morte. Aqui, porém, a moça morre na frente da casa do pai (pois não se sabe também se ele concordou com isso, provando que uma moça fazer sexo sob autoridade do pai sem casamento se torna pecado ao ela se casar com *outro homem*).

Interessante que, quando José soube que Maria estava grávida quis não “divulgar má fama contra ela” (Mt 1:19). Se ele se deitasse com ela e se provasse sua suposta não virgindade, ela deveria morrer. Portanto, para que ela não morresse, ele intencionou deixá-la, pois, assim, o homem que se deitou com ela apenas deveria pagar o dote, e ela não morreria. Contudo, o anjo o avisa que deve tomá-la por esposa (o que a poria em risco, claro – afinal, quanto tempo faltava para o casamento? [e já estava grávida?]) É provável que todo mundo tenha aceitado que José teve relações antecipadas com Maria).

#### *Com aprovação do pai*

Contudo, suponha que um pai note que dá para ganhar um bom dinheiro com alguns dotes pagos? A Lei se antecipa a isso, e prova que um pai não pode fazer sua filha se prostituir:

*Não contaminarás a tua filha, fazendo-a prostituir-se; para que a terra não se prostitua, nem se encha de maldade. (Levítico 19:29)*

Este caso é único, temos um pai buscando prostituição para a própria filha. E aqui sabemos que o interesse dele pode ser tanto cultural quanto não cultural (já vimos isso em Dt 22), portanto, se for cultural (algo favorecido pelo contexto), ele estará levantando a ira de Deus contra a terra; se não for, estará fazendo a filha pecar por ter relações sexuais sob a autoridade dele (como vimos em Dt 22).

É difícil para nós compreendermos estas leis porque não foram tratadas novamente no Novo Testamento, visto que não havia circunstância necessária para o tratamento delas. Portanto, precisamos reconhecer que a Lei de Deus é suficiente para sabermos o que é o pecado, como o próprio Apóstolo Paulo nos contou em Gálatas 5. E isso nos leva aos pontos abaixo:

- Sexo cultural é proibido em qualquer circunstância;
- Sexo na casa do pai, mas se casar com o homem ou ser impedida pelo pai não é pecado;
- Sexo na casa do pai sem seu conhecimento ou com aprovação deste é pecado (lembrando que só é pecado no momento em que a moça vai se casar com outro homem);

## SACERDOTE

Naturalmente, as moças comuns estavam limitadas à propriedade do pai, ou seja, se mora com o pai, não pode se prostituir. Contudo, para a filha do sacerdote a regra era muito mais estrita, pois estava vinculada por sangue ao sacerdócio, ainda que ela mesma não pudesse exercê-lo. Na verdade, o próprio sacerdote tinha regras mais estritas no geral em relação ao povo comum. Assim, vemos:

*Não tomarão mulher prostituta ou desonrada, nem tomarão mulher repudiada de seu marido; pois santo é a seu Deus. (Levítico 21:7)*

Um sacerdote não poderia se casar com mulher que não fosse virgem. E não havia arrependimento que mudasse isso, pois a virgindade não é medida pelo comprometimento, e sim pelo fato de a moça nunca ter tido um pênis em sua vagina. O ponto central, contudo, é que um sacerdote não podia se casar com uma mulher prostituta ou “ex prostituta”.

Obs.: O sacerdócio aponta Cristo, o que torna o assunto dessa lei de Levítico em sombra: ou seja, Cristo não se casaria com uma igreja prostituta (culturalmente falando). Por outro lado, mesmo Cristo sendo o sumo sacerdote, ele teve, em sua genealogia, uma prostituta – Raabe: o que também aponta a sombra dessa lei.

*E quando a filha de um sacerdote começar a prostituir-se, profana a seu pai; com fogo será queimada. (Levítico 21:9)*

Este texto também possui uma dificuldade: estaria falando de prostituta comum ou cultural? O fato de se utilizar o termo “profana” (הלל - halal) nos faz crer que esteja se tratando do caso de uma prostituta cultural. Também pensando no caso de ser a única

pessoa punida com fogo nos faz supor isto. Porém, mesmo se o texto falar de prostituição no sentido amplo, o que temos é a limitação unicamente à filha do sacerdote. E, naturalmente, as “filhas de Cristo”, na verdade, são filhas de Sião, que não podem se prostituir culturalmente – mostrando que Deus trataria com mais rigor quem se dedicasse a este pecado na Nova Aliança. O que nos aponta as seguintes conclusões:

- Sexo cultural é proibido em qualquer circunstância;
- Sexo na casa do pai, mas se casar com o homem ou ser impedida pelo pai não é pecado;
- Sexo na casa do pai sem seu conhecimento ou com aprovação deste é pecado (lembrando que só é pecado no momento em que a moça vai se casar com outro homem);
- ~~Filha do sacerdote não pode se prostituir;~~ (que riscamos para apontar que não é o sentido atual do texto).

## PROSTITUIÇÃO DA ESPOSA

Por definição sabemos que uma mulher casada comete adultério ao ter relação com outro homem, contudo, pode ocorrer de que, na verdade, ela se deite com vários homens e até receba dinheiro por isso. O que o texto bíblico diz? Ela comete prostituição e adultério. Este é o caso claro de Oséias que já vimos e, portanto, claramente é pecado. O próprio livro de Oséias, contudo, explica o que significa a prostituição da sua esposa:

*porque eles mesmos com as prostitutas se desviam, e com as meretrizes sacrificam; pois o povo que não tem entendimento será transtornado. (Oséias 4:14)*

A prostituição de uma esposa é sombra da prostituição idólatra de Israel. Os homens, junto com as prostitutas e no seu ato sexual, sacrificavam aos deuses, pois não tinham entendimento, não conheciam a Deus – e sem o conhecimento de Deus o povo perece (é isso o que significa essa passagem – Os 4:6).

É por causa dessas passagens que os autores modernos acham que “prostituição” na bíblia inclui adultério, quando, na verdade, **apenas sinaliza um adultério repetido com homens distintos ou recebendo paga por isso**. Portanto, devemos entender que a prostituição da esposa é o agravamento do adultério. Nos fazendo notar os pontos abaixo:

- Sexo cultural é proibido em qualquer circunstância;
- Sexo na casa do pai, mas se casar com o homem ou ser impedida pelo pai não é pecado;
- Sexo na casa do pai sem seu conhecimento ou com aprovação deste é pecado (lembrando que só é pecado no momento em que a moça vai se casar com outro homem);
- ~~Filha do sacerdote não pode se prostituir;~~ (que riscamos para apontar que não é o sentido atual do texto).
- Esposa se prostituir é pecado, pois é adultério.

## PROSTITUIÇÃO FORA DESSAS CARACTERÍSTICAS

O ponto, porém, é que falta um tipo de prostituição que não foi tratada em nenhum texto, e é nela que chegaremos agora: a prostituição comum. Precisamos ser sinceros com

o texto e entendê-lo na forma como ele condena as coisas. Não podemos esticar seus significados tanto quanto não podemos diminuir o seu sentido e peso, portanto, ao tratarmos da prostituição comum abaixo, um choque será “recebido” por aqueles que sempre leram as Escrituras de modo descuidado.

#### *Fora das características*

Primeiro note que a Lei não condenou, até o momento, a prostituição comum, pois foi muito clara nos tipos de coisa que condena e nos tipos que permite. Assim, por exemplo, se uma mulher/moça se prostitui sem morar com o pai e sem prestar culto a alguma divindade com o sexo, então não existe razão na lei bíblica para chamar isso de pecado. Além disso, já somos sinalizados em Êxodo 22 que uma moça não peca imediatamente por fazer sexo com alguém com quem não é casada; do contrário, o texto exigiria a morte do homem e da mulher, como se faz no caso do adultério (Lv 20:10).

Também não podemos, a partir do mandamento que proíbe o adultério, deduzir que se proíbe qualquer tipo de prostituição, pois nunca isso ocorre nas escrituras, nem no novo e nem no antigo testamento. Como vimos, na verdade, existe forte diferença entre ambos os termos, que se cruzam somente no ato sexual de uma esposa rebelde ou que quer ganhar dinheiro pelos prazeres com outros homens.

#### *Juízes*

Contudo, se não bastasse, temos relatos bíblicos de prostituição fora das características mencionadas acima, começando já em Juízes 16:1:

*E foi Sansão a Gaza, e viu ali uma mulher prostituta, e entrou a ela. [...] Então ela [Dalila, não a prostituta] o fez dormir sobre os seus joelhos, e chamou a um homem, e rapou-lhe as sete tranças do cabelo de sua cabeça; e começou a afligi-lo, e retirou-se dele a sua força. E disse ela: Os filisteus têm sobre ti, Sansão. E despertou ele do seu sono, e disse: Sairei ainda esta vez como dantes, e me sacudirei. **Porque ele não sabia que já o Senhor se tinha retirado dele.** (Juízes 16:1, 19, 20)*

O que fez o Senhor se retirar de Sansão? (a) ter se deitado com uma prostituta comum ou (b) ter quebrado o voto de nazireu? (Jz 13:5). Muita gente, é verdade, diz que este texto de Juízes 16 é um progresso para a queda, ou seja, que Deus foi misericordioso com Sansão até que ele caísse completamente na quebra do voto – porém, isso é só uma inferência falsa do texto, já que nada nele sinaliza isso, visto que Deus *só o abandona após o corte de suas tranças*. Nem mesmo quando mentia sem falso testemunho ele foi abandonado, como já notamos em nosso texto acima sobre a mentira.

O texto de Juízes ensina algumas coisas, e uma delas é de que quebrar um voto é algo grave, enquanto mentirinhas bobas e deitar-se com prostituta (algo que **nós consideramos grave, porque julgamos pelo que se vê**) não são coisas com que Deus se preocupa.

E mais interessante é o motivo de ser dito neste texto que Sansão se deitou com uma prostituta em Gaza logo antes de conhecer Dalila. Ora, por qual razão Deus quis que soubéssemos dessa ação de Sansão? A resposta é óbvia: uma prostituta é melhor do que

uma mulher que leva um homem a quebrar seus votos. A última é razão de pecado, a primeira não é.

*Era então Jefté, o gileadita, homem valoroso, porém filho de uma prostituta; mas Gileade gerara a Jefté. (Juízes 11:1)*

O fato de Jefté ser filho de uma prostituta fez com que seus irmãos o odiassem. Contudo, Jefté não só figura entre os heróis da fé, mas seu nascimento e crescimento é prova de que Deus não condenou a Gileade. Explico: quando Davi se deitou com Bate-Seba, o resultado foi a morte do filho, sete dias depois de nascido (ou seja, um dia antes de poder ser circuncidado), de modo que Deus tratou o ato adúltero de Davi como tão repugnante que até o filho nascido dessa relação morreu. Por outro lado, quando Davi já estava casado com Bate-Seba (após a morte do marido desta), Deus deu aos dois Salomão, que não nasceu de adultério, e sim de uma relação lícita. O mesmo princípio deve ser aplicado ao caso de Jefté (caso isso não te convença, veja também Gn 19:30-38; Jz 3:12-15 [mostrando que os moabitas eram maus]; Jz 3:13 [mostrando que os amonitas eram também maus] – a narrativa busca mostrar que os filhos nascidos do pecado ou morrem ou são maus; poderia ser este o caso de Jefté? Claramente não). Portanto, Jefté não teve “pecado dos pais visitado nos filhos” porque não houve pecado da parte do pai dele.

Obs.: Deus – não nós – visitava o pecado dos pais nos filhos (Êx 20:5), de acordo é provado na história de Davi e das filhas de Ló, de quem descenderam nações ímpias. No AT Deus fazia isso, pois era parte da maldição dele sobre o pecado, *contudo, mesmo Deus pessoalmente visitando o pecado dos pais nos filhos, ele não permitia que os homens punissem os pecados dos pais nos filhos* (Dt 24:16). Porém, em Jeremias (Jr 31:29-32), Deus promete que tal coisa não mais ocorreria no NT, garantindo liberdade da maldição que havia até mesmo sobre os crentes.

## 1 Reis

Ora, falta provar que uma prostituta que não mora com pai, não for casada e não presta honra a outros deuses com seu sexo é aceita por Deus em seu reino, então, vejamos:

*E, se andares nos meus caminhos, guardando os meus estatutos, e os meus mandamentos, como andou Davi teu pai, também prolongarei os teus dias. E acordou Salomão, e eis que era sonho. E indo a Jerusalém, pôs-se perante a arca da aliança do Senhor, e sacrificou holocausto, e preparou sacrifícios pacíficos, e fez um banquete a todos os seus servos. Então vieram duas mulheres prostitutas ao rei, e se puseram perante ele. (1 Reis 3:14-16)*

Após Salomão pedir sabedoria a Deus o que foi utilizado como primeiro teste dele? O texto é claro, duas prostitutas. Aqui é importante você notar que o foco do texto é mostrar que no capítulo 3 de 1 Reis Salomão segue a lei de Deus, os seus mandamentos e sua sabedoria. Portanto, se Salomão não matar as duas prostitutas (que estejam nas circunstâncias que dissemos acima) estará pecando contra a lei ou, se elas não se enquadrarem nesta estrutura que passamos acima, e ele as matar, então estará pecando contra a lei de Deus. Mas o que ocorre?

*E disse-lhe uma das mulheres: Ah! senhor meu, eu e esta mulher moramos numa casa; e tive um filho, estando com ela naquela casa. (1 Reis 3:17)*

Ora, uma das prostitutas começa dizendo imediatamente que não mora com os pais, mas sim com a outra prostituta em uma casa que é somente delas. Naturalmente isso elimina qualquer punição sobre elas atrelada à presença do pai na mesma casa. O que, evidentemente, não excluiria outros dois casos: como serem filhas de sacerdote ou prestarem culto com sexo; contudo, o texto não trata disso e, portanto, podemos eliminar essas informações, que seriam extremamente importantes serem ditas.

*E todo o Israel ouviu o juízo que havia dado o rei, e temeu ao rei; porque viram que havia nele a sabedoria de Deus, para fazer justiça. (1 Reis 3:28)*

Após a decisão de Salomão o que ficou claro? Que ele possuía a justiça e sabedoria, portanto, se elas devessem ser mortas, ele estaria sendo injusto. Mas talvez você não tenha ainda percebido um detalhe: Salomão era uma sombra do reino de Deus, de modo que Israel prefigurava o reino de Deus e Salomão a Cristo. Dessa forma, estas duas prostitutas eram prostitutas sob o reino de Deus, provando, de modo claro, que em seu reino isso não é pecado, embora seja, claramente, um tipo de desonra.

Obs.: é interessante como a *desonra* é vista na bíblia. Ela não é um pecado, mas não é cultural. Eventualmente mesmo outros povos reconhecem desonras, como exemplo, Heródoto (um grego), em sua obra “*História*”, afirma que o fato de todas as moças virgens da Babilônia perderem a virgindade com um estranho é uma coisa vergonhosa – enquanto, porém, os próprios babilônicos não viam vergonha nisso. Tal coisa só prova que a desonra não é sempre algo geral, e pode estar em culturas muito distintas de modo até semelhante, por reconhecerem algumas coisas básicas da natureza. Dessa forma, a prostituição é uma vergonha e desonra nas Escrituras, pois viola a estabilidade e a necessidade básica de a mulher não ser compartilhada por vários homens, contudo, não é um pecado, pois Deus nunca estabeleceu a morte para isso.

Você pode dizer: ora, Salomão não matou as prostitutas para mostrar que a lei é misericordiosa com pecadores. Isso é absurdo, pois a lei não é misericordiosa no vácuo, ela estabelece que pecadores arrependidos podem eventualmente não serem punidos como merecem, porém, o que vemos não são duas prostitutas arrependidas, porque não havia razão para se arrependerem, visto não praticarem pecado.

Mas existe alguma pena por causa da prostituta comum? O que posso perder com ela?

*Por uma prostituta o máximo que se paga é um pedaço de pão, mas a adúltera anda à caça de vida preciosa. (Provérbios 6:26)*

Muitos dirão que é um texto de difícil tradução, o que não é exatamente verdade. O problema é que é difícil dos tradutores aceitarem o que o texto diz simplesmente, já que acreditam que tanto a prostituta quanto a adúltera matam aqueles com quem se deitam. Porém, mesmo se pegarmos em termos de maior literalidade, o que veremos?

*“Por causa de uma mulher prostituta procura-se um pedaço de pão, e a adúltera caça a vida preciosa”.*



A lógica seria simples no paralelismo que o texto apresenta: ou a prostituta procura um pedaço de pão, ou faz um homem procurar um pedaço de pão (pois empobreceria ao gastar no sexo), enquanto que a adúltera *caça* a vida de um homem. Qualquer modo que você interprete, portanto, fica claro que o texto não só distingue entre prostituta e adúltera, mas também distingue entre as consequências: uma mata, a outra só faz seu dinheiro ser gasto (portanto, não é pecado). Se isto não lhe é suficiente, note:

#### *Prostituta comum no NT*

*Disse-lhes Jesus: Em verdade vos digo que os publicanos e as meretrizes entram adiante de vós no reino de Deus. (Mateus 21:31)*

É notável que Jesus nunca disse: “adúlteros e ladrões” entram no reino de Deus antes de vós [fariseus], pois nenhum adúltero ou ladrão pode entrar no reino de Deus. Contudo, um publicano pode entrar no reino sendo publicano, ou você acha que Zaqueu deixou de ser publicano? Ele apenas deixou de ser ladrão! (Lc 19:1-10). Ora, Zaqueu prometeu devolver até 4 vezes o que furtou, de acordo à lei de Deus, e não a deixar de ser publicano (Lc 19:8; Êx 22:1).

Deveríamos, claramente, notar que uma prostituta comum (traduzido como “meretriz” neste texto) também deva ter as mesmas regras. Se o reino de Deus aceita um publicano que cobra impostos para um império oposto ao próprio povo de Deus (algo certamente no limiar do acerto e erro), é óbvio que uma prostituta comum, se se enquadrar nas permissões da lei não pode ser condenada – ela pode herdar o reino de Deus junto com você, que é limpinho, não atue como um fariseu, que fechava o reino às prostitutas e publicanos. Jesus – que sempre atuou em acordo com a Lei – estava mostrando que prostitutas e publicanos entravam nos céus, mesmo com adúlteros e ladrões não entrando neste mesmo céu (1 Co 6:10). Essa é a clara distinção feita pelo texto, para que nós mesmos saibamos dividir uma coisa da outra.

#### *Os casos de Provérbios*

Apenas note que quando o texto fala de mulher prostituta ou “estranha” está, na verdade, falando da casada (Pv 2:16, 17; 7:5-19 [note as ênfases]). Este caso é claro no capítulo 23:27, no qual o termo “estranha” reaparece apontando uma mulher casada que sai a se prostituir. Em nosso livro sobre o Casamento voltaremos ao assunto.

#### *Hebreus*

*Venerado seja entre todos o matrimônio e o leito sem mácula; porém, aos que se dão à prostituição, e aos adúlteros, Deus os julgará. (Hebreus 13:4)*

Este texto é o único que aparentemente realmente condena qualquer tipo de prostituição. Mas, além do fato de ele distinguir entre prostituição e adultério, nota-se que os termos estão, literalmente, no modo nominativo e no masculino (tratando só dos homens), ou seja, “porém, os que são prostitutos e adúlteros...”. Qual o sentido de adúltero? Um homem que, quer seja solteiro ou não, se deita com uma mulher casada. Assim,

naturalmente, ele está eliminando os casos que não envolvam casamento com esta palavra.

Contudo, isso não responde nada sobre a prostituição. O ponto é que tudo deve girar em torno do que já foi tratado acima: qual tipo de prostituição é condenada? Se o autor da carta condenar a prostituição comum, então contradirá a Lei, da qual mostra intenso conhecimento por toda a carta. Por outro lado, como se fala de “prostituto” e “adúltero”, no masculino, nota-se que o autor está condenando aquela mesma prática de Dt 23:17, 18, no qual o homem é prostituto para culto. Assim, a conclusão seria:

“Venerado seja entre todos o casamento e a cama sem mancha” (ou seja, que se casem para evitar a prostituição cultural [cf. 1 Co 7:2 {no contexto seguinte à prostituta cultural}]). “Porém, aos prostitutas” (culturais) “e aos adúlteros” (ou seja, que se deitam com mulheres casadas), Deus julgou (no passado, pois se cumpriu, e agora apenas morrem). O sentido de Hebreus não pode ser acrescentar à lei de Deus. Se o Novo Testamento veio acrescentando uma lei nova, então acabou por cair no que a lei de Deus condena, o de que acrescentar mandamentos à ela é pecado (Dt 4:2).

Os homens dizem que somos liberais, mas quando falamos que o divórcio não desfaz casamento dizem que somos legalistas. Eles querem cantar enquanto choramos e chorar enquanto cantamos. Isso é absurdo! A lei de Deus proíbe poucas coisas para que, as que proíbe, sejam realmente impedidas em sua prática. O objetivo de Deus não é um povo cheio de regras, mas sim um povo santo. Estes que criam muitas regras nunca conseguem deixar de ser hipócritas, porque acabam por priorizar as coisas menores e esquecem-se das maiores. Portanto, para que não deixem de nos acusar de “liberais” (o que quer que signifique essa acusação), ainda trataremos, abaixo, da pornografia.

- Sexo cultural é proibido em qualquer circunstância;
- Sexo na casa do pai, mas se casar com o homem ou ser impedida pelo pai não é pecado;
- Sexo na casa do pai sem seu conhecimento ou com aprovação deste é pecado (lembrando que só é pecado no momento em que a moça vai se casar com outro homem);
- ~~Filha do sacerdote não pode se prostituir;~~ (que riscamos para apontar que não é o sentido atual do texto);
- Esposa se prostituir é pecado, pois é adultério;
- Prostituição comum não é pecado.

## PORNOGRAFIA E MASTURBAÇÃO

Sócrates dizia para irmos até onde o argumento nos levar. Nós, contudo, temos coisas mais importantes do que questões filosóficas para tratar e, portanto, podemos dizer não sobre a filosofia, mas sobre as Escrituras: devemos ir até onde o texto nos levar. Assim é que abaixo iremos além, em busca de esclarecer este assunto. Perdoe-nos o leitor, por parecer grande o conteúdo, porém, infelizmente, precisamos avançar e lutar, explicando o que é necessário, embora no mínimo possível.

*Masturbação*

Não existe na escritura qualquer coisa que condene a masturbação. Porém, existem basicamente dois ou três textos que são utilizados, aos quais olharemos brevemente.

O primeiro texto é o caso de Onã (Gn 38), que gerou até uma coisa chamada “onanismo”, como um sinônimo para masturbação. Porém, o problema com Onã foi outro, veja:

*Quando irmãos morarem juntos, e um deles morrer, e não tiver filho, então a mulher do falecido não se casará com homem estranho, de fora; seu cunhado estará com ela, e a receberá por mulher, e fará a obrigação de cunhado para com ela. E o primogênito que ela lhe der será sucessor do nome do seu irmão falecido, para que o seu nome não se apague em Israel. Porém, se o homem não quiser tomar sua cunhada, esta subirá à porta dos anciãos, e dirá: Meu cunhado recusa suscitar a seu irmão nome em Israel; não quer cumprir para comigo o dever de cunhado. Então os anciãos da sua cidade o chamarão, e com ele falarão; e, se ele persistir, e disser: Não quero tomá-la; então sua cunhada se chegará a ele na presença dos anciãos, e lhe descalçará o sapato do pé, e lhe cuspirá no rosto, e protestará, e dirá: Assim se fará ao homem que não edificar a casa de seu irmão; e o seu nome se chamará em Israel: A casa do descalçado. (Deuteronômio 25:5-10)*

A lei do levirato exigia que o irmão se casasse com a cunhada cujo marido acabou de falecer, se este fosse irmão do homem que deve praticar o levirato. Onã, contudo, no momento de praticar isso, jogava o sêmen na terra, “sabendo que a descendência não seria dele” (Gn 38:9). Ora, ele poderia, para não morrer, ter recusado tomar a viúva, de modo que não morreria, apenas teria seu nome humilhado entre os familiares – porém, pecou, ao tomar o voto e se recusar a cumpri-lo.

Como deve ser óbvio, o texto de Gênesis mostra que a quebra do voto é o pecado, e Deuteronômio 25 quer impedir que mais homens morram por quebrar tal voto inadvertidamente. O fato de Dt 25 se encontrar num contexto que amplamente trata de justiça, mas especificamente trata de honra masculina, deve tornar isso mais interessante, já que a não prática do levirato apenas humilha um homem (assim como chicotear acima do necessário, ou uma mulher parar uma briga pegando um homem pelo pênis etc.). O “onanismo” nada mais seria que aceitar o levirato e não o praticar.

*Por isso digo: Vivam pelo Espírito, e de modo nenhum satisfarão os desejos da carne. (Gálatas 5:16)*

Em Gálatas 5:20 em diante Paulo diz quais são os desejos da carne, e nenhum deles inclui masturbação.

*vocês se abstenham dos desejos carnis que guerreiam contra a alma. (1 Pedro 2:11)*

Os desejos carnis foram definidos no contexto de 1 Pd 2, mostrando que o interesse na violência sexual e em outros homens é o que está em vista (naturalmente, isso implica que se masturbar pensando em outro homem ou em forçar alguém seja pecado, não por causa da masturbação, mas do desejo pecaminoso). O ponto é que não existe texto que diga ser a masturbação pecado, o que, claramente, permite que na mente de um indivíduo a prostituição seja praticada sem pecado, desde que fugindo daquilo que é pecado.

Obs.: veja que irônico. Entre os gregos a masturbação era vista como algo praticado pelos de fora, uma inferioridade, incapacidade e o suficiente para um homem ser desprezado e uma mulher não ser confiável. Porém, estes mesmos gregos não se furtavam às relações culturais com sexo, nem aos bacanais (festas com comida dedicada aos deuses, como Baco), nem às idolatrias abomináveis, de modo que Sócrates, tido por grande sábio, ainda pediu que se sacrificasse um animal a outros deuses por ele antes de morrer. Estes homens que tratavam a masturbação como falta de auto controle, eles mesmos idolatravam e praticavam coisas abomináveis que nem se comparam com a masturbação.

*Também o homem, quando sair dele o sêmen da cópula, toda a sua carne banhará com água, e será imundo até à tarde. Também toda a roupa, e toda a pele em que houver sêmen da cópula se lavará com água, e será imundo até à tarde. E também se um homem se deitar com a mulher e tiver emissão de sêmen, ambos se banharão com água, e serão imundos até à tarde. (Levítico 15:16-18)*

Em Levítico 15, mostrando que a semente (ou o sêmen) do homem estava impura (e por isso o Messias só poderia nascer virginalmente, já que não nasceria da impureza), evidencia algumas coisas sobre o assunto. O texto especifica que, quando um homem se deitava com uma mulher, ficava impuro, contudo, para que não pensemos que o sexo é que o tornava impuro, o texto já começa dizendo que o sêmen, mesmo *sem sexo*, se caísse sobre algo, tornava aquilo impuro. É claro, poderíamos argumentar a favor do fato de existir a poluição noturna, na qual um homem emite sêmen dormindo e sem sexo. Contudo, difícil seria para alguém saber que soltou sêmen se se enrolasse em vários tecidos... com o texto presumindo que o homem saiba exatamente onde o sêmen dele caiu. Ora, o texto, na verdade, está pressupondo que o homem viu onde o sêmen dele caiu para separar isso do que é santo. O livro de Levítico, portanto, não só está disposto a aceitar que homens se masturbem, mas até espera que isso irá ocorrer naturalmente.

#### *Argumentos gerais*

Aqui eu sei que vários homens começam a nos acusar de defender, por exemplo, o egoísmo, afinal, masturbação seria egoísmo, não é? Será que essas pessoas não sabem o que seria egoísmo? Tirar de alguém algo que o pertence, ou privar alguém de alguma coisa que lhe seja devido: a quem um rapaz solteiro deve seu sêmen? O estoque é limitado? Pior, mesmo no caso de um homem casado, está a mulher disposta todas as vezes a fazer sexo com ele (embora devesse)? Por este padrão, a mulher é que estaria sendo egoísta. Chamam de egoísmo porque não veem na bíblia nenhum pecado real pelo qual chamar.

Outro problema é o tal do “vício”, que veremos abaixo, mas, alinhado a isso, dizem que homens que se masturbam perdem o controle da ejaculação, os fazendo ejacularem rápido demais no momento do sexo. Ora, além de não ser pecado ejacular rápido, será que essas pessoas nunca ouviram falar dos homens que se valem da masturbação para *aumentar* o tempo que levam para ejacular? É tudo uma questão de controle e treino correto.

Obs.: a masturbação feminina é mais complicada, pois ela pode romper o hímen (tirando as provas de virgindade), porém, não é incomum que mulheres se masturbem pela parte

externa da vagina, evitando uso de penetração com o próprio dedo ou “brinquedos” (algo que cremos ser auto evidente depois de tudo o que falamos acima). Porém, mulheres casadas não devem fazê-lo pensando em outro homem, afinal, isso é desejar o adultério! Eu não tenho culpa que a Escritura, embora dê mais liberdade do que os homens habitualmente pensam, não a dê igualmente a homens e mulheres. Além disso, no que diz respeito à masturbação masculina, o interesse maior de a impedir é das mulheres, porque sem masturbação é mais fácil conduzir os homens pelos desejos delas – quanto mais você entender isso, mais irá notar em como elas odeiam porque se sentem “desprezadas”, já que agora você não estará sob os desejos delas.

### *Pornografia*

Não é verdade que não existia “pornografia” na época de Moisés, não no que diz respeito à parte essencial dela: ver duas pessoas fazendo sexo. O fato de isso se dar por meio de tela não a torna algo novo, embora o meio o seja. Contudo, nunca na Lei houve qualquer proibição para se ver duas pessoas (dentro das permissões da lei) fazendo sexo. Isso é absurdo. O sexo não é algo que precisa ser ocultado dos olhos, apenas os romanos limpinhos que tinham essas preocupações e as passaram para a igreja.

Obs.: na realidade, até fins da Idade Média, o sexo era visível e extremamente público, se comparado a como se tornou a partir do séc. XVIII. Não era incomum que houvesse sexo ao ar livre, em frente de criados ou mesmo diante de adolescentes. O que chamamos de “Processo Civilizatório” começou em fins da Idade Média e incluiu em si uma restrição à vida que passou a ser “privada”. O momento em que isso se inicia é, também, o momento em que dizem ter surgido o pré-feminismo com interesses de liberação sexual. A verdade é que não surgiu um “pré-feminismo” ali, eram apenas pessoas querendo viver como sempre viveram, que agora estavam vendo um interesse grande da corte em limitar essa liberdade natural delas.

#### • Pornografia como bloco:

Se não bastasse, todo mundo vê a pornografia como um bloco fechado, como se o que um indivíduo faz implicasse em que toda a indústria faça igual. Não só isso não é verdade, como atrizes e atores (filiados a empresas) costumam ter frequentes exames e cuidados pessoais *acima da média nacional*. É claro que existe a produção independente, da qual é difícil saber muita coisa, e que frequentemente envolve cativo, abusos, entre outras coisas, mas não é verdade no total. A pornografia não é um bloco, o que ocorre de abuso em um lugar, não necessariamente ocorre em outro. E mais, ninguém pode deduzir que mesmo que uma produtora abuse de alguém ou que alguém se valha de “medicamentos” para conseguir performar os atos que a pornografia estará errada. Que mentalidade emburrecida é essa que culpa uma indústria complexa por causa até do que alguma empresa faz?

Contudo, deve-se ter cuidado, pois o pecado está a um clique: é fácil cair em um vídeo de sexo anal (um pecado contra a natureza do corpo), ou com animais (algo fortemente condenado) etc., então, é bom que haja um controle pessoal nisso.

- Tudo culpa da Pornografia:

Ah, e você já culpou a pornografia por algo hoje? Todos os dias, todo mundo, quer culpar as maldades do mundo na pornografia. E isso não é novidade, Rushdoony, em seu livro sobre a Política da Pornografia, deu um jeito de culpar até males políticos por causa dela. Mortes, assassinatos, falta de amizade entre homens, mulheres abusadas etc., tudo entra na conta, como se o aparente aumento dessas coisas se devesse à pornografia. E não só falta um estudo que comprove estas coisas, mas no geral isso só prova que essas pessoas andam pensando na pornografia e estão relacionando-a a todos os males, buscando forças para vencê-la (como se fosse uma maldade). E já vimos de tudo: “não existe amizade entre homem e mulher por causa da pornografia”; “os homens não se cumprimentam como antigamente por causa da pornografia”; “interpretar alguns atos sexualmente é por causa da pornografia”... tudo é pornografia.

Que Deus nos conceda capacidade para separar uma coisa da outra: a pornografia não é causadora de nenhum mal de que a acusam. Quem precisa comprovar que existe relação entre a pornografia e os problemas atribuídos a ela são os acusadores.

- Falsas expectativas:

“Pornografia cria falsas expectativas sexuais”... por acaso você já viu um site pornográfico? A maior parte das pessoas se quer são bonitas ou têm corpo “suntuoso”, e as que têm não são fáceis de serem achadas. Agora, se você pensa que a “expectativa” seja em relação a um sexo ensaiado... meu amigo, quem tem falsas expectativas é você. Só adolescentes criariam falsas expectativas por causa da inexperiência, mas um adulto sabe como é o sexo (sem contar que boa parte dos vídeos claramente alertam que tudo ali é ensaiado ou não corresponde à realidade – ou você acha que de repente sua professora vai parar de dar aula pra dar outra coisa?).

Imagine, agora, que você tenha assistido um vídeo da Alexis Texas, ou por acaso da Madison Morgan ou, ainda, da Brandy Renee; quem sabe você viu Kesha Ortega no hospital, ou a Valerie Kay numa roupa especial perto da piscina; ou mais, talvez gostou do corpo da Summer Hart ou da Susy Gala; você acha realmente que o indivíduo sairá desse vídeo pensando que fará sexo com uma mulher como elas ocorrendo as mesmas circunstâncias ou coisas semelhantes ao que ocorre nos vídeos? Quem está com os pés fora da realidade são os que acusam os homens de verem pornografia de estarem com os pés fora da realidade.

- Tira desejo... ou aumenta desejo:

“Pornografia tira seu desejo por pessoas reais”... “com certeza”, você já viu um vídeo pornográfico e sentiu seu desejo por outras pessoas diminuir? Além disso, todo mundo num vídeo desse é real, embora seguramente estejam separados de você por pixels, o que é uma vantagem! Afinal, se masturbar para pixels é muito melhor do que correr o risco de ser julgado publicamente por quem crê que a pornografia é algo errado.

Agora imagine você ser o dia todo atormentado com a ideia de que a pornografia faz mal e é pecado, e então se deitar com sua esposa depois de, talvez no dia anterior, ter assistido um vídeo pornô? Como você acha que será a função erétil desse homem que se sente culpado justamente por causa de questões sexuais? Faltaria tempo para explicar que ansiedade e estresse ou coisas semelhantes que seriam, supostamente, fruto da pornografia, nada mais são do que fruto de culpa e sentimentos de impotência, baseados na sensação de que a pornografia seja pecado... Claramente não terá uma relação prazerosa, sendo feita com vergonha (quantos gatilhos...)

Nem há coerência entre essas pessoas, porque na verdade a masturbação vinculada à pornografia pode tanto diminuir quanto aumentar o desejo, a depender de como é sua utilização. Mas, dependendo do que querem enfatizar, dirão: “vai diminuir o desejo” (pra dizer que vai gostar menos da esposa ou de mulher); ou dirão “vai aumentar o desejo” (para dizer que a pornografia aumenta os casos de estupro). Esse pessoal precisa se decidir.

- Efeito, não causa:

É mais fácil dizer que a pornografia é um efeito do que uma causa: efeito de um mundo em que as mulheres estão supervalorizadas e, por isso, é difícil se casar com uma, ou a que se casa possui tantos requisitos e “poréns” que se torna impossível conseguir uma noite normal de sexo. Não seria uma desvalorização das mulheres que levou o homem à pornografia, mas o contrário: com as mulheres se tornando difíceis e com muito mais amor próprio, os homens passaram a cada vez mais temer se relacionarem com elas buscando os meios mais fáceis e seguros (afinal, tudo hoje é estupro ou pode resultar em “pagamento para a mulher”). Permitir a pornografia é até mesmo um ato de misericórdia, pois garante que o homem não fique desesperado em absoluto com tudo isso.

Não é incomum que estudos supostamente imparciais sejam conduzidos utilizando dados sobre “disfunção erétil” e “falta de apetite sexual” como prova de que a pornografia tem causado essas coisas. Porém, não só falta uma meta análise nestes estudos, como também eles são conduzidos por uma pressuposição de que a pornografia é algo errado, quando, na verdade, estes mesmos estudos deveriam ser conduzidos com o fim de *concluir se* a pornografia causa ou não danos à vida sexual. Conquanto os pressupostos dos indivíduos possam ser inegáveis, eles precisam estar dispostos a aceitarem que a conclusão de um estudo pode contradizer a pressuposição tanto de quem o conduz quanto de quem busca consultá-lo. Veremos um pouco sobre isso abaixo.

- Acusação:

Quando um homem casado, porém, recorre à pornografia, a mulher ainda dá um jeito dele sair como culpado, e este passa a se martirizar e culpar por algo que só acabou (o casamento) porque *ela quis*. Estes homens não amam menos suas esposas, razão pela qual sofrem, mas têm necessidades comuns que, se não satisfeitas na esposa, precisarão de outros meios. Até porque, na bíblia, não existe contraste entre amar uma mulher e outra,

afinal, Salomão amava todas as mulheres, e o próprio livro de Cântico, escrito por ele, o foi já depois de muitos casamentos – e ninguém negará ser este o livro mais romântico da bíblia.

Sei que há muitas informações soltas, mas aqui estou apenas informando questões gerais e permitindo que o leitor busque com base no que temos informado. Porém, sabemos que existe ainda um último argumento, o de que a pornografia produz vício.

Obs.: no meio das acusações, sempre há a de que os homens são estupradores ou tradicionalmente estupradores, principalmente se há contato com a pornografia. Mesmo que fosse verdade que a pornografia produz uma ‘cultura do estupro’, isso só significaria que ela não seria saudável (como tantas coisas permitidas na lei e que não indicamos). Mas não só faltam dados que comprovem alguma relação, como uma breve olhada no passado de nossa própria história prova o exato oposto.

### *Vício*

Primeiro precisamos desfazer a bagunça que os teólogos fizeram com essa palavra. “Vício” é um conceito filosófico que foi vertido em teológico e que é usado por cientistas. Qual a distinção dos usos?

**Filosofia:** o vício na filosofia é um ato que acaba em dor e não é necessariamente um ato repetido. Entre os vícios, podemos dizer que a imprudência, incapacidade de sofrer, covardia entre outras coisas o são (note que não se trata especificamente do que é chamado de pecado na Bíblia). Porém, o pior vício é o que é praticado de modo repetido, ou seja, alguém que é imprudente o tempo todo, ou que é covarde o tempo todo. O vício, na filosofia, não tem por meta dizer que um homem que assiste um vídeo pornô, digamos, duas vezes por semana seja viciado, até porque, com qual padrão se diria que algo está “muito” ou “pouco” neste sentido? Ou, é verdade que um ato desse resulta em dor após? (só para os que se sentem culpados que resulta).

**Teologia:** os teólogos, encabeçados pelos Pais da Igreja, absorveram o conceito de vício e o ampliou ao modo máximo, incluindo não só o que diziam os filósofos, mas tornando em pecado tudo o que também fosse vício. Aqui vemos que o vício se tornou uma ferramenta sem misericórdia, porque, ao invés de buscar organizar os homens politicamente e socialmente mais hábeis etc., passou a definir o que é aceito ou não por Deus. Ora, quanto ao uso filosófico do termo não temos problema, afinal, a filosofia é para ser explorada, contudo, a confusão se instaurou na igreja, no que diz respeito ao pecado, porque agora tudo é vício e vício é tudo (o que parece não equilibrado ou resulta em um mal imediato – o exato oposto da fé, que não se guia pelo que vê, mas pela Palavra de Deus).

**Ciência:** aqui o vício possui o sentido mais estrito. Em geral, vício ainda é algo que causa algum efeito negativo e precisa ser repetitivo, porém, é aceito que, neste caso, precisa haver a inserção de um elemento externo ao corpo. Um exemplo prático deste caso seria o uso de drogas, que geram dependência *química*, tornando o indivíduo um viciado. Na



ciência não há espaço para dúvidas neste caso, pois é preciso que claramente haja a inserção de algo que não está no corpo naturalmente.

Tendo explicado isso, fica notório que a pornografia não pode ser vício no sentido científico, pois não há inserção de nada externo ao corpo, e nada que seja causa de *dependência química*, embora muitos homens digam que a pornografia cause dependência como se fosse uma droga inserida no corpo, por fazer este liberar tal e tal hormônio etc., o que não deixa de ser um erro, já que os tais hormônios são liberados com frequência até num ato sexual comum, ou ao se comer uma barra de chocolate, contudo, não há dependência química, somente uma necessidade do corpo que encontrou um meio de ser satisfeita de modo mais intenso.

Não sem motivo, artigos como *"No such thing as porn 'addiction,' researchers say"* (baseados no *"A Review of the 'Pornography Addiction' Model"* – cujo autor aceita coisas claramente ímpias, mas o nosso ponto é somente a pornografia) apontam a falta de dados científicos que demonstrem qualquer relação entre "vício" e "pornografia" ou que a pornografia cause qualquer mal específico. Não existe um estudo sistemático que cruze os dados sobre uso da pornografia, tornando uma verdadeira falsidade científica qualquer alegação de que a pornografia produza algum efeito negativo. Os estudos publicados, buscando provar que a pornografia faz mal, não possuem *meta análises* que considerem grupos controle que levem em conta crença religiosa (afinal, se sentir culpado deve ter efeito), histórico familiar e nem saúde do indivíduo. Apontar um problema como cientificamente vindo da pornografia é contra científico.

Obs.: os casos de quem se sente culpado pelo uso e quem não se sente culpado pelo uso, além também de considerar a frequência sexual com parceiro ou outras pessoas precisam ser postos nas considerações. Aliás, um homem que fica muito tempo sem deitar com uma mulher, com ou sem influência da pornografia, costuma ter a tendência de ejacular mais rápido. Então até mesmo a falta de relação sexual precisaria ser considerada numa pesquisa que supostamente prova vínculo entre ejaculação precoce e pornografia, já que não somos constituídos de uma única relação e nem de um único ambiente.

Além desses estudos acima, há outro, que, justamente com cruzamento de dados, sinaliza que não há nenhum malefício à quantidade de dopamina produzida pelo corpo: *"No evidence for decreased D2/3 receptor availability and frontal hypoperfusion in subjects with compulsive pornography use"*. Todos os casos que apontam suposta perda de capacidades cerebrais ou coisas semelhantes **não são científicos, e estão baseados em pressupostos filosóficos e religiosos, quando não culturais, de que a pornografia causa malefícios diretos ao ser humano.**

Eu entendo que a sensação de liberdade em relação a um "vício" escravizante é uma catarse, e talvez seja quase tão intensa quanto a sensação de liberdade em relação ao "sistema religioso" dos que saem do neopentecostalismo. Mas a sensação de liberdade não serve pra nada. Qualquer coisa que você considere um malefício, sendo ou não sendo, quando você se livrar de tal coisa, se sentirá livre. Não é a liberdade do pecado, é a simples sensação de não ser controlado por algo externo.

- Uma prova de que não precisa da ciência para saber se algo é pecado:

É evidente que a ciência não diz, por exemplo, se há malefícios no adultério, e nem precisa, porque o adultério é pecado mesmo que você se sinta bem. E esta é a grande diferença. A ciência não precisa confirmar que uma quebra de um mandamento resulta em algum problema, pois é Deus quem diz o que é pecado, não a ciência. Buscamos citar os estudos apenas para provar que *este argumento científico contra a pornografia* não faz sentido científico – do contrário, nem mesmo todos os benefícios científicos seriam suficientes para convencer um crente de que a pornografia seja algo bom, algo que não ocorre, pois a escritura não a condena. O mais engraçado, porém, é como neste assunto da pornografia e da masturbação todo mundo quase sempre esquece a bíblia, visto que a bíblia não fala sobre isso – tornando isso um assunto filosófico.

Também não é possível enquadrar o vício no sentido teológico, pois, como vimos, nada na bíblia aponta a pornografia como pecado, algo que seria essencial para poder ser um “vício na teologia”. Os engomadinhos continuarão a dizer que é, claro, pois para eles pesa mais a forma como dividem o mundo do que como Deus diz que as coisas podem ser.

Por último, nos sobra o modo filosófico que, mesmo que prove-se ser o caso de a pornografia se enquadrar (afinal, há muitas coisas, e até o excesso pode ser que resulte em algum problema *pra você*) não prova nada contra o aspecto a que nos propomos explicar: de que não é pecado.

Obs.: não discorrerei muito sobre o termo “paixão”, que também chegou até nós por meio da filosofia e que, de fato, foi utilizado mesmo pelo apóstolo Paulo (*pathos*), porém, o sentido do termo não é tão amplo quanto os homens pensam, já que, na verdade, “paixão” é apenas um intenso desejo de *quebrar* mandamentos de Deus, e não desejos intensos no geral – algo visto, por exemplo, em Romanos 1. Pecado não é paixão, e nem todo pecado envolve “paixão” (embora Agostinho cresse que sim). Um pecado é pecado por ultrapassar uma linha: desejar a mulher do próximo, furtar um item etc., porém, se desejo a mulher do próximo intensamente, o que temos é uma paixão.

Qual é a nossa conclusão final, portanto? De que o que está abaixo é pecado:

- Sexo cultural;
- Sexo na casa do pai escondendo deste ou com este mantendo a relação sem ser contrário;
- Filha do sacerdote não pode se prostituir; (que riscamos para apontar que não é o sentido atual do texto);
- Esposa se prostituindo.

Por outro lado, não existem regras para:

- Sexo sem compromisso, mas fora da casa do pai;
- Rapaz que faz sexo ainda na casa do pai;
- Pornografia;
- Masturbação.

Fora disso não há mais o que dizer do assunto.

## Conclusão

- A bíblia é específica nos tipos de relação sexual que proíbe;
- Prostituição comum não entra nestes tipos;
- Portanto, a prostituição comum não é pecado.

## O QUE NOS FEZ CHEGAR AQUI?

### OS CONCEITOS CIVILIZADOS

No tempo atual, o que afeta nosso julgamento é a dificuldade de separarmos “civilidade” de “santidade”. Para começarmos a entender isto, podemos comparar com 1 Co, onde Paulo fala sobre as crianças de pais mistos (crentes com descrentes) nascerem santas, contudo, nenhuma criança nasce sabendo utilizar um garfo ou regras de etiqueta e ‘educação’. O fato de não nascerem com estas habilidades não é sinal de depravação, pelo contrário, é sinal somente de que a criança vem ao mundo não sabendo nada do que chamamos de civilizado. Por outro lado, toda criança possui uma certa justiça original, herdada do fato de possuir a imagem de Deus. Mesmo que ela passe a praticar o mal desenfreadamente, no fundo sempre saberá a verdade de Deus (como Rm 1 atesta) a respeito dos mandamentos.

Porém, coisas semelhantes a estas não ocorrem só conosco e nem só em nossa época ‘civilizada’. Entre os judeus as “tradições humanas” ou “dos antigos” e dos “sábios” interferiam demasiadamente no que era ensinado ao povo, de modo que uma lida simples na Mishna pode evidenciar o acúmulo de ritos e regras acima dos ritos e regras que haviam no AT. E este acúmulo se deve pelo fato de que os judeus aprenderam e aplicaram a lógica à estrutura do AT. A lógica, embora não seja má, é uma ferramenta científica, e não está preparada para lidar com a revelação de Deus. Ela era fundamental para os gentios e Deus ordenara ao povo para ser diferente das outras nações.

Porém, com a absorção das tradições mistas dentro do judaísmo, vemos Jesus ordenando não só serem os crentes distintos dos gentios, mas sim dos fariseus e mestres da lei. Ora, o problema nunca foi o ser gentio, e sim ter aquele costume pecaminoso, ou aplicar à Lei de Deus aquele raciocínio que não existe nela. E assim voltamos ao nosso ponto de civilidade.

Não existe um problema intrínseco em ser civilizado: não cuspir no chão, utilizar roupas sempre limpas e lavar as mãos sempre antes de comer – tudo é fruto de um movimento histórico. O problema é que passamos a confundir a civilidade com a estrutura bíblica de ordens e mandamentos, e tomamos as regras de etiqueta como se fossem elas mesmas mandamentos de Deus, pensando realmente que estas regras estão na bíblia, de fato.

Isso, como não pode ser diferente, influencia tradutores, que optam por determinadas palavras, buscando manter certa tradição interpretativa. É claro que nem toda tradução ruim é culpa do tradutor da bíblia, pois às vezes existem limitações linguísticas, mas para isso serve a existência dos presbíteros: explicar as passagens conforme sua concepção original, e não conforme uma tradição específica ou desenvolvimento histórico.

De qualquer modo, quanto mais nos movimentamos historicamente, mais os costumes mudam, e tanto mais regras novas de conduta cristã surgem enquanto outras se minimizam ou até desaparecem (quem hoje pode dizer que é crente aquele que se atira atrás de muçulmanos para mata-los ao estilo templário?). Perceber estes movimentos não é necessário, porém. O importante é que se saiba a verdade bíblica para que não se julgue alguém acima ou abaixo do mandamento (ou o famoso “nem pra esquerda e nem para a direita”).

Atualmente, por exemplo, alguns criam regras sobre o que é ser um homem bíblico, regras que são meramente sociais e acabam desvirtuando o mandamento de Deus por isso; por outro lado, outros dizem que não há regra a ponto de homens poderem se relacionar homossexualmente entre si, homem com homem, o que também não é verdade.

Embora seja verdade que na bíblia há espaço para homens se cumprimentando com selinhos, eles não tratavam isso como uma proximidade sexual e também não esperavam verdadeiros Hércules entre o mundo caído. No final, o que queremos apontar é que existem grupos que sempre irão interagir dentro de regras sociais que não são bíblicas em si, criando respostas uns aos outros, mas jamais conseguindo ir para a superfície. Claramente, não é necessário que as regras sociais sejam as mesmas dos tempos bíblicos, porém, justamente por ser algo sujeito à mudança, é que devemos olhar não julgando a partir do que uma regra social exige.

- Do dever pragmático

Junto com as regras civilizadas temos o dever pragmático. Isso de fato é uma herança jurídica de Roma, em que toda lei era justificada por um bem que produzia para a cidade e para o Estado. Novamente, não estamos dizendo que seja pecado ou errado um jurista pensar nestes termos quando lida com leis humanas. Contudo, justamente por serem leis humanas é que se baseiam em questões pragmáticas.

O que são “questões pragmáticas”? Elas são ideias que temos sobre como as coisas podem funcionar. Por exemplo, para nós as leis antipirataria auxiliam evitando que determinadas coisas sejam esvaziadas de seu retorno ao desenvolvedor ou criador de um produto ou serviço. Isso funciona em certo sentido. Contudo, não podemos dizer que a pirataria seja pecado, como já vimos acima. Um exemplo oposto é o caso do fruto no meio do jardim, que em si não possuía qualquer qualidade inerente que criasse qualquer problema pragmático: era um fruto como qualquer outro, com a exceção de

que estava proibido por Deus de ser tocado pelo homem. O problema atrelado ao fruto estava ligado à palavra de Deus, e não ao que ele em si causava.

Ora, imaginemos Platão que chega a sugerir que os defensores da cidade não tenham esposa ou filhos pra si, antes, suas esposas seriam comuns e os filhos seria de todos. Tal ideia é pragmaticamente boa se considerarmos que o objetivo era que os homens continuassem tendo filhos ao mesmo tempo que tivessem dedicação exclusiva para a cidade. Mas é pecado, pois ter esposas em comum é adultério.

Estes casos acima são evidentes e servem somente para ilustrar um dos nossos objetivos com este livro: apontar que não podemos considerar pecado o que parece pragmaticamente ruim, e nem considerar santidade o que parece pragmaticamente bom. Deus não definiu nenhum dos seus mandamentos apoiado na ideia do que funciona melhor. Ele definiu baseado no que quis – assim como fez com o fruto. O que é pragmático serve às ciências humanas, ao direito humano, e ao modo e estilo de vida humano, que sempre é um tatear em busca de certos conhecimentos para solucionar seus próprios problemas. Porém, jamais podemos confundir com o fato de que a guarda dos mandamentos de Deus pode ser pragmaticamente ruim e até mesmo o inverso seja pragmaticamente bom. Não é necessário ser filósofo para entender isto, graças a Deus.

- Uma conclusão necessária

Neste sentido, este livro não é uma tentativa de resolver os dilemas que temos ao interpretar o mundo. Precisamos, na verdade, parar de interpreta-lo demais, pois na busca por uma percepção bíblica criamos monstros teológicos que não fazem o menor sentido bíblico, hiperlegislando a realidade. Tudo se torna pecado, e poucas coisas se tornam santidade. No mínimo, pela total falta de referência no texto, algo não ideal irá ser categorizado como ruim e na beira do pecado, o que sozinho será suficiente para um indivíduo ser olhado com desconfiança.

Não será lendo este livro que você encontrará as respostas a todos os problemas de consciência, mas nele busquei trazer os princípios interpretativos para entender o pecado e apliquei a alguns casos clássicos e tradicionalmente vinculados ao pecado, para que a partir do modelo estabelecido, seja possível que cada indivíduo consiga identificar os falsos pecados teológicos, políticos, sociais e pessoais que inventamos.

Por outro lado, não podemos dizer que nosso interesse seja grandioso. Não queremos causar comoção social, nem mudar o futuro, ou sermos um divisor de águas no Cristianismo – coisas que, mesmo que ocorram, não será por qualquer habilidade nossa. Antes nos contentamos em que os homens aprendam suas responsabilidades e liberdades, suas permissões e proibições. Esta é a razão por optarmos pelo título de “Xénos Magos”, ao invés dos nossos nomes pessoais: se quiséssemos fundar uma denominação anunciaríamos a todos os cantos. Mas não queremos isso. Apenas queremos que as pessoas se ajustem à Lei de Deus, na forma como ela foi concebida por Deus: entendendo-se suas sombras e seus significados espirituais – tão somente isso.

Sabemos, em conjunto, que não é possível haver total paz com os que não concordam com estas coisas. Mas sugerimos, com todo o vigor que temos, que estas coisas não virem motivos centrais de discussão, antes, penetrem nos corações na medida em que forem sendo compreendidas. Não podemos lidar com nada além disso, já que sabemos que adotar estes posicionamentos será sofrível para muitos, não só pelas crises internas, mas também pelas perdas e repreensões sociais e religiosas externas. Por isso, esperamos que tudo seja compreendido e buscado de modo mais pacífico e sem animosidade possível.

*SOLI DEO GLORIA*